



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ALICE HELENA GIRDWOOD MATTOS

MULHERES NOS BANCOS
COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
DA BAHIA:

PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE
CRÉDITO SOBRE SEU PAPEL PROFISSIONAL

Salvador

2010

ALICE HELENA GIRDWOOD MATTOS

**MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO DA BAHIA:
PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE CRÉDITO
SOBRE SEU PAPEL PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de
França Filho

Salvador
2010

M435 Mattos, Alice Helena Girdwood
Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimento da Bahia :
percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional /
Alice Helena Girdwood Mattos. - 2010.
239 p.

Orientador : Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, 2010.

1. Identidade social. 2. Mulheres no desenvolvimento da comunidade.
3. Gênero. 4. Economia solidária. Título.

CDD 305.4

ALICE HELENA GIRDWOOD MATTOS

**MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO DA BAHIA:
PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE CRÉDITO SOBRE
SEU PAPEL PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 27 de agosto de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Genauto Carvalho de França Filho – Orientador _____

Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII, França.

Universidade Federal da Bahia

Profa. Rocio Castro Kustner _____

Doutora em Antropologia Social Sobre a América Latina pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Universidade do Estado da Bahia

Profa. Alicia Ferreira Gonçalves _____

Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Universidade Federal da Paraíba

A

Giovana e Sofia, futuras grandes mulheres.

AGRADECIMENTOS

Apesar de não necessitar de fundamentação teórica, talvez esta seja a parte mais difícil da dissertação...

Primeiramente, devo agradecer a Deus, por todas as oportunidades que Ele me proporciona, por me apoiar quando eu mais preciso e por abrir os meus caminhos quando busco meus objetivos. A cada dia tenho muito mais a agradecer.

Agradeço à UFBA, por ter ampliado minha visão quanto à Administração. Cursar uma universidade pública é um privilégio para poucos que deveria ser universalizado. Cada um que usufrui dessa oportunidade tem o compromisso ainda maior com a sociedade; é justamente este compromisso que pauta minha atuação profissional.

Agradeço especialmente à Prof^ª. Maria Suzana Moura, cujo compromisso com a ACC possibilitou não apenas meu conhecimento inicial quanto à economia solidária, mas à Salvador que eu não conhecia.

Ao Bansol, especialmente a Vicente, Esdras, Ósia, Iara, Cléber, Luiz, Fabiana, Danúbia e Diogo, bem como ao CEARTE, do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, especialmente ao Conexão Solidária, Gal Leal, Vivina e Fábio. Todos vocês foram muito especiais na minha formação.

Agradeço à Deputada Maria Luíza Laudano, cuja confiança possibilitou meu primeiro contato com o tema gênero quando do acompanhamento da Comissão da Mulher. Sem sombra de dúvida, devo agradecimentos às minhas amigas Silvinha e Samira, que tornaram a minha experiência na Assembléia muito mais leve e boa de lembrar.

Conforme prometido, devo agradecimentos especiais a meu irmão, André Luís, e a meu sogro, Sérgio Mattos, pelo apoio dado no momento de elaboração do meu anteprojeto. Se não fossem vocês talvez eu tivesse desistido antes de começar...

Devo agradecimentos aos meus colegas da turma de Mestrado, que tornou o curso muito mais agradável, apesar de tantas demandas...

Agradeço também aos professores do NPGA, especialmente Prof. Pinho, Profa. Bete Santos e Profa. Paula Schommer, bem como a Dacy e Anaélia pela paciência, ajuda e apoio no momento mais difícil da minha vida. A compreensão de vocês foi fundamental.

Não poderia deixar de agradecer às agentes de crédito, que sem a colaboração esta dissertação não seria possível. Igualmente agradeço a todo o pessoal da ITES, não apenas pela valiosa contribuição para a minha pesquisa, como pelas amizades que conquistei neste período.

Agradeço especialmente ao Prof. Genauto, não apenas por já ser grande referência intelectual, mas pelo apoio, paciência e ter acreditado em mim e na utilidade social da pesquisa mesmo quando eu perdi meu foco.

Agradecimentos especialíssimos ao meu irmão, Vitor Mário, e a Edson, bem como às minhas queridíssimas cunhadas Fabiane e Paula, pela inestimável ajuda nas transcrições das entrevistas. Espero um dia conseguir recompensar todas as noites perdidas por minha causa...

Aos meus amigos e familiares, em especial minha sogra, Maria Helena, que entenderam minha ausência. À Eliana Mara, pela amizade e paciência nos meus desesperos de mestranda.

Não posso deixar de agradecer a Lu e Biu, a quem pude deixar as “tarefas de mulher” sem pestanejar para chegar até aqui. Também agradeço às meninas do café e a Binho, que com paciência seguraram a onda quando tive que sumir...

Por fim, e certamente mais importante, agradeço a quem começou tudo, meu pai e minha mãe, pelo amor incondicional, formação, educação, apoio, compreensão... Enfim, tudo que alguém pode desejar de um pai e uma mãe eu tive de vocês. A quem está sempre ao meu lado, Rafael, pelo apoio, paciência, ouvido e, principalmente, por me aceitar e me amar mesmo quando parecia virar feminista (sei que não é fácil...). E às minhas filhas, Giovana e Sofia, meu verdadeiro laboratório de transformação de gênero, por entenderem (hoje ou no futuro) que uma mãe realizada profissionalmente é a melhor mãe do mundo.

MATTOS, Alice Helena Girdwood. *Mulheres nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional*. 239 f. il. 2010. Dissertação (Mestrado) – Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RESUMO

O presente estudo de caso coletivo teve como objetivo compreender as percepções de gênero das agentes de crédito dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia quanto ao seu papel profissional. Para tal foram aplicados questionários e realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas e um grupo focal com todas as agentes de crédito dos quatro bancos do estado, totalizando treze questionários e treze entrevistas. As entrevistas e o grupo focal foram analisados segundo a Análise do Discurso. Além disso, como forma de contextualizar as experiências, foram também analisados os Projetos de Desenvolvimento Territorial em que os bancos estão inseridos, com base em documentos de trabalho da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial da UFBA, que executa tais projetos em conjunto com as comunidades, além de entrevistas e observação. Os resultados obtidos mostram que as percepções de gênero das agentes de crédito pouco diferem das observadas em outras pesquisas em organizações de outros tipos. Além disso, a atividade de agente de crédito é paradoxal, no sentido de ainda não ter formada claramente sua identidade profissional, fato este que pode ser atribuído à falta de clareza quanto à natureza do trabalho, que se constitui no paradoxo trabalho voluntário *versus* trabalho profissional. Além disso, o paradoxo entre ser conhecida na comunidade e invisível socialmente também se constitui como fonte de tensões para estas mulheres. A falta de uma identidade profissional que a represente faz com que elas assumam a identidade feminina tradicional, que as mantém na condição de invisibilidade social. Os efeitos da atuação no BCD, destarte, se restringem à elevação da autoestima das agentes.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Gênero. Agente de Crédito – papel profissional.

MATTOS, Alice Helena Girdwood. *Women in Community Development Banks of Bahia: Gender perception from credit agents about their professional role*. 239 pp. ill. 2010. Master Dissertation – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ABSTRACT

The present collective case study had as an objective to comprehend the Community Development Banks' credit agents' gender perceptions about their Professional role. So questionnaires were applied and semi-structured interviews and a focal group were made with all of the credit agents Banks' in the state, totalizing in thirteen questionnaires and thirteen interviews. The interviews and the focal group were analysed by the Discourse Analysis. Besides, as a way to contextualize the experiences, the Territorial Development Projects in which the banks' projects are involved in were also analysed, based on work documents of the Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial from UFBA, which implements those projects with the communities, in addition to interviews and observation. The results obtained show that the credit agents' gender perceptions differ only a little from those obtained in other searches in other kind of organizations. Besides, the credit agent's activity is paradoxical, in the meaning that they don't have a clearly formed professional identity, that can be attributed to the lack of clearness about the nature of the work, which is constituted in the paradox between volunteer work and professional work. Besides, the paradox between being well-known in the community and socially invisible also manifests a source of tensions for those women. The lack of a professional identity that represents them makes them assume the traditional feminine identity, which maintains them in the same condition of invisibility. The effects of the work in the CBD, thus, are limited to the improvement of the agents' self-esteem.

Keywords: Community Development Banks. Gender. Credit Agent – Professional role.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização de Simões Filho e Santa Luzia na Região Metropolitana de Salvador e no estado da Bahia.....	84
Figura 2: Mapa de localização de Santa Luzia em Simões Filho.....	85
Gráfico 1: Número de Filhos por família.....	86
Figura 3: Logomarca do Banco Eco-Luzia.....	95
Figura 4: Moeda Social Trilha (Banco Eco-Luzia).....	100
Figura 5: Localização de Matarandiba na região.....	103
Figura 6: Sal-gema (cristal).....	104
Figura 7: Acesso à Vila de Matarandiba.....	105
Figura 8: Logomarca do Banco Ilhamar.....	115
Figura 9: Moeda Social Concha.....	120
Figura 10: Mapa de localização de Saramandaia em Salvador.....	123
Figura 11: Área mapeada em Saramandaia.....	124
Figura 12: Logomarca do Projeto EcoSamper.....	129
Figura 13: Logomarca da NAUSAMPER.....	130
Figura 14: Logomarca do Banco Guine.....	133
Figura 15: Moeda Social Samper.....	138
Figura 16: Mapa de localização de Cairu em relação a Salvador.....	141
Figura 17: Hora do almoço no galpão de tratamento da piaçava.....	143
Figura 18: Piaçava tratada.....	143
Figura 19: Logomarca do Banco Casa do Sol.....	149
Figura 20: Entrada do Banco Casa do Sol e agente de crédito Angeli...	150
Figura 21: Moeda Social Tinharé.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Atuação dos Agentes de Crédito.....	69
Tabela 2:	Linhas de Crédito do Banco Eco-Luzia.....	99
Tabela 3:	Linhas de Crédito do Banco Ilhamar.....	118
Tabela 4:	Linhas de Crédito do Banco Guine hoje.....	137
Tabela 5:	Linhas de Crédito do Banco Casa do Sol.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDs	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
CAC	Comitê de Aprovação de Crédito
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EAF	Entidades de Apoio e Fomento (à economia solidária)
GT	Grupo de Trabalho
GTs	Grupos de Trabalho
ITES / UFBA	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEDECO	Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário de Cairu
PIPP	Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental
RLES	Rede Local de Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta (Ministério Público)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	19
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	24
2. GÊNERO.....	27
2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	27
2.2. MULHERES E MERCADO DE TRABALHO.....	32
2.3. “ESCOLHA DE SOFIA”: PRODUÇÃO X REPRODUÇÃO.....	35
3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	41
3.1. A EMERGÊNCIA DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS.....	41
3.1.1. Situando as Finanças Solidárias enquanto manifestação da Economia Solidária.....	41
3.2. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	57
3.2.1. Origem do Banco Comunitários de Desenvolvimento.....	58
3.2.2. Ampliando horizontes... O Banco Comunitário de Desenvolvimento como incentivador da Economia Solidária.....	60
3.3. ESTRUTURA DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO EM SEU COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	66
4. GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	72
4.1. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA OU EMPOBRECIMENTO DE MULHERES?.....	72
4.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES.....	75
4.3. A QUESTÃO DAS FINANÇAS PARA AS MULHERES.....	79

5.	BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NA BAHIA	83
5.1.	ECOLUZIA (SANTA LUZIA – SIMÕES FILHO / BA)	83
5.1.1.	Caracterização da Comunidade	83
5.1.2.	O Projeto Eco-Luzia	87
5.1.3.	O Banco Eco-Luzia	94
5.2.	ILHAMAR (MATARANDIBA – VERA CRUZ / BA)	102
5.2.1.	Caracterização da Comunidade	103
5.2.2.	O Projeto Ecosmar	108
5.2.3.	O Banco Ilhamar	114
5.3.	GUINE (SARAMANDAIA – SALVADOR / BA)	122
5.3.1.	Caracterização da Comunidade	122
5.3.2.	O Projeto EcoSamper	126
5.3.3.	O Banco Guine	132
5.4.	CASA DO SOL (SEDE – CAIRU / BA)	140
5.4.1.	Caracterização da Comunidade	140
5.4.2.	O Projeto Renascer	145
5.4.3.	O Banco Casa do Sol	149
6.	MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	159
6.1.	PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL DAS AGENTES DE CRÉDITO	159
6.2.	SER - NO - BANCO: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO A ESTRUTURA DE GESTÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	162
6.2.1.	BCD atende às necessidades dos moradores	162
6.2.2.	BCDs trazem desenvolvimento para a comunidade	165
6.2.3.	A autogestão é importante porque não tem patrão	168
6.2.4.	O BCD e a justiça de proximidade	172
6.2.5.	O Confiar desconfiando	176

6.3.	SER – NA – COMUNIDADE: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO ÀS SUAS PRÁTICAS.....	178
	6.3.1. Os alicerces do BCD.....	178
	6.3.2. A profissão de Agente de Crédito.....	179
	6.3.3. O sofrimento da Agente de Crédito.....	188
	6.3.4. A questão da remuneração das Agentes de Crédito.....	189
6.4.	SER – NO - MUNDO: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO A SER MULHER.....	193
	6.4.1. As obrigações familiares e a atividade no BCD.....	193
	6.4.2. Outras percepções de gênero relevantes.....	196
	6.4.3. Antes e Depois: Mudanças nas percepções de si mesmas advindas com a entrada no BCD.....	199
6.5.	O GÊNERO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: POTENCIALIDADES E LIMITES À AUTONOMIA DAS MULHERES.....	210
	6.5.1. Agente de Crédito: uma ocupação paradoxal.....	210
	6.5.2. Potencialidades e Limites para a autonomia.....	214
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
	REFERÊNCIAS.....	222
	APÊNDICES.....	230

1. INTRODUÇÃO

A participação feminina no mercado de trabalho vem crescendo desde a década de 70 do século passado. A conquista de direitos civis garantiu a maior participação no mercado, contribuindo para mudanças de representações sobre a mulher na sociedade. Entretanto, as mulheres ainda convivem com sérias desigualdades, que impedem a realização de sua autonomia em diversas esferas, principalmente na doméstica.

O crescimento da ocupação feminina no mercado de trabalho deve-se a três fatores principais (NEVES, 2002): i) elevação da escolaridade em relação aos homens; ii) queda nas taxas de fecundidades; iii) novas representações sobre o papel da mulher.

A globalização, entendida como a confluência de mercados na direção de apenas um (HIRATA, 2002), tem trazido sérias conseqüências para a organização social e política da humanidade. Como benefícios, verificamos a facilidade de comunicação entre os povos, com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação, onde esta circula com rapidez e facilidade. Este desenvolvimento contribui para a formação de novos coletivos (HIRATA, 2002; LANIADO E MILANI, 2007), que se organizam na luta por direitos e/ou reivindicações de seus interesses. Dentre os malefícios, a globalização traz a precarização do trabalho, acentuando as diferenças entre centro e periferia, bem como a exploração do trabalho de formas mais sutis, dentre elas a flexibilização.

A flexibilização das empresas é a resposta às demandas de integração trazidas pela globalização, cuja maior expressão é a organização em cadeias produtivas. Neste contexto, as minorias são as mais afetadas por esta reestruturação produtiva, na medida em que novas tensões lhes são impostas, como, por exemplo, o paradoxo da necessidade de envolvimento maior com a empresa e contratos flexíveis de trabalho.

As mulheres formam um dos segmentos mais afetados pela reestruturação produtiva, na medida em que assumem atividades marcadas pela precariedade e instabilidade, ou seja, são ocupações vulneráveis (HIRATA, 2002). Por outro lado, cada vez mais tornam-se chefes de família: segundo IBGE¹, Salvador possui 43,8% de mulheres chefes de família e a Bahia, 31,9%, acima da média nacional.

Numa realidade em que a crise do trabalho interfere na formação das identidades sociais, a economia solidária surge, em especial no Brasil e na América Latina, como expressão da economia popular, cuja combinação de diferentes comportamentos econômicos (mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade) a caracteriza eminentemente como uma *economia plural* (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Nas iniciativas de economia solidária, a atividade econômica é vista como meio para se atingir outros objetivos, geralmente associados à qualidade de vida e dignidade no trabalho. Desta forma, ao tornar o trabalhador detentor não somente da mão-de-obra, mas também do capital, a partir dos princípios de igualdade e autogestão, a economia solidária assume um papel político, exercido nos *espaços públicos de proximidade* (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; LAVILLE E GAIGER, 2009).

A economia solidária, desta forma, ao conceber o econômico na mesma importância do social e do político, mostra-se um caminho não apenas para a igualdade e democracia, mas também como instrumento de luta contra a desigualdade de sexos, uma vez que animada principalmente por mulheres (GUÉRIN, 2003).

As Finanças Solidárias surgem com a finalidade de democratização do crédito, por meio da mobilização comunitária e com a ação pautada na solidariedade e na gestão democrática. Neste sentido, destacam-se a experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (PASSOS, 2007).

¹ Disponível em <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=848980>, 08/03/2008.

O que diferencia o Banco Comunitário de Desenvolvimento de outras instituições de mercado são as práticas financeiras pautadas na ética e na solidariedade, em que produtos, processos, gestão e metodologia seguem a lógica da economia solidária (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

Na Bahia existem quatro Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), em Simões Filho, Vera Cruz, Cairu e Salvador, todos eles formados a partir da metodologia específica criada pelo Banco Palmas (primeiro BCD do Brasil, construído pela comunidade do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE) e replicadas na Bahia pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA).

Tendo em vista que em todos os BCDs da Bahia as agentes de crédito são mulheres, o presente trabalho tem como objetivo geral relacionar a estrutura de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia às percepções de gênero das suas agentes de crédito quanto ao seu papel profissional, tendo como desdobramentos os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar a realidade de quatro comunidades na Bahia, a saber: Santa Luzia (Simões Filho), Matarandiba (Vera Cruz), Saramandaia (Salvador) e Cairu/Sede (Cairu), onde estão sendo implantadas experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's);
- Caracterizar as práticas dos BCD's no universo das finanças solidárias, bem como no âmbito da Economia Solidária, articulando-as em sua estrutura de gestão;
- Descrever o papel das agentes de crédito na dinâmica de gestão dos BCD's;
- Identificar a percepção das agentes de crédito dos BCD's de Santa Luzia, Matarandiba, Saramandaia e Cairu sobre o significado de suas práticas;

- Identificar a percepção das agentes de crédito dos BCD's de Santa Luzia, Matarandiba, Saramandaia e Cairu sobre ser mulher e em que isso implica, bem como se essas percepções foram modificadas a partir da sua atuação no BCD;
- Caracterizar o perfil sócio-ocupacional das agentes de crédito.

Desta forma, o presente trabalho partiu da pergunta: Como as agentes de crédito dos BCD's de Santa Luzia, Saramandaia, Matarandiba e Cairu/Sede percebem seu papel profissional?

1.1. PROCEDIMENTOS ADOTADOS

O presente trabalho caracteriza-se como indutivo, optando-se por uma abordagem qualitativa, em que o uso de questionários quantitativos restringiu-se à caracterização sócio-ocupacional das agentes, entendendo-se que os métodos qualitativos e quantitativos são complementares.

A escolha pelo estudo de caso coletivo deveu-se à ocorrência do mesmo fenômeno em todos os BCDs da Bahia, ou seja, em todos os bancos as agentes de crédito são mulheres, sem que tenha ocorrido nenhum estímulo específico da Incubadora neste sentido. O estudo de caso coletivo refere-se a busca de elementos relacionados a um tema específico em diferentes casos que possa contribuir na construção de modelos teóricos que sustentem posterior generalização teórica (GONDIM *et al.*, 2005).

Tendo em vista que os BCDs pesquisados foram criados no âmbito de projetos de desenvolvimento territorial pautados na economia solidária, foram realizadas análises aprofundadas destes projetos, como forma de possibilitar a contextualização dos Bancos e da realidade das agentes em

seus respectivos Projetos, tendo ainda em vista o aspecto demográfico do território.

A coleta de dados, neste sentido, ocorreu por meio de três técnicas distintas, conforme mostrado a seguir².

Questionários

Os questionários foram aplicados com a finalidade única de embasar o conhecimento acerca das condições materiais de cada agente, acabando por resultar em dados que tornaram possível a caracterização sócio-ocupacional das agentes de crédito dos BCDs da Bahia.

Foram aplicados treze questionários, em momento imediatamente anterior à entrevista.

Entrevistas Semi-Estruturadas

A entrevista semi-estruturada foi considerada o principal método de coleta de dados desta pesquisa, tendo como finalidade captar as percepções das agentes de crédito quanto à estrutura do banco em que atuam e suas práticas, além das relativas ao gênero.

Em sendo uma técnica qualitativa, as entrevistas foram realizadas como conversas informais, em que a atuação da pesquisadora ocorria apenas no sentido de recompor o contexto ou elucidar pontos obscuros (BONI E QUARESMA, 2005). O clima de informalidade, embora estivessem sendo gravadas³, possibilitou uma maior aproximação das entrevistadas com a pesquisadora, aspecto fundamental tanto na etapa seguinte como na coleta de dados sobre os projetos.

² O modelo de questionário, o roteiro de entrevista e o roteiro do grupo focal podem ser encontrados nos Apêndices A, B e C.

³ As gravações foram autorizadas primeiramente pelas entrevistadas.

As respostas espontâneas, bem como a elasticidade de tempo permitiram o aprofundamento de determinadas questões, contribuindo fortemente para a captação das percepções de gênero.

O roteiro de entrevista contou com 31 perguntas abertas, com flexibilidade para aumentar este número, sendo divididas em três blocos: i) Percepções da agente de crédito sobre a estrutura e gestão do BCD; ii) Percepções da agente de crédito sobre as suas práticas; iii) Percepções da agente de crédito sobre a própria vida (enquanto mulher).

As entrevistas foram realizadas nos próprios bancos, ou em locais escolhidos pelas entrevistadas. Foram realizadas treze entrevistas, sendo que uma delas foi feita com uma ex-agente de crédito, que tinha deixado o banco há menos de um mês. Devido à impossibilidade em continuar naquele momento, apenas os dois primeiros blocos de perguntas foram realizados. A escolha em entrevistar esta agente decorreu do fato de a substituta estar na atividade também há menos de um mês, como forma de equilibrar a diferença de percepções.

Em seguida, as entrevistas foram transcritas como forma de facilitar tanto as análises, como a transposição para o corpo definitivo do texto.

Grupo Focal

Segundo Gatti (2005), o grupo focal é importante para reconhecer como pessoas com características em comum lidam com determinado tema na construção de representações, percepções, crenças, hábitos, valores, preconceitos e simbologias que podem ser ou não compartilhadas, bem como a influência que alguns indivíduos exercem sobre outros. Neste sentido, se considerou relevante a utilização deste método em caráter complementar às entrevistas.

A realização deste grupo teve como finalidade primeira discutir os achados das entrevistas, além de atender ao objetivo de captar as

percepções das agentes sobre ser mulher e em que isso implica, bem como se essas percepções foram modificadas a partir da sua atuação no BCD.

O grupo focal foi realizado no dia 01 de julho de 2010, com nove agentes de crédito, em uma sala de reuniões, seguindo as orientações propostas por Gatti (2005) que referem-se à realização do debate ao redor de uma mesa, gravação das falas por dois gravadores, filmagem do encontro e papel e caneta à disposição. Além disso, houve a preocupação de manter um ambiente confortável para as agentes, bem como foi disponibilizado transporte de ida e volta ao local.

O encontro foi realizado em dois momentos, sendo o primeiro destinado à discussão sobre os achados das entrevistas, resumidos em cinco afirmações. Tais frases referiam-se à formulações da pesquisadora tomando como base afirmativas presentes nas entrevistas e comuns a boa parte das agentes. A única exceção foi por conta da última afirmação, que foi retirada de apenas uma entrevista, cujo conteúdo não tinha ficado claro nas outras falas.

Após um rápido lanche, teve início o segundo momento do encontro. Tendo em vista que as percepções das agentes de crédito sobre o papel da mulher e sobre si mesmas referem-se a imagens definidoras da própria realidade, a pesquisadora levou 137 imagens que retratavam mulheres, anônimas e famosas, de diferentes formas, sendo 113 coloridas e vinte e quatro P&B.

Segundo Gondim, Feitosa e Chaves (2007), o uso de imagens em grupos focais assume o papel de mediador da imagem mental do participante com o que ele quer dizer. Neste caso, a representação da imagem da mulher atual e de si mesma pode ser representada por meio de fotos de outras mulheres, explicada às outras pela própria participante.

Devido ao tema escolhido, percepções sobre as mulheres e sobre si mesmas, o grupo focal em muito se assemelhou aos chamados *grupos de reflexão feministas*, em que as mulheres debatem sobre a própria condição, compartilhando angústias e conquistas, com o foco na

sensibilização de gênero das mesmas, de forma a estimular a luta por transformações na sociedade. Embora o grau de informalidade pudesse ser considerado inapropriado, naquele momento foi considerado mais adequado para os objetivos da pesquisa. Lamenta-se, somente, que o objetivo do grupo focal tenha sido somente a captação de dados, deixando-se perder, desta forma, a oportunidade de sensibilização mais aprofundada sobre a temática de gênero.

O grupo focal foi parcialmente transcrito, devido à emergência do prazo de entrega deste trabalho, ficando restritas às falas explicativas das imagens mostradas.

Análise dos Resultados

Os resultados foram analisados por meio da técnica de Análise do Discurso, considerando todo discurso como “objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2007).

Segundo Orlandi (2007), todo sujeito é inserido em uma rede de sentidos, suscetível à ideologia e ao inconsciente. Neste sentido, a Análise de Discurso tem filiação teórica na Lingüística, no Marxismo e na Psicanálise, que significa que a língua é um acontecimento do significante em um sujeito histórico.

Segundo Carregnato e Mutti (2006), a Análise do Discurso compreende que a linguagem traduz idéias pré-concebidas pela ideologia, inserida no contexto sócio-histórico. Porém, considera também o inter-discurso, ou seja, o que está construído socialmente que, segundo Orlandi (2007), pode ser chamado de já-dito. Assim, reconhece que o discurso nunca é individual, mas eco do que já foi dito antes, em outras situações.

Assim, não se pode dizer que a língua possua sentido único, dada sua opacidade e heterogenia, sendo, desta forma, passível de erros, falhas ou deslizes. Como material simbólico, é incompleto no enunciado.

Neste sentido, a Análise do Discurso envolve a compreensão não só do enunciado, mas, principalmente, do enunciável a partir da interpretação (CAREGNATO E MUTTI, 2006).

Como o tema do presente estudo é filiado á temática de Gênero e Economia Solidária, em que ambas as abordagens discutem e questionam as relações hierárquicas de poder na sociedade, a técnica foi escolhida justamente por considerar que o sujeito fala do lugar em que ele ocupa nesta escala de poder (ORLANDI, 2007).

Desta forma, as perguntas orientadoras da análise do discurso das agentes de crédito foram:

- Qual é o lugar das agentes de crédito, ou melhor, de que posição surge as suas falas?
- Até que ponto as agentes de crédito estão inseridas na formação discursiva (ou ideologia) da economia solidária?
- Quais os caminhos percorridos individualmente que as fizeram chegar até esta posição?
- Quais as percepções que as agentes de crédito têm sobre o lugar de agente de crédito, e de que forma isto interfere na sua atuação?

Cabe destacar que a técnica foi utilizada tanto na análise das entrevistas como na do grupo focal.

Ao longo da pesquisa, também foi realizada a observação participante de algumas reuniões do Banco Guine, além da participação em eventos importantes.

1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em oito capítulos, sendo o primeiro esta introdução, e os dois últimos as considerações finais e referências bibliográficas.

No segundo capítulo será feita uma breve exposição sobre a utilização do Gênero, sendo dividido em quatro partes fundamentais. Na primeira, será discutida a utilização do Gênero como categoria de análise, sendo fortemente embasado no trabalho de Joan Scott (1990). Na segunda, o debate sobre o papel da mulher na sociedade toma forma para, na terceira parte ser discutida a ocupação de mulheres no mercado de trabalho. Por último, a tensão provocada entre as responsabilidades domésticas e as atribuições da esfera produtiva é analisada.

No terceiro capítulo, será realizado a conceituação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, discutindo inicialmente sua expressão como organização de finanças solidárias para em seguida debater sobre sua filiação ao movimento de economia solidária. Por último, será realizada a discussão do BCD em seu compromisso com o desenvolvimento local.

No quarto capítulo, será feito brevemente a articulação entre os dois conceitos – Gênero e Economia Solidária - , em que o debate sobre a feminização da pobreza toma forma, tendo em vista sua larga utilização para justificar a relação entre as duas categorias mencionadas. Em seguida, será feito um breve debate sobre a relação da economia solidária no empoderamento de mulheres para, por fim, discutir a questão das finanças para mulheres.

O quinto capítulo é destinado para a caracterização das experiências em sua articulação com o projeto de desenvolvimento territorial e a comunidade que as abriga, sendo dividido em quatro partes, a saber; a) Banco EcoLuzia; b) Banco Ilhamar; c) Banco Guine; d) Banco Casa do Sol.

Por último, o sexto capítulo é o que consiste na principal contribuição do trabalho, ao referir-se às percepções de gênero das agentes de crédito e de que forma estas percepções se articulam na atividade, sendo dividido em quatro sessões em que a primeira é destinada ao debate sobre: a) as percepções das agentes quanto à estrutura do banco; b) as percepções das agentes quanto às suas

práticas; c) as percepções de gênero das agentes quanto a ser mulher e;
d) os limites e potencialidades para a autonomia das agentes de crédito.

2. GÊNERO

O estudo da condição da mulher na sociedade e, mais especificamente, no mercado de trabalho, por muito tempo foi relegado ao campo dos “estudos feministas”, reproduzindo na academia as desigualdades vividas na sociedade.

Atualmente, pesquisas sobre a condição da mulher requerem uma compreensão anterior do gênero como categoria de análise, ou seja, compreender o gênero como um dos fatores de desigualdades na sociedade permite ressaltar seu aspecto de construto social em detrimento de explicações biológicas que por muito tempo naturalizaram a condição de inferioridade das mulheres.

Neste capítulo, abordaremos a construção do gênero como categoria de análise para, a partir disso, analisarmos a condição da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na família, como forma de embasamento das análises posteriores quanto às percepções das agentes de crédito a respeito do seu papel profissional.

2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Ao falar de gênero, é preciso primeiramente conceituar o termo. Muitas vezes confundido como sexo, o conceito de gênero vai mais além, considerando que grande parte das diferenças existentes entre homens e mulheres é uma construção social, marcada por relações de poder.

As diferenças de gênero muitas vezes foram confundidas com diferenças entre os sexos, o que fazia com que fossem explicadas com argumentos biológicos. Na tentativa de criar uma ciência feminista, muitas teóricas buscaram outras abordagens que pudessem explicar a dominação das mulheres pelos homens.

Mead (1971a) afirma que embora as representações sobre homem e mulher possam variar culturalmente, existem certas regularidades

básicas de que nenhuma sociedade consegue escapar. Desta forma, as crianças primeiramente se identificam com o sexo para, em seguida, identificar-se com o gênero. Neste processo, a identificação com o sexo é dada biologicamente, quando se define como menino ou menina. A identificação com o gênero é mais complexa, uma vez que se realiza a partir de comportamentos, atitudes, impulsos, interesses e atividades, que muitas vezes são associados erroneamente a determinadas características físicas. Assim, as crianças enxergam um *continuum* no qual os pólos são ocupados pelo homem e mulher considerados típicos pela sociedade, mas que na realidade a grande maioria da população encontra-se entre estes pólos.

É importante considerar a diferença de traços físicos de sociedades distintas, fazendo com que, no plano geral, existam vários *continua* onde os pólos masculinos e femininos são divergentes (MEAD, 1971a), podendo ocorrer do pólo masculino de um ser semelhante ao feminino de outro, e vice-versa. Nas sociedades modernas, onde há forte miscigenação, a definição de masculino e feminino a partir de traços físicos pode se revelar inadequado e até mesmo doloroso.

Mead (1971b) atribui a desigualdade entre homens e mulheres, em parte, à construção da personalidade masculina e feminina na infância. Segundo a autora, em um processo de negação de tudo o que é feminino, como forma de diferenciar-se da mãe, o menino constrói sua personalidade permeado pela insegurança de não obter sucesso nesta diferenciação e de não conseguir se firmar como homem na vida adulta, quando se compara com os homens e outros meninos. Na vida adulta, a insegurança permanece com a incerteza da paternidade (já que é a mulher quem gera), somente minimizada com a dominação das mulheres⁴. Embora tenha focado nos estudos etnográficos para explicar as desigualdades, ao buscar as regularidades básicas nas construções de gênero nas sociedades, Margaret Mead também

⁴ Diversas autoras, em especial as de orientação marxista, referem-se à dominação masculina como resultado da alienação sexual da mulher, ou seja, a dominação masculina limita a liberdade sexual das mulheres. Scott (1990) cita Catherine Mackinnon, que afirma: “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e no entanto nos é mais alienado”.

contribuiu para destacar a importância da construção de uma personalidade de gênero, com o foco psicanalítico, nas explicações das desigualdades.

Chodorow (1979) amplia o debate sobre desenvolvimento da personalidade feminina a partir de uma análise psicanalítica de relações objetais, afirmando que a personalidade do indivíduo é determinada pelas relações tecidas na primeira infância, tendo forte componente cultural que diferencia o tratamento dado pela mãe e outros adultos a meninos e meninas. Desta forma, o período que marca o fim da fase oral, chamado de período pré-edipiano, é fundamental no processo de identificação e individualização do bebê que, a partir da relação com a mãe nesta fase, começa a formar sua personalidade de gênero antes mesmo de sua identificação sexual. É na relação com a mãe e o pai no período edipiano que a criança vai estabelecer sua identificação de gênero, mas de maneira diferenciada. A menina, segundo a autora, tem uma relação *pessoal* com a mãe, ou seja, ela se identifica como mulher a partir de sua relação com a mãe, em que compartilha atividades comuns. Já o menino possui com o pai uma identificação *posicional*, ou seja, a identificação de gênero com o pai é idealizada, ocorrendo com aquilo que o menino fantasiou em relação ao que vem a ser masculino. O esforço em diferenciar-se da mãe, aliado às fantasias de como é ser homem, estimula no menino a desvalorização da feminilidade. Neste sentido, a autoestima da mãe enquanto mulher é fundamental na forma com que o menino se individualiza⁵.

Entretanto, foi com Joan Scott (1990) que se estruturou o gênero como uma categoria de análise. As explicações puramente psicológicas ou etnográficas acabavam por a-historicizar a questão, fazendo com que as mulheres fossem vistas como uma especificidade dentro da universalidade. Assim, o esforço de Scott e outras feministas foi o de tornar o gênero uma categoria de análise, inserida nos diversos campos teóricos, e não separada da academia no gueto dos “estudos feministas”.

⁵ A autoestima da mãe é resultado de seu processo de individualização da própria mãe, sendo também fundamental na forma com que a menina irá lidar com a feminilidade (CHODROW, 1979).

Scott (1990) considera gênero o termo adequado para dissociar seu aspecto político, trazendo-o como um conceito neutro que designa relações de poder sem, no entanto, defender uma ou outra posição. A utilização do termo implica no reconhecimento de que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e que a compreensão de um não pode ocorrer em separado, orientando a percepção de formas de relacionamento entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, bem como de homens com homens. Assim, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990).

Em sendo uma construção social e cultural, o gênero representa as imagens e significados atribuídos a cada sexo, e como se relacionam.

Scott (1990) afirma que foram três as abordagens utilizadas na análise de gênero: i) patriarcal, cujo foco foi na explicação das origens da dominação; ii) marxista, procurando compromisso com as críticas feministas e iii) psicanalítica, com foco na produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Enquanto as teorias do patriarcado⁶ atentam para a subordinação de mulheres como forma de controle da sexualidade e da propriedade, as feministas marxistas buscavam uma explicação material, recaindo para um viés econômico que sobrepõe o capitalismo ao patriarcado. As abordagens psicanalíticas se diferenciam de acordo com as escolas de pensamento, sendo que a anglo-americana faz referência à Teoria das Relações com Objetos, da qual Nancy Chodorow é a principal expressão (como vimos anteriormente), e a escola francesa, baseada nas idéias de Jacques Lacan. Ambas focalizam na formação da identidade de gênero, sendo que a primeira enfoca na influência da experiência concreta (socialização primária) e a segunda no papel da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (SCOTT, 1990).

A definição de gênero proposta por Scott (1990) é a conexão de duas proposições; “o gênero é o elemento constitutivo de relações sociais

⁶ As teorias do patriarcado foram criticadas por justificar a desigualdade pela diferença física (apropriação masculina do corpo da mulher), desconsiderando qualquer construção sócio-cultural. (SCOTT, 1990).

baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, implicando quatro elementos relacionados entre si: i) **símbolos culturais** que evocam diversas representações, muitas vezes contraditórias; ii) **conceitos normativos** baseados em interpretações dos sentidos destes símbolos, que freqüentemente pressupõem uma oposição binária, onde uma parte é rejeitada ou reprimida de forma a parecer que a posição dominante é a única possível, como se fosse produto de um consenso social, e não de um conflito; iii) **inclusão da dimensão política**, tanto quanto das instituições e organizações sociais na análise das relações de gênero; iv) **identidade subjetiva**, de forma historicizada, não restringindo a análise no plano individual. Estes quatro elementos não podem operar sem os outros, embora não funcionem simultaneamente nem representem o reflexo um do outro.

Em sendo uma forma primeira de significar o poder, o gênero é estruturante da percepção e do simbolismo de toda a vida social, referenciando a distribuição de poder na sociedade. As relações sociais são construídas a partir da legitimação do gênero, que é evocado em diversos contextos, mesmo naqueles que nada têm a ver com sexualidade (SCOTT, 1990).

Souza-Lobo (1991) destaca, neste sentido, que o lugar da mulher na sociedade é muito mais resultado do significado da interação social concreta do que propriamente de suas atividades, uma vez que tais relações estão presentes nas diversas esferas da vida. Enquanto relação de poder, as relações de gênero são constitutivas das relações sociais nas quais as representações dominantes são tidas como naturais e inquestionáveis.

Scott (1990) rejeita a polarização homem-mulher definida pelo sexo, atentando para a desconstrução de relações hierárquicas e buscando compreender como as relações de gênero são construídas e reproduzidas nas sociedades. Assim, sexo está relacionado com a dimensão biológica, enquanto gênero refere-se às dimensões cultural e histórica.

No presente trabalho, utilizaremos o termo gênero para designar homens e mulheres, tendo em vista que as construções sociais ocorrem a partir das relações entre eles.

2.2. MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

Com a globalização, no sentido de unificação dos mercados para a formação de apenas um (HIRATA, 2002), as organizações sentem cada vez mais necessidade de se reestruturarem, levando à formação de cadeias produtivas nas quais se integram em busca de responder mais rapidamente às demandas de mercado (CHILD E MCGRATH, 2001).

A globalização é marcada por paradoxos (HIRATA, 2002), trazendo benefícios, como desenvolvimento mais acelerado e a integração dos povos, mas também malefícios. Dentre estes, percebemos a precarização do trabalho e a destruição dos recursos naturais, que atingem fortemente os países periféricos e as minorias⁷. Desta forma, as mulheres integram o grupo dos que são mais afetados com a mudança na organização do trabalho, em sua maioria assumindo cargos marcados pela discriminação e vulnerabilidade (HIRATA, 2002). Quando acumulam características desvalorizadas pela sociedade (mulher, negra e pobre), pouco resta para garantir sua sobrevivência além do emprego doméstico (XAVIER, 2005). Segundos dados do IBGE de 2008, enquanto que 43,1% das mulheres economicamente ativas estão ocupadas no Brasil, o percentual de homens é de 62,1%. Analisando esta ocupação mais profundamente, vemos que 37,8% destas mulheres são empregadas com carteira assinada no setor privado, enquanto que 16,5% são como empregadas domésticas. A ocupação masculina, respectivamente, é de 48,6% no

⁷ Com relação à noção de minoria, cabe fazermos um parêntese. Segundo Beauvoir (1980), minoria ocorre quando determinado grupo, em menor número e autônomo, é submetido a outro em algum momento histórico. No caso das mulheres, elas sempre foram consideradas minorias, apesar de constituírem-se em número equivalente aos homens e não terem sido submetidas a partir de determinado fato histórico; sua submissão seria, portanto, absoluta.

setor privado e 0,7% no trabalho doméstico, mostrando a forte desigualdade em termos de condições de trabalho.

Por outro lado, a integração fomentada pela globalização tem favorecido a formação de novos coletivos, possibilitando às mulheres se integrarem na luta em busca de igualdade de oportunidades (LANIADO E MILANI, 2007; HIRATA, 2002), a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres.

A flexibilização das organizações tem sido a resposta às demandas por integração, ocorrendo na prática por meio de (NEVES, 2002): i) ajuste de equipamentos a “demanda variável em volume e composição” (NEVES, 2002, p. 49); ii) Polivalência dos trabalhadores com ampla formação no sentido de poderem trocar facilmente de postos no trabalho, exigindo uma multiquificação; iii) Contratos de trabalho flexíveis, variando de emprego, duração e local do trabalho; iv) Salários variáveis de acordo com a conjuntura econômica; v) Redução de encargos e regulamentação social. Pela possibilidade de ocorrer de diversas maneiras, a flexibilização pode tornar uma organização mais ou menos opressora ou inclusiva. De todo o modo, a realidade atual do mercado de trabalho pressiona o trabalhador no centro da organização, entendendo competência como um conjunto de habilidades de prevenir e resolver problemas da maneira mais rápida e eficiente, por meio de equipes de trabalho com troca de informação intensiva (NEVES, 2002).

A informação assume capital relevância na pós-modernidade, já que a partir dela é possível a inovação em bens e serviços, bem como a decodificação rápida das necessidades de mercado com o propósito de atendê-las. Desta forma, a criatividade surge como valor, fazendo com que os processos organizacionais sejam desenhados de forma a promovê-la (CHILD E MCGRATH, 2001). Com isso, segundo Neves (2002), a flexibilização torna-se elemento-chave na competição empresarial, exigindo do trabalhador qualificação e aperfeiçoamento constantes. Entretanto, esta busca de polivalência forma, segundo Hirata (2002), o paradoxo do envolvimento maior do empregado *versus* contratos de trabalho mais flexíveis, que lhes dão poucas garantias.

Embora seja uma exigência do mercado, o trabalhador é responsabilizado pela própria qualificação e, logo, pelo desemprego. Neste contexto, a qualificação perde o sentido de relação social (NEVES, 2002), de apreensão de conhecimento, para tornar-se mero instrumento de intermediação entre trabalhador e emprego. A verdadeira qualificação passa a ocorrer com a participação nas equipes de trabalho, onde a troca intensiva de informação caracteriza a “qualificação coletiva” (NEVES, 2002).

Falar de qualificação profissional do trabalho feminino envolve discutir a “relação social na dinâmica conflitante da relação capital/trabalho” (NEVES, 2002), uma vez que as atividades domésticas e profissionais estão interligadas pelo conjunto de experiências vividas. Assim, a desigualdade não está no sexo de quem executa as tarefas, mas na identificação do sexo de quem executa a partir do conteúdo das tarefas. Segundo Hirata e Kergoat (2003), o valor (no sentido antropológico e ético) distingue o trabalho feminino do masculino, ainda que sejam idênticos, colocando a divisão sexual do trabalho no âmago do poder exercido pelos homens sobre as mulheres.

Esta situação decorre das representações sociais acerca do feminino, em que atividades relacionadas ao âmbito doméstico são desvalorizadas e deixadas a cargo das mulheres, ao passo que os cargos que exigem criatividade e poder de decisão são ocupados por homens, dando origem a nichos de participação feminina e masculina.

A forma com que as mulheres lidam com a desigualdade tem possibilitado a elevação de sua escolaridade, queda da taxa de fecundidade e novas representações acerca do papel da mulher na sociedade, fazendo com que cada vez mais ocupem cargos de prestígio (NEVES, 2002). Entretanto, tais avanços não são suficientemente refletidos na remuneração, fazendo com que, na prática, as mulheres precisem estudar e trabalhar mais para atingirem o mesmo patamar que os homens. Em muitos casos, numa mesma organização são encontradas discrepâncias salariais entre homens e mulheres que executam as mesmas funções. Segundo Hoffman e Leone (2004), a

remuneração da mulher equivale (dados de 2002) a 70,6% da remuneração do homem.⁸ De acordo com dados do IBGE de 2008, a discrepância salarial entre homens e mulheres é ainda maior dentre os mais escolarizados, em que os rendimentos das mulheres com nível superior são, em média, 40% inferiores aos dos homens⁹. Tanto que a primeira lei assinada pelo presidente estadunidense Barak Obama em 2009 foi no sentido de ampliar o prazo de denúncia de diferença salarial, resultado da luta da operária Lilly Ledbetter, que durante décadas recebeu salário inferior ao dos seus colegas homens de fábrica.

Desta forma, percebemos que as representações sociais, entendidas aqui como o sistema de significação compartilhado na sociedade através do qual os indivíduos enxergam o mundo, dão sentido a ele e constroem a própria identidade social (ANDRADE *et al.*, 2002), originam a forma em que os papéis são definidos entre homens e mulheres na sociedade. Tais representações influenciam comportamentos nas organizações, mas, enquanto construção social podem ser transformados a depender do grupo do qual o indivíduo faz parte.

As desigualdades de gênero se perpetuam e se transformam no âmbito familiar, sendo impossível dissociar hoje as análises de gênero das de família, já que as mudanças em um impactam decisivamente na outra (MACEDO, 2008). Veremos, pois, a seguir como as atividades domésticas impactam as atividades produtivas da mulher.

2.3. “ESCOLHA DE SOFIA”: PRODUÇÃO X REPRODUÇÃO

Segundo Andrade e outros (2002), a execução das atividades do lar pelas mulheres é uma representação social compartilhada por homens e mulheres. Em sua pesquisa, ficou confirmado que homens e mulheres

⁸ Os autores citados mostram um avanço, se os dados forem comparados com os de 1981, em que o rendimento do trabalho feminino equivalia a 55,7% do trabalho masculino. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 1981 e 2002.

⁹ A pesquisa foi realizada em janeiro de 2008 nas seguintes capitais: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

concordam que a mulher deve trabalhar, mas que em caso de necessidade, é ela quem deve desistir da carreira para cuidar do lar. Representação semelhante é a de que a mulher deve acompanhar o marido nas mudanças de estado e país motivadas pelo trabalho, nem que para isso precise abandonar a carreira, estimulando toda uma preocupação por parte das multinacionais no tratamento de expatriados, mas a recíproca não é verdadeira. Situações como estas são motivadas pela representação de que as atividades do lar são de inteira responsabilidade da mulher, cabendo ao homem o papel de provedor. A inserção da mulher no mundo do trabalho criou a situação de que ambos agora têm o papel de provedores, inclusive reconhecidamente pelos próprios homens, mas a responsabilidade pelo lar ainda não foi dividida. Décadas depois, ainda há situações que parecem confirmar o que Beauvoir (1980) já afirmava: tudo que a mulher conquistou foi concedido. Não podemos desconsiderar a histórica luta por emancipação feminina, mas ainda temos um longo caminho para a autonomia plena da mulher.

A responsabilidade pelas atividades domésticas torna ainda mais difícil a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, em que os principais efeitos, segundo Kabeer (2008) são: i) a relação de interdependência entre as atividades ditas femininas e bem-estar da família; ii) maior variação do ciclo de vida na força de trabalho feminina, em relação à masculina; iii) maior incidência do trabalho autônomo em mulheres em idade fértil, devido à flexibilidade na conciliação de afazeres domésticos e atividades produtivas; iv) renda feminina destinada prioritariamente ao bem-estar dos filhos. Tais características reforçam a condição de desigualdade que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, principalmente com relação à renda, que é menor.

Chant (2008) lembra que mesmo o fenômeno crescente de chefia dos lares realizada por mulheres, chegando até a diversos casos de homens serem sustentados pelas esposas¹⁰, não tem sido refletida em

¹⁰ Em sua pesquisa sobre feminização da pobreza na Gâmbia, Filipinas e Costa Rica, a autora detectou o fenômeno em que o homem deixa de ser o principal provedor ("*Chief Breadwinner*") para ser o principal "gastador" ("*Chief spender*").

maior igualdade nas responsabilidades domésticas, sobrecarregando as mulheres e trazendo impactos profundos na sua saúde e bem-estar.

As atividades de reprodução, segundo Ávila (2002), não foram contabilizadas na organização do tempo pelo capitalismo, justamente por não possuírem valor econômico. Esta desvalorização decorre do fato das atividades de reprodução da instituição familiar serem historicamente destinadas às mulheres, em clara dicotomia com as atividades de produção, destinadas aos homens. A organização da sociedade com esta divisão de papéis não sobrecarrega nenhum dos dois. Atualmente, entretanto, verificamos que as mulheres não querem abrir mão do trabalho e da carreira, pois favorecem a elevação da autoestima e da autonomia. Por outro lado, uma vez que escolheram constituir família, não podem abandonar as atividades que lhes são impostas. A tensão vivida pelas mulheres entre dedicar-se à família ou à carreira configura-se uma “escolha de Sofia¹¹”, já que as atribuições de ambas impedem as mulheres de as exercerem plenamente ao mesmo tempo.

Por não terem valor social, as atividades domésticas constituem-se como trabalho invisível, uma vez que não é reconhecido como trabalho, mas impede ou dificulta a produção e o descanso, causando sérios problemas para a saúde física e mental da mulher. Assim, as mulheres ou realizam as atividades reprodutivas durante seu período de descanso, sem obviamente descansar, ou aceitam novas formas de flexibilização do trabalho, seja recebendo remuneração menor por tempo menor de trabalho desregulamentado, seja aceitando trabalhar em casa, onde ambas as atividades se confundem “criando um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho” (ÁVILA, 2002).

As mulheres de classe média e alta, que possuem maior escolaridade, têm como alternativa a contratação de outra mulher para a realização dos afazeres domésticos de sua casa, destinando a ela as atividades de cuidado do lar e dos filhos. Entretanto, ainda continua sendo

¹¹ “A Escolha de Sofia” é um romance de William Styron, publicado em 1979 e que venceu o National Book Award de 1980 na categoria ficção. Trata-se da história de uma mãe polonesa que, presa em um campo de concentração nazista, lhe é imposta a escolha por um dos seus dois filhos. Se não escolhesse quem deveria ser morto, ambos seriam mortos.

de sua responsabilidade que tudo funcione, fazendo com que as atividades domésticas continuem presentes enquanto preocupação no momento de realização das atividades produtivas, uma vez que absorve para si a função de orientação desta trabalhadora. A situação é ainda agravada quando há a presença de filhos, que demandam uma série de outras atividades que envolvem preocupação e responsabilidade maiores. A realização das atividades domésticas, ainda que no nível da preocupação, interfere no desempenho das mulheres nas suas atividades de produção, fazendo com que seu papel de dona-de-casa seja sempre uma sombra na sua carreira.

A utilização do trabalho doméstico é herança da escravatura nos países da América, dando origem a relações de classe entre as mulheres: a patroa e a empregada (XAVIER, 2005). Esta relação é marcada por uma série de conflitos, motivado pelo drama da patroa em deixar a cargo de outra mulher as atividades que entende serem de sua obrigação e o drama da empregada em deixar de “cuidar dos seus” para “cuidar dos outros”. As mulheres pobres, geralmente empregadas domésticas, não têm condições de pagar outras para realizar suas atividades enquanto trabalham fora, dando origem a redes de solidariedade entre vizinhas e família, nas quais as mulheres se revezam na realização das atividades domésticas das outras (ÁVILA, 2002), ou deixando a cargo dos filhos maiores o cuidado com os menores, não também sem conflitos. Tais conflitos também interferem nas atividades produtivas da mulher.

Esta situação leva as empresas a questionar o real comprometimento das mulheres com o trabalho, já que socialmente lhes é exigido priorizar a família, enquanto que os homens estariam totalmente disponíveis ao trabalho, gerando diversas formas de exploração (BAHIA, 2002). Contudo, o comprometimento das mulheres estaria relacionado à satisfação, ou seja, quando percebidas barreiras tácitas para seu crescimento profissional, muitas mulheres sentem-se insatisfeitas com o trabalho, interferindo diretamente em seu comprometimento. A relação satisfação/comprometimento, que fique claro, não ocorre apenas com as mulheres, mas também com os homens.

A relação satisfação/comprometimento deu origem à diferenciação entre *gender model* e *job gender*. O primeiro enfoca nos estereótipos de gênero, entendendo que a satisfação do trabalho está fora da organização e associado ao processo de socialização da mulher, que lhe exige maior atenção ao seu papel na família. O segundo entende que o envolvimento organizacional depende das características da organização que estimulam ou desestimulam seu desenvolvimento (BAHIA, 2002).

Considerando que a atribuição doméstica às mulheres também é uma construção social, e que o trabalho feminino se constitui como construtor da identidade social das mulheres e de sua independência econômica, sérias mudanças são necessárias nas representações da sociedade acerca do trabalho doméstico não-remunerado. Uma vez consideradas trabalho¹² que possuem o devido valor (por produzirem riqueza imaterial – a reprodução da família), as atividades domésticas seriam pactuadas de maneira igualitária, onde homens e mulheres passariam a ter responsabilidades equilibradas. Com isso, a reprodução não mais seria vista como uma sombra na vida profissional das mulheres, mas como uma obrigação de todo o indivíduo que deve ser respeitada pelas organizações. Este ideal na busca pela emancipação feminina, em que haveria a efetiva articulação entre responsabilidades e direitos das mulheres, é uma luta histórica do movimento feminista, que tem favorecido mudanças graduais nas famílias, contribuindo, inclusive, para novos arranjos familiares.

Devido ao fato de as agentes de crédito vivenciarem os conflitos típicos das mulheres, associado a uma condição precária de vida na qual ou são materialmente sustentadas pelos cônjuges ou são chefes de família, geralmente são mais vulneráveis a atividades profissionais marcadas pela precarização, quando não ao emprego doméstico. A atuação em iniciativas de economia solidária se constitui para as mulheres, na prática, como uma forma de conciliação entre as atividades

¹² De certa forma, o mercado também reconhece as atividades domésticas como trabalho, com o advento dos eletrodomésticos. Entretanto, a forma como são apresentados à sociedade reforça as representações, ao invés de estimular mudanças.

domésticas e uma atividade profissional econômica não-alienante, contribuindo para o empoderamento destas mulheres, dado seu aspecto plural, conforme será exposto a seguir.

O capítulo a seguir tem como objetivo compreender os Bancos Comunitários de Desenvolvimento como uma manifestação de economia solidária, entendendo suas práticas como outra forma de fazer economia. A partir disso, e da análise dos bancos pesquisados, pretendemos compreender se ocorreram mudanças nas percepções das agentes de crédito quanto à própria condição de desigualdade, e se essas mudanças foram decorrentes da atuação profissional nesses bancos.

3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho pretende analisar as percepções de gênero das agentes de crédito dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia e, neste sentido, cumpre fazer revisão do conceito de Banco Comunitário e em que contexto ele se inscreve.

Por ser um fenômeno relativamente recente, ou melhor, as diversas práticas tradicionais de finanças de proximidade apenas recentemente foram conceituadas enquanto Finanças Solidárias, iniciaremos este capítulo descrevendo o campo das Finanças Solidárias em sua relação com a Economia Solidária, contextualizando-o especialmente no Brasil enquanto um movimento eminentemente de caráter popular, que criou condições para o surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Em seguida, analisaremos a natureza singular de tais bancos, que reúnem no seu cotidiano a preocupação com a própria sustentabilidade financeira e o compromisso com o desenvolvimento local.

3.1. A EMERGÊNCIA DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

3.1.1. Situando as Finanças Solidárias enquanto manifestação da Economia Solidária

Um pouco de Economia Solidária...

A economia solidária é entendida como um modo de produção, distribuição, comercialização e crédito alternativo ao modo capitalista, em que o social e o político se sobrepõem ao econômico (GUÉRIN, 2003), fazendo com que as relações sociais ocorridas neste âmbito sejam orientadas pelo princípio da solidariedade (PESSOA, RAMOS E PEIXOTO, 2008), a partir da “socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (LAVILLE E GAIGER, 2009). Desta forma,

embora tenham como objetivo o ganho econômico, este não é o foco principal dos empreendimentos solidários, mas todo o conjunto de relações sociais tecidas durante a troca.

Segundo Lévesque (2009), a economia solidária está inscrita na abordagem da *Sociologia Econômica*, que questiona a separação da economia da sociologia, entendendo que as atividades econômicas devem ser inscritas num contexto mais amplo de sociedade, e não atomizadas. Com base nas representações sociais de Durkheim, dos tipos ideais de Weber, nas relações sociais de produção, distribuição e consumo de Marx e na pluralidade de princípios econômicos de Polanyi, a sociologia econômica afirma a necessidade de analisar as atividades econômicas do ponto de vista sociológico, vez que os valores associados às práticas econômicas são repercutidos na vida em sociedade. Segundo o autor, o capitalismo não reconhece a pluralidade de princípios econômicos (mercantis, não-mercantis e não-monetários), devido à ausência de democracia econômica. A economia social e solidária¹³, ao contrário, garante o bem comum a partir do reconhecimento da pluralidade de princípios econômicos, aliada à democracia representativa e deliberativa, evidenciando sua dimensão política.

Nas iniciativas de economia solidária, a atividade econômica é vista como meio para se atingir outros objetivos, geralmente associados à qualidade de vida e dignidade no trabalho. Desta forma, ao tornar o trabalhador detentor não somente da mão-de-obra, mas também do capital, a partir dos princípios de igualdade e autogestão, a economia solidária assume um papel político, exercido nos espaços públicos de proximidade. Apostando na associação e em soluções coletivas, as iniciativas de economia solidária se inscrevem na comunidade, agindo democraticamente e em favor do interesse geral na busca por soluções dos problemas comuns, contribuindo para a construção de um modelo

¹³ O termo “Economia Social e Solidária” faz menção à articulação entre economia social e economia solidária, característica das manifestações de economia solidária na Europa, especialmente a França, país do referido autor, conforme veremos adiante. Tal referência não se difere da abordagem da economia popular e solidária do Brasil.

democrático dialógico (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; LAVILLE E GAIGER, 2009).

O fenômeno da economia solidária não pode ser compreendido em separado da crise do trabalho, que se deu no contexto da reestruturação produtiva (VERONESSE, 2008). Em sendo o trabalho *locus* privilegiado da construção de identidades, a elevação das taxas de desemprego e a precariedade que tem caracterizado cada vez mais as ocupações laborais trazem graves conseqüências para a sociedade, modificando as representações sobre trabalho e emprego, termos estes cada vez mais dissonantes¹⁴. O trabalho associativo e cooperativo surge como opção à enorme massa de trabalhadores que sofrem as conseqüências da produção flexível das empresas, tanto no que se refere à geração de renda, como em termos de retomada da dignidade e solidariedade no trabalho, originando os chamados *Empreendimentos Econômicos Solidários* (EES).

Singer (2006) traz que a crise econômica brasileira ocorrida a partir da década de 80, quando as políticas governamentais passaram por uma reestruturação no sentido de reduzir os gastos públicos, contribuiu para o aumento do desemprego, levando ao crescimento acelerado da pobreza. Embora a desigualdade social e a pobreza estejam presentes no Brasil desde a colonização, esta situação foi agravada na década de 80 com o neoliberalismo e o desenvolvimento tecnológico, fazendo do desemprego um medo presente em todas as camadas sociais nas quais o emprego se constitui como principal meio de sobrevivência. A massa de desempregados estruturais, presente ao longo da história econômica brasileira, foi aumentada pelos chamados “novos desempregados”, trabalhadores afetados pelo novo ciclo capitalista. Por isso, o autor afirma que os desempregados precisam de ocupação, e não de emprego, uma vez que existem outras formas de garantir os meios de sobrevivência para

¹⁴ Conforme veremos a seguir, a noção de emprego pressupõe uma relação hierárquica, ou, segundo Singer (2006), a compra da mão-de-obra por um salário, ainda que o emprego seja informal. A idéia de trabalho é mais ampla, entendida como “uma ‘atividade produtiva de um determinado tipo que visa a um objetivo determinado’” (Marx *apud* BOTTOMORE, 2001), que pode ou não incluir hierarquias. Geralmente compreendidos como termos semelhantes, a crescente ocupação de trabalhadores em atividades autônomas faz a noção do emprego enquanto principal meio de subsistência do trabalhador ser discutida.

além do emprego. No entanto, segundo o autor, é fundamental para o capitalismo que a noção de que o emprego é a única forma digna de sobrevivência se mantenha, uma vez que o desemprego é elemento central nas suas políticas de estabilização¹⁵. O exército industrial de reserva¹⁶, tão caro ao capitalismo para ajuste dos salários (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; SINGER, 2006), sobrevive da economia tradicional, com seus circuitos de trocas não-monetárias, que persiste na sociedade a despeito da centralidade do mercado auto-regulado na economia (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

França Filho e Passos (2008) afirmam que a noção de emprego formal pressupõe a de exclusão social, já que no atual paradigma é o trabalho que define as identidades individuais e coletivas dos sujeitos sociais, sendo o principal vetor de integração social. Considerando que a crise do trabalho leva a diversas reflexões acerca do atual paradigma de organização da sociedade, cujo enfoque é na economia de mercado, enquanto supridora de empregos, e no Estado, que garante a proteção social, surge em cena uma pluralidade de propostas que visam solucionar os efeitos desta crise. Dentre as propostas que seguem a lógica de mercado, se destacam as tentativas de estímulo à qualificação da mão de obra e, posteriormente, ao empreendedorismo individual, como se o problema do desemprego estivesse na baixa qualificação dos trabalhadores, e a lógica competitiva permitisse sucesso para todos que se aventurem a abrir um negócio. Sobre este último, os autores acrescentam que a noção de empreendedorismo é sustentada por dois pilares: i) as qualidades do ato de empreender e ii) o microcrédito¹⁷.

Dentre as propostas de superação da crise do trabalho, a economia solidária estrutura-se como alternativa contra-hegemônica, ao possibilitar novas formas de trabalho, com acesso a direitos e com vistas

¹⁵ Este pensamento é fundamentado na percepção de que o emprego se constitui uma troca econômica, regulado, portanto, pelas leis de mercado, em que o trabalhador vende sua força de trabalho para o empregador, que se equivale ao “cliente”. Para Singer (2006), a oferta não é de emprego, mas de trabalho.

¹⁶ Dado a proporção cada vez maior de trabalhadores em atividades terciárias, atualmente cada vez mais o termo assume o significado de “exército profissional de reserva”.

¹⁷ Sobre a questão do microcrédito, aprofundaremos posteriormente.

à reorganização das economias locais, contemplando uma pluralidade de formas de comportamento econômico (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

França Filho e Laville (2004) trazem a economia solidária como um movimento de hibridização de economias, nos termos de uma “economia plural”, em que práticas mercantis, monetárias e não-monetárias se reúnem na estrutura produtiva. Desta forma, abrigam quatro princípios econômicos, a saber: i) mercado, marcado pela relação entre agentes econômicos independentes, que trocam bens e serviços visando o ganho econômico; ii) redistribuição, em que uma autoridade distribui a produção de acordo com critérios específicos, sejam eles decididos democraticamente ou despoticamente; iii) reciprocidade, refere-se à relação de dívidas entre as pessoas, que envolve uma contra-dívida, ou seja, a dívida voluntariamente adquirida entre os indivíduos que mantêm a relação entre eles¹⁸; iv) domesticidade, referente à produção para o próprio grupo, garantindo a sobrevivência deste, sendo diversas as formas em que ele é organizado e gerido.

A autogestão, característica dos empreendimentos econômicos solidários, visa garantir a participação de todos os integrantes do empreendimento nas decisões, em que a Assembléia Geral de Sócios se constitui como autoridade máxima de decisão (Singer, 2002). Assim, opondo-se à heterogestão típica das empresas capitalistas, a autogestão é o elemento fundamental do princípio democrático em tais iniciativas. Outro fator trazido por Singer (2002) que diferencia a economia solidária do capitalismo, dentre outros, é a repartição dos ganhos, onde a centralidade no trabalho permite que as sobras (ao invés do lucro nas empresas capitalistas) sejam repartidas igualmente entre todos os sócios. É claro que, na prática, a realização dos princípios da economia solidária

¹⁸ Uma característica da dívida é que a retribuição não ocorre necessariamente para a mesma pessoa, podendo ocorrer para outras de uma mesma família ou comunidade. O fundamental neste ponto é perceber que as trocas não são despersonalizadas como nas relações guiadas pelo mercado, mas envolve uma série de prestações sociais (França Filho e Laville, 2004).

não é tão simples como pode parecer, uma vez que ela visa contrapor-se aos valores estimulados pelo capitalismo desde seus primórdios.

A economia solidária teve origem na Europa como “alternativa socialista ao capitalismo industrial” (Singer, 2006) a partir do projeto cooperativista, mas no Brasil as iniciativas surgem como alternativa ao desemprego e à exclusão social, sendo preponderante nos bairros populares. Segundo Singer (2006),

A economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba (p. 10).

As origens da economia solidária situam-se no século XIX, a partir dos movimentos associativos e sindicais da Europa. Ao mesmo tempo em que se deu o surgimento e a difusão do liberalismo, com sua lógica baseada na liberdade individual e a igualdade, surgiram movimentos que tinham como objetivo contraporem-se a esta lógica.

França Filho e Laville (2004) mostram o pós-revolução francesa como espaço privilegiado em que ocorreram debates acerca da democracia que se formava, fervilhando propostas de uma economia centrada na igualdade e liberdade, mas também na solidariedade¹⁹, caracterizando-se como espaço público diversificado. Enquanto o capitalismo tomava forma, pautado na igualdade e liberdade individual e fundando a lógica utilitarista²⁰, diversos teóricos questionavam se realmente a busca pelo interesse individual seria capaz de trazer harmonia para o conjunto de pessoas. Tendo em vista o processo de pauperização da sociedade no início do século XIX, advindo com a Revolução Industrial, diversos movimentos associativos surgiram, lutando contra a exploração e a alienação do trabalho, além da igualdade de fato.

¹⁹ Segundo os autores, a noção de interesse coletivo e de solidariedade recíproca acrescentou ao ideário da revolução o termo “Fraternidade”.

²⁰ O utilitarismo baseia-se na noção de cálculo e utilidade, em que a busca do interesse individual levaria à eficiência e ao desenvolvimento da sociedade. A noção de *Homo oeconomicus*, cuja ação é motivada apenas pela razão e pelo cálculo custo/benefício, representa muito bem esta perspectiva.

Tais movimentos, cuja efervescência se deu entre 1830 e 1840, debatiam acerca da organização de trabalho, buscando a construção de uma economia que pudesse ser solidária. A especificidade destas organizações se evidenciava a partir de: i) laço social anterior mantido pela atividade econômica, caracterizando-se pelo princípio da reciprocidade; ii) a criação de espaços públicos de proximidade, regidos pela solidariedade, a partir da ação comum, cuja igualdade entre os membros os possibilita a ação na perspectiva de mudança institucional. Assim, a questão da organização do trabalho era central nos debates, em que a lógica associativa democrática configurava como fundamental na construção da economia solidária. Com a forte repressão a este movimento, predominou a lógica dicotômica capitalista que, ao separar solidariedade de economia, possibilitou a construção dos contornos da chamada economia social, em que o Estado-Providência assume papel central (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Laville e Gaiger (2009), assim como Singer (2002), atribuem o surgimento da economia solidária aos socialistas utópicos²¹, que lutavam contra a exploração capitalista e, mais especificamente, ao cooperativismo operário, que tinha como objetivo tomar os mercados capitalistas. Outro movimento que teve fundamental importância, segundo os autores, foi o de cooperativas de consumo, em especial a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Os Pioneiros contribuiu para tornar o cooperativismo um grande movimento social, inclusive originando os chamados “princípios universais do cooperativismo”²² (SINGER,

²¹ Dentre os socialistas utópicos, Robert Owen é citado como de maior importância, sendo considerado o pai do cooperativismo inglês (SINGER, 2002; ABRANTES, 2004; LAVILLE E GAIGER, 2009). Embora tenha sido um dos maiores industriais da Europa, Owen lutou por melhores condições de vida aos operários, dentre outros benefícios, introduzidos inicialmente na própria indústria. Além disso, sugeriu a criação de comunidades cooperativas integrais, com propriedade coletiva e igualdade entre todos os membros, como alternativa à pobreza que afligia os operários, porém não encontrou apoio do governo inglês. Criou também a Labour Exchange, uma bolsa de troca em que a moeda era horas de trabalho dedicadas à produção. Singer (2002) lembra que as idéias de Owen foram posteriormente reformuladas na teoria de John Maynard Keynes no que diz respeito à necessidade de acabar com a ociosidade dos trabalhadores, de forma a movimentar a economia. Além disso, Owen teve importância fundamental na criação do movimento sindicalista inglês.

²² São eles: “1) Adesão livre; 2) Controle democrático: um homem, um voto; 3) Devolução do excedente sobre as compras realizadas; 4) Juros limitados ao capital; 5) Neutralidade política, religiosa e racial; 6) Vendas à dinheiro e à vista; 7) Fomento ao ensino dos associados, dentro dos princípios cooperativistas” (ABRANTES, 2004).

2002). O movimento ganhou fôlego em seguida com as cooperativas de crédito, com a adoção destes mesmos princípios.

Enquanto que na Europa, em particular na França, a economia solidária se articula com o movimento de economia social, com a apropriação das iniciativas pelo Estado para instrumentalizá-las, o que caracteriza uma economia de inserção dos excluídos, no Brasil a economia solidária se articula com a tradição da economia popular, razão pela qual muitos utilizam o termo “economia popular e solidária” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO, 2006). Economia Popular refere-se a práticas muito comuns na história brasileira, em que as pessoas, geralmente pobres, utilizam-se das relações de reciprocidade para executarem atividades econômicas, como meio de sobrevivência.²³ Segundo França Filho (2006),

A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos para tais práticas.

Cumprir destacar que a economia popular é uma dentre as diversas formas de economia nos meios populares, associada em grande parte à tradição do território em que se localiza, caracterizando-se como uma ampliação das solidariedades ordinárias dos grupos primários, manifestada por meio de uma mobilização comunitária²⁴ (FRANÇA FILHO, 2006).

Embora o cooperativismo tenha sido trazido ao Brasil no início do século XX por imigrantes europeus (SINGER, 2002), é a partir da

²³ A economia popular é muitas vezes confundida com economia informal, que se difere quanto à utilização das relações de reciprocidade. Esta última não se associa com o tecido social local em suas atividades, mais parecendo “uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

²⁴ O mutirão é um exemplo bem típico de economia popular.

articulação com a economia popular que a economia solidária toma forma no país, configurando-se num campo de iniciativas bastante complexo. A inclusão da dimensão política²⁵ nas práticas da economia popular amplia seu escopo, formando o que chamamos de economia solidária, que se manifesta basicamente a partir de (FRANÇA FILHO, 2006; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004):

- a) *Empreendimentos econômicos solidários (EES)*: são os empreendimentos que executam suas atividades econômicas pautados basicamente pelos princípios da solidariedade e democracia. Podem tanto ser as cooperativas populares (cooperativas de produção, prestação de serviços ou consumo), as empresas autogeridas²⁶, clubes de troca²⁷, associações localizadas em determinado território de pertencimento que atuam em favor do desenvolvimento local do mesmo por meio de atividades de produção, prestação de serviços, trocas não monetárias, finanças solidárias, dentre outras, além de organizações que atuam no campo das finanças solidárias, conforme veremos adiante;
- b) *Entidades de apoio e fomento (EAF)*: são organizações que prestam assessoria para os EES, tendo atuação fundamental na estruturação deste campo de práticas. Dentre elas, cabe destacar a Cáritas (entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs – entidades ligadas às universidades), a Central Única de Trabalhadores (CUT, por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS), além de diversas ONGs que agem no plano local e que estabelecem parcerias com o poder público, em especial o municipal.

²⁵ É importante notar que a dimensão política da economia solidária é exercida primeiramente nos *espaços públicos de proximidade*, espaços de reflexão e debates sobre alternativas para a solução de problemas comuns, geralmente restrito a territórios de pertencimento, cuja participação instrumentaliza as pessoas para a ação em *redes e fóruns nacionais e regionais*, instâncias para troca de experiências entre diversos grupos, sendo que os fóruns são especialmente destinados para a articulação com o poder público na construção de políticas públicas para economia solidária, tendo o SENAES papel fundamental neste processo.

²⁶ Referem-se a empresas falidas cuja gestão é realizada democraticamente pelos próprios trabalhadores.

²⁷ São pessoas que se reúnem para realização de trocas não mercantis, geralmente utilizando moedas sociais, com vistas ao fortalecimento dos vínculos sociais dentre os envolvidos, além de satisfação de necessidades utilitárias (FRANÇA FILHO, 2006).

É muito comum a associação do caráter popular da economia solidária a uma tendência de crescimento em momentos de crise econômica, como se a economia solidária fosse uma forma de ocupação apenas de desempregados, que continuam à procura de empregos para voltar aos circuitos econômicos estritamente mercantis. Embora, de fato, existam pessoas que atuam em empreendimentos solidários com este propósito, ou pelo menos se associam a eles com esta motivação, não podemos esquecer o caráter ideológico de tais iniciativas, que agregam diversos indivíduos cujo propósito é contribuir na construção de outra economia, que se contrapõe à lógica capitalista hegemônica, como bem lembram França Filho e Laville (2004).

Desta forma, a economia solidária acaba se constituindo como uma nova configuração de movimento social, enquanto emanada da sociedade civil e que se articula com poderes públicos, mas que tem como objetivo romper com a dicotomia entre produção e consumo, em prol da construção de um novo modo de se fazer economia.

A Solidariedade das Finanças – Situando as Finanças Solidárias

A perspectiva de Finanças Solidárias surgiu com o intuito de democratizar o sistema financeiro, por meio da mobilização comunitária e com a ação pautada na solidariedade e na gestão democrática, de forma que a população excluída do sistema tradicional também pudesse ter acesso ao crédito. Segundo Passos (2007),

O termo Finanças Solidárias refere-se a um conjunto de experiências que, no âmbito da Economia Solidária, contribui para a democratização do sistema financeiro, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, pautando-se na ética e na solidariedade e apontando para o desenvolvimento humano integrado e sustentável.

As experiências de Finanças Solidárias incluem os Bancos Comunitários, OSCIP's de Microcrédito, cooperativas de crédito, fundos

solidários, além das organizações de Comércio Justo e Comércio Solidário. Tais organizações atuam em um dos grandes gargalos das iniciativas de economia solidária especificamente, e de microempresas em geral, que é a questão da sustentabilidade financeira. Como a atuação dos bancos tradicionais é pautada pela capacidade de pagamento, cujos critérios de oferta de crédito excluem parte considerável da população²⁸, as finanças solidárias surgem com o intuito de oferecer serviços financeiros à população mais pobre.

Entretanto, vale destacarmos a diferença entre finanças solidárias, microfinanças e microcrédito, ainda que resumidamente.

Segundo França Filho e Passos (2008), o *microcrédito* é principalmente destinado para pessoas físicas ou jurídicas, como forma de estímulo ao microempreendedorismo, destacando-se pela metodologia utilizada²⁹. Tem como foco a inclusão daqueles excluídos do sistema financeiro tradicional por não oferecerem garantias reais (PASSOS, 2007), sendo um dos principais elementos das políticas públicas de combate à pobreza.

Segundo Junqueira e Abramovay (2005), o microcrédito corresponde a quantias de pequena monta, que são incompatíveis com os custos operacionais dos bancos tradicionais, pois não se considera a possibilidade de captação da poupança local³⁰.

O microcrédito, quando executado por instituições bancárias tradicionais, onera o Tesouro Nacional, pois se caracteriza como política pública de combate à pobreza, com os custos subsidiados pelo Governo e conseqüente falta de comprometimento da instituição financeira na eficiência na gestão dos recursos, além de notável burocratização na relação com o beneficiário. Vale ainda destacar que a oferta de

²⁸ Segundo levantamento do IBGE em 1997, apenas 75 mil microempresários urbanos tiveram acesso a crédito bancário, embora 3,5 milhões de microempresários dissessem ter intenções de ampliar seus negócios, número que representa menos de 1% do total (ABRAMOVAY, 2003).

²⁹ Com agentes de crédito, garantia solidária, prazos curtos e valores crescentes (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

³⁰ Segundo os autores, a captação de poupança é uma das principais formas de sustentabilidade das instituições financeiras tradicionais, além de sua prática elevar consideravelmente os custos operacionais de tais organizações.

microcrédito, enquanto transferência de recursos públicos, sem o acesso dos beneficiários a outros produtos financeiros, pouco contribui para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Segundo Abramovay (2003),

A transferência de recursos creditícios acaba não se traduzindo numa dinâmica de investimentos capaz de representar um salto qualitativo na luta contra a pobreza.

Com a crise econômica brasileira na década de 80, e a conseqüente mudança de paradigma nas ações de órgãos governamentais e internacionais na luta contra a pobreza, o microcrédito ganhou destaque nas políticas públicas. A partir da nova percepção do empreendedorismo como meio eficaz de combater o desemprego e gerar renda, o microcrédito assumiu diversas formas e metodologias, tendo sua concepção atual baseada no conceito de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), disseminada por grandes instituições financeiras e por entidades de apoio ao empreendedor (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

As *microfinanças* ampliam a noção de microcrédito, caracterizando-se pela oferta de serviços financeiros a pessoas sem garantias reais (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005; PASSOS, 2007), baseada em procedimentos e gestão diferenciados (PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

A noção de microfinanças inclui a perspectiva de captação de poupança e estímulo ao investimento das populações locais, contribuindo para a movimentação econômica local e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Além disso, amplia a possibilidade de sustentabilidade da organização financeira, que se torna cada vez menos dependente de recursos de terceiros, sejam eles públicos ou privados (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005). Dentre as características das organizações de microfinanças, destacam-se:

1. Baixa inadimplência, possibilitada pelo controle social e pelos laços comunitários de confiança;
2. Pouca dependência de subsídios, quando as organizações também se concentram na captação da poupança local e oferta de outros serviços financeiros;
3. Elevado alcance do público-alvo, uma vez que as organizações participam da dinâmica comunitária;
4. Contribuição fundamental na retirada de grande número de pessoas da condição de pobreza;
5. Custos operacionais reduzidos.

O controle da inflação e estabilização da economia do Brasil em 1994 estimulou a “Indústria de Microfinanças”, que até então era inexistente no país, dando origem a diversas organizações de microfinanças, como ONG’s, OSCIPS’s, cooperativas de crédito de pequeno porte, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados (principalmente através de correspondentes bancários e carteiras especializadas) e fundos institucionais (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

Com mudanças no marco legal e firme atuação governamental, as microfinanças tomaram novo fôlego no final da década, em muito motivado pelo “*Microcredit Summit*”, grande conferência global sobre o microcrédito ocorrida em 1997, em Washington DC, nos EUA, na qual foi estabelecida a meta de financiar 100 milhões de famílias pobres até 2005 em todo o mundo (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005; PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008). Entretanto, o caminho a ser percorrido no Brasil ainda é longo, se comparado a países vizinhos. O foco dado pelas instituições nacionais ao microcrédito limita ainda hoje as ações no âmbito das microfinanças, fazendo inclusive com que os termos sejam tidos como sinônimos. O aspecto mais perverso desta situação é que a possibilidade de redução da pobreza a partir da democratização do sistema financeiro fica reduzida (ABRAMOVAY, 2003; PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).

França Filho e Passos (2008) destacam que a indústria de microfinanças obscurece diversas iniciativas no campo das finanças de proximidade ou finanças solidárias, que assumem papel fundamental na democratização do crédito e na luta contra a pobreza.

As *Finanças Solidárias* se inscrevem na abordagem das *finanças de proximidade*, em que as relações de proximidade entre os atores e sua articulação em rede assumem fundamental importância nas atividades financeiras do território. Com o foco na valorização de atividades tradicionais e da cultura local, além de estímulo à diversidade econômica, tais iniciativas trazem grande potencial de emancipação social dos indivíduos envolvidos (ABRAMOVAY, 2003).

Tendo em vista que “toda transação financeira é um contrato intertemporal de cumprimento incerto” (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005), as finanças de proximidade se diferem do microcrédito tradicional na forma de seleção e monitoramento do crédito, em que as garantias são solidárias e o controle é social, por meio da articulação em rede. Vale ressaltar a importância da percepção que cada tomador de empréstimo tem quanto à sua responsabilidade individual na sustentabilidade da organização financeira, papel muito bem exercido pelo grupo de beneficiários por meio das relações de confiança, a partir das quais o controle social é exercido.

Passos (2007), França Filho e Passos (2008) e Muñoz (2009) trazem o movimento das finanças solidárias como uma resposta à perspectiva hegemônica de finanças, cuja ação exclui os atores envolvidos e os objetivos, ocasionando a centralização de recursos entre poucos. Com o foco na democratização dos recursos financeiros, as iniciativas de finanças solidárias se constituem numa hibridação de recursos financeiros e não-financeiros, cujo objetivo é atender às necessidades da população à qual se destina, se inserindo no âmbito da economia solidária, conforme mencionamos anteriormente.

Muñoz (2009) traz o campo das finanças solidárias como composto por:

- **Cooperativas de crédito:** os sócios são credores e devedores entre si. Surgidas na Alemanha do século XIX, as cooperativas de crédito tinham como objetivo inicial o financiamento mútuo, atualmente se constituindo como alternativas ao sistema bancário tradicional. Por serem regidas por uma lei específica, as cooperativas de crédito possuem maiores possibilidades de atuação no campo das finanças, com facilidade de acesso a fundos públicos e captação de poupança (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008). Tais organizações podem ser *abertas*, quando captam recursos do público em geral ou *fechadas*, quando a contribuição é realizada apenas pelos sócios. A forma de funcionamento pode ser *atomizado-competitivo*, ou seja, individual, ou *federado*, com seu funcionamento pautado na articulação em rede. Este último é o que melhor representa o ideário das finanças solidárias (MUÑOZ, 2009).
- **Microfinanças:** Muñoz (2009) afirma que as microfinanças são uma manifestação de finanças solidárias, com foco nos excluídos do sistema financeiro formal. Baseadas nas relações de proximidade e em mecanismos inovadores que garantem altas taxas de devolução e suporte ao manejo da liquidez e dos riscos, refere-se a uma gama de serviços, como microcrédito, microdepósitos, microsseguros, microleasing, micropensão e remessas, dentre outros. Contudo, conforme foi visto anteriormente, as iniciativas de microfinanças no Brasil nem sempre estão relacionadas a valores da economia solidária, sendo mais adequado entendê-las como um guarda-chuva mais amplo de iniciativas no qual estão incluídas as finanças solidárias;
- **Finanças Éticas:** Operadas pelos bancos tradicionais, são poupança e investimentos em empresas que atendem a critérios positivos, para promover determinadas atividades, como comércio justo, e punição de outras que combinam critérios negativos, como a indústria bélica (MUÑOZ, 2009);
- **Outras iniciativas:** São aquelas como moedas sociais, sistemas locais de intercâmbio com e sem dinheiro, bancos de horas, associações de capital de risco de proximidade, dentre outras, cuja articulação com as

modalidades anteriores contribuem para a formação de um campo complexo e multifacetado (MUÑOZ, 2009);

- **Políticas Públicas de Finanças Solidárias:** Tendo o Brasil como referência, com a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dizem respeito a ações governamentais no sentido da redistribuição de renda, combate à pobreza e ampliação do mercado interno das massas, contribuindo para um novo desenho financeiro (MUÑOZ, 2009).

Embora as cooperativas de crédito tenham contribuído de maneira decisiva para a difusão das microfinanças, diversas iniciativas do campo das finanças solidárias ainda sentem dificuldade na execução de suas atividades financeiras, devido ao alto grau de informalidade das iniciativas.

Passos (2007) e França Filho e Passos (2008) afirmam que as finanças solidárias têm a ação voltada para utilização ética do dinheiro, orientando a articulação dessas iniciativas com projetos voltados para a preservação ambiental, o Desenvolvimento Regional Sustentável, a inclusão social, dentre outros.

As práticas de finanças solidárias, em geral, se manifestam por meio das organizações a seguir:

- **Cooperativas de crédito;**
- **OSCIPs de Microcrédito:** são organizações oriundas da sociedade civil que prestam serviços diretamente aos clientes. Não têm fins lucrativos e devem ter seus objetivos enquadrados nas finalidades previstas pela Lei das OSCIPs (ou lei do Terceiro Setor – Lei 9.790/99), constituindo 47,46% das instituições brasileiras que atuam com o microcrédito. Apesar da grande expansão, advinda com o marco regulatório que as protege da Lei da Usura (MP nº 2172-32/2001), os mais pobres têm dificuldades em se enquadrarem nos critérios de acesso ao crédito oferecido por tais instituições, contribuindo muito pouco para a inclusão deste público no sistema financeiro (PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008);

As organizações acima descritas, em geral, têm o foco voltado para o microcrédito, podendo, às vezes, fugir da idéia inicial de finanças solidárias e se assemelharem mais a organizações de lógica insercional-competitiva³¹.

- **Fundos Solidários:** configuram-se como uma forma de poupança comunitária, cuja gestão pode ser feita por ONGs, OSCIPs, cooperativas de crédito, fundações e associações, em que as relações de proximidade assumem fundamental importância na concessão do crédito e o pagamento dos empréstimos possibilita a concessão de novos empréstimos, destacando o seu caráter rotativo. Tais fundos financiam projetos de geração de trabalho e renda na própria comunidade, existindo atualmente cerca de 180 organizações atuando com fundos solidários no Nordeste brasileiro. As práticas dos fundos podem se diferenciar quanto à forma de devolução de recursos (integral ou parcial, monetária ou em produtos e serviços, práticas de troca, moeda social) e quanto às fontes de recursos utilizadas (públicos, privados, organismos internacionais, própria comunidade). Tendo como público pessoas socialmente excluídas e grupos produtivos solidários compostos por pessoas de baixa renda, os recursos aplicados não são reembolsáveis, nem tem sua devolução obrigatória (PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008).
- **Bancos Comunitários:** foco deste estudo, os bancos comunitários são organizações de finanças solidárias que atuam pautados na ética, na solidariedade, em que produtos, processos, gestão e metodologia seguem a lógica da economia solidária (FRANÇA FILHO E PASSOS, 2008), conforme veremos a seguir.

3.2. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

³¹ Para uma melhor compreensão do que se caracteriza a via insercional-competitiva, e sua contraposição pela via sustentável-solidária, ver FRANÇA FILHO, 2008.

Segundo Silva Junior (2007), um Banco Comunitário de Desenvolvimento é um projeto de movimentação da economia popular local, com base na economia solidária e executado por meio de um sistema financeiro construído coletivamente na comunidade com vistas ao Desenvolvimento Local, que financia produtores, comerciantes e consumidores, organizados em rede.

Enquanto tecnologia social, os Bancos Comunitários estão bem caracterizados e conceituados como um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo à população excluída do sistema financeiro quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária (SILVA JUNIOR, 2007).

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (2010), a definição aceita é que os BCDs são serviços em rede de finanças solidárias, de natureza associativa e comunitária, que visa promover a geração de trabalho e renda por meio dos princípios da economia solidária.

3.2.1. Origem do Banco Comunitário de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento surgiram a partir da experiência do Banco Palmas, localizado no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE.

Iniciado em 1998, com o objetivo de construir uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores do Conjunto Palmeiras, o Banco Palmas até hoje visa à geração de trabalho e renda na comunidade, na perspectiva da economia solidária, com foco no desenvolvimento local integrado. Segundo França Filho e Silva Junior (2006), “a filosofia central do Banco está voltada para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local”.

A iniciativa é resultado da ação coletiva em prol de melhorias das condições de vida do bairro, formado a partir da retirada dos habitantes de áreas de interesse do poder público, em especial a área litorânea de Fortaleza, em 1973. Inserido na Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), o Banco Palmas surgiu a partir da constatação, em 1997, de que 20% dos moradores que haviam lutado por melhorias no bairro desde sua formação não podiam arcar com os custos de moradia advindos destas melhorias, mudando-se para outras localidades. Desta forma, a atuação tem como finalidade minimizar as desigualdades econômicas locais, por meio do microcrédito, como forma de estimular o consumo local, e do financiamento à produção. (FRANÇA FILHO E TORRES JUNIOR, 2006).

Não devemos entender a experiência, contudo, como mais uma política de desenvolvimento local. Conforme lembra Toscano (2002), o Banco Palmas se caracteriza como uma política social completamente democrática, integrada e articulada, de caráter extremamente inovador, a partir do profundo conhecimento das necessidades locais.

Enquanto uma organização que segue os princípios da economia solidária, o Banco Palmas articula na sua atuação, conforme França Filho e Silva Junior (2006):

- i) **Dimensão econômica:** atividades econômicas com o foco na geração de renda dos moradores da comunidade e na movimentação da economia local;
- ii) **Dimensão social:** as atividades econômicas são inseridas em uma dinâmica associativa, estando indissociadas do tecido social;
- iii) **Dimensão política:** a discussão dos problemas comuns da comunidade favorece à construção de um espaço público de proximidade, no qual a ação é pautada pela busca da reprodução ampliada da vida e o econômico é subordinado a uma política transformadora de desenvolvimento local.

Os êxitos na geração de renda e na redução da exclusão social conferiram alto reconhecimento à experiência, resultando, em 2003, na criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Sócio-economia Solidária, que tem como objetivo replicar a experiência em outras comunidades em parceria com diversas instituições no Brasil, por meio de metodologia específica. Dentre os parceiros, é de especial importância a atuação da SENAES/MTE, cuja crença no potencial do banco comunitário de desenvolvimento no combate às desigualdades sociais e no desenvolvimento territorial favoreceu a parceria para a construção de mais 30 bancos até 2008. Assim, o Projeto de Apoio e Consolidação de Bancos Comunitários (Instituto Banco Palmas/SENAES) tornou-se “referência de política de incentivo à geração de trabalho e renda para populações excluídas socialmente” (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009).

3.2.2. Ampliando horizontes... O Banco Comunitário de Desenvolvimento como incentivador da Economia Solidária

Dada a difusão da experiência do Banco Palmas, e o interesse cada vez maior do poder público e de organizações não-governamentais em replicá-la, cabe aqui definir a diferença entre Banco Comunitário e Banco Comunitário de Desenvolvimento. Embora ambos tenham pautado a atuação no desenvolvimento endógeno da comunidade, por meio da oferta de microcrédito e de outros serviços financeiros solidários, a diferença fundamental que podemos perceber é a motivação comunitária e a metodologia de implantação.

Araújo (2009), em seu estudo em Montes Claros/MG, afirma que os bancos comunitários são organizações informais associativas que captam poupança e oferecem microcrédito por meio de critérios diferenciados, cujo público é de pessoas de baixa renda e escolaridade, que estão desempregadas ou sem emprego formal. Também inseridos no âmbito da

economia solidária e com foco na utilidade social, tais bancos, apoiados pela Visão Mundial em parceria com a ANDE (Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial), constituem-se para a apoiadora como

grupos solidários de crédito e poupança que tem como objetivo promover o desenvolvimento local, dos negócios e das pessoas, por meio do fortalecimento da capitalização de pequenas atividades econômicas, gerenciamento de recursos e processo educativo.

Contudo, os Bancos Comunitários apoiados pela Visão Mundial se diferem dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, inscritos na Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em alguns aspectos fundamentais, como a possibilidade de captação de poupança, ou a “poupança solidária” (ARAÚJO, 2009), o enfoque no microempreendedorismo individual, que beneficia principalmente mulheres, além do aval solidário ou responsabilidade ilimitada, em que os membros do banco se responsabilizam pelos riscos da falta de pagamento dos empréstimos (ARAÚJO, 2009).

Por existirem no Brasil mais de 500 grupos com características semelhantes (ARAÚJO, 2009), o Instituto Banco Palmas, através do Projeto de Apoio e Consolidação de Bancos Comunitários (Instituto Banco Palmas/SENAES), organizou a I Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários, cujo objetivo foi sistematizar a metodologia, ampliar a articulação do movimento com o poder público e criar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, iniciando a discussão sobre um marco teórico conceitual (PASSOS, 2007). Tal necessidade se deu em função de criar uma identidade própria, de forma a diferenciar-se de outras iniciativas que possuem a mesma denominação por sua metodologia, e de firmar os princípios básicos que o caracterizam. Por esta razão, atualmente, os bancos criados com a mesma metodologia do Banco Palmas são chamados de BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO, dada a centralidade do desenvolvimento local na execução de suas

atividades, e são articulados por meio da REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.

O objetivo de articulação em rede é possibilitar a troca de experiências, estimular a formação de um marco legal específico e uma política pública voltada para os BCDs, tendo como principais apoiadores a SENAES/MTE e o Banco Popular do Brasil (subsidiário do Banco do Brasil), além, obviamente, de uma relação mais próxima com o poder público.

Os aspectos fundamentais de um BCD que o caracterizam como uma iniciativa de economia solidária são (FRANÇA FILHO, 2008; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009):

1. **Hibridação de economias:** Conforme foi exposto no início deste capítulo, uma das características fundamentais da economia solidária é o de ser uma Economia Plural, ou seja, uma forma de agir que reconhece os diversos princípios econômicos, quais sejam: mercantis, não-mercantis e não-monetários. Na prática, os BCDs articulam tais princípios de forma a garantir a própria sustentabilidade por meio da captação e geração de recursos de diversas fontes, como:
 - a) **Mercantil:** manifesta-se a partir da comercialização de serviços financeiros, característica de uma *economia de mercado*³²;
 - b) **Não-mercantil:** ocorre quando o banco busca recursos para o fundo de crédito junto a instituições governamentais e não-governamentais, característica de uma *economia de redistribuição*;
 - c) **Não-monetário:** quando recursos não-monetários são utilizados para atingir seus objetivos, como moeda social circulante local, trabalho voluntário, além do modelo de garantia e controle social dos empréstimos, seguindo uma lógica solidária de cooperação e confiança mútua. Tais fontes de recursos caracterizam uma *economia de reciprocidade*.

³² Ainda que comercialize serviços financeiros, estes são considerados “serviços mercantis não concorrenciais” (FRANÇA FILHO, 2010), uma vez que a concorrência não faz parte da lógica da rede de economia solidária desenvolvida localmente, e os serviços ofertados não são oferecidos por nenhuma outra organização, dada sua singularidade.

- 2. Construção conjunta de Oferta e Demanda:** A natureza associativa do BCD permite a diversificação econômica do território a partir das necessidades locais reais. Com base em um mapeamento de consumo e produção anterior, a associação de moradores que abriga o BCD consegue perceber quais empreendimentos econômicos precisam de estímulo ou que setores ainda precisam ser desenvolvidos, de forma a atender às necessidades principais da comunidade. Com os EES articulados em rede, com base nos princípios da economia solidária, a noção abstrata e dicotômica da oferta e da demanda perde sentido, assumindo lugar a noção de *prossumidores*³³. A regulação desta rede é realizada pela própria comunidade, por meio da associação, mediante debates acerca das necessidades comuns e os caminhos que devem seguir, favorecendo a construção de espaços públicos de proximidade, por meio de uma democracia local que favorece a articulação entre as dimensões econômica e sócio-política (FRANÇA FILHO, 2008). Com isso, o aspecto econômico da iniciativa é reforçado pelo social e pelo político, em que a definição das atividades econômicas torna-se uma ação pública por excelência³⁴. A reunião de moradores em torno de problemas comuns, decidindo os rumos a tomar reforça os laços de sociabilidade no território, tão degradados pelo contexto de exclusão social atual, conforme explicitado anteriormente.
- 3. Utilidade Social da Ação:** Ao contrário das instituições financeiras atuais, cuja ação é justificada pelo ganho financeiro, os BCDs centralizam a ação em virtude de sua utilidade social, constituindo-se como uma organização sem fins lucrativos em prol do desenvolvimento do território em que se localiza. Ao basear-se em relações de proximidade e mobilizar valores e princípios solidários na execução de atividades financeiras, o BCD torna-se singular, não podendo nenhuma outra instituição realizar tais atividades da mesma forma. A possibilidade de moradores atuarem como profissionais remunerados, gestores de empreendimentos e usuários ou

³³ Termo cunhado pelo Banco Palmas, o termo *prossumidor* refere-se à noção de que cada um na comunidade é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor em potencial, agindo cooperativamente com o foco no desenvolvimento local, não fazendo sentido a competição.

³⁴ Este fato ilustra a afirmação de França Filho (2008) sobre a irredutibilidade do econômico ao mercantil, reforçando o sentido de economia plural.

beneficiários das ações do banco gera o que França Filho e Silva Junior (2009) chamam de “mais-valia social no seu território”³⁵, já que realizam demandas que não podem ser atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado. Na análise dos benefícios, pode-se acrescentar ainda a formação e qualificação das pessoas, bem como a criação de novos padrões de sociabilidade que reforçam o tecido social, baseado em valores como confiança, solidariedade e lealdade.

- 4. Moeda Social:** A moeda social tem como finalidade precípua resgatar o sentido antropológico da moeda, enquanto relação social. Tendo em vista que antes mesmo do escambo (considerado a origem mais remota da troca econômica) os seres humanos já realizavam trocas baseadas na dádiva, enquanto fato social total³⁶, a moeda tinha como finalidade, portanto, o liame social, estando o aspecto utilitário subordinado à relação entre as pessoas (FRANÇA FILHO, 2008). Desta forma, a moeda social do BCD retoma o sentido anterior de vínculo social, desconstruindo a moeda em seu sentido puramente mercantil, ou, segundo Guérin (2003), retirando dela atributos que não possui³⁷. Com isso, a moeda social reconhece suas dimensões sociais e culturais, evidenciando que moeda e solidariedade não são entes antinômicos.

Desta forma, podemos dizer que um BCD é uma organização de economia solidária por articular em suas atividades uma pluralidade de princípios econômicos, por ter sua utilidade social baseada no interesse coletivo em prol do desenvolvimento local e da reprodução ampliada da vida e, neste sentido, descaracterizar a oferta e demanda como entes abstratos, os reunindo numa perspectiva de *prossumidor*, e garantir a *mais-valia social* (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009). Tais características reforçam o sentido de que as prestações mercantis de um BCD não são concorrenciais, uma vez que não podem ser ofertadas por

³⁵ A mais-valia social é definida como “os benefícios diretos e indiretos advindos da atuação de um BCD por meio da prioridade à geração de trabalho e circulação de renda no próprio território” (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009).

³⁶ Convém destacar que ao contrário do escambo, cuja finalidade era a troca utilitária, as trocas baseadas na dádiva tem como finalidade o vínculo entre as pessoas (FRANÇA FILHO, 2008).

³⁷ Tais atributos seriam baseados na noção da moeda enquanto valor desprovido de considerações sociais, ou melhor, como um instrumento neutro (GUÉRIN, 2003).

nenhuma outra organização (FRANÇA FILHO, 2008; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009).

Silva Junior (2007) considera a experiência de articulação em uma rede comunitária autogestionária que oferece serviços bancários diferenciados uma tecnologia social de desenvolvimento local e finanças solidárias. A articulação em rede favorece a satisfação das necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos moradores da comunidade, contribuindo para sua inclusão social, para a melhoria das condições de vida, o empoderamento dos indivíduos envolvidos (dada sua dimensão política) e o reforço na organização comunitária (SILVA JUNIOR, 2007).

França Filho e Silva Junior (2006), relatando a experiência do Banco Palmas, destacam a dupla dimensão envolvida nas atividades do BCD:

- a) **Dimensão Econômica:** a luta pela renda, que marca as ações do BCD em sua atuação com os usuários do serviço, pode ser considerada uma herança do movimento sindical;
- b) **Dimensão Sócio-política:** a luta por direitos, vez que a ação do BCD pressupõe uma transformação no atual paradigma de mercado, em consonância com a finalidade de democratização do sistema financeiro proposta pelas Finanças Solidárias, pode ser considerada uma herança dos movimentos sociais, em especial da economia solidária.³⁸

Pudemos observar que o BCD tem grande importância em comunidades de baixa renda, pois um dos aspectos que mais reforçam a exclusão social é a exclusão do sistema financeiro. A pobreza, aliada à falta de acesso a serviços financeiros, deixa as pessoas ainda mais vulneráveis à exploração, além de tornar cada vez mais difícil iniciar atividades produtivas, vez que elas requerem capital inicial.

Não obstante o crescimento da economia solidária ocorra em áreas de baixo interesse do mercado, o desafio dos BCDs é permanecer fiel aos

³⁸ Conforme mostramos anteriormente, a economia solidária configura-se como um movimento social ao propor uma mudança paradigmática no modo de se pensar e fazer economia.

seus princípios, já que seus resultados positivos têm chamado a atenção das instituições financeiras tradicionais, tornando o crédito às pessoas de baixíssima renda um novo nicho de mercado. Verifica-se o crescimento do interesse de instituições privadas, e mais ainda de instituições públicas, em firmar parcerias com os BCDs, apropriando-se da iniciativa para atender aos seus objetivos de responsabilidade social. Embora a captação de recursos públicos e privados seja fundamental para a sustentabilidade do BCD, tais parcerias carregam o risco de descaracterização do banco em seu sentido sócio-político (FRANÇA FILHO, 2010).

Destacaremos a seguir como o foco no desenvolvimento local de um BCD se manifesta na prática, por meio de sua estrutura organizacional e sua forma de gestão.

4.3. ESTRUTURA DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO EM SEU COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

França Filho e Silva Junior (2009) destacam a importância da mobilização interna da comunidade na construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, ainda que seja estimulada por agentes externos.

O desejo intrínseco da comunidade por um banco é fundamental, vez que ele será gerido pelos próprios moradores. O debate público sobre os problemas comuns, bem como o reconhecimento do papel de um banco na resolução de tais problemas com o foco no desenvolvimento local, é condição *sine qua non* para a construção e manutenção de um BCD, já que toda ação bancária dependerá da organização comunitária como um todo.

As atividades de um BCD estão tão intimamente imbricadas no tecido social da comunidade que, por vezes, se confunde o que é ação do banco e o que é da rede, representada pela associação de moradores (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2006).

Como esforço didático de diferenciação, pode-se dizer que as ações do banco normalmente estão associadas às atividades econômicas, e as da rede são aquelas executadas pela associação, que é quem abriga o BCD, inclusive legalmente. Tal separação, ressalte-se, não existe na prática, em que o econômico é subordinado aos objetivos sociais e políticos e ambos articulados entre si.

São quatro os eixos de ação que orientam as práticas dos BCDs (SILVA JUNIOR, 2007; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009):

- i) **Fundo de crédito solidário:** corresponde ao fundo destinado ao microcrédito para produção e consumo;
- ii) **Moeda Social Circulante Local:** moeda de circulação restrita à comunidade e aceita por todos os integrantes da rede local, cuja gestão é feita pelo BCD. Seu valor corresponde a uma unidade monetária (R\$ 1,00), lastreado em moeda nacional. A utilização visa à manutenção das riquezas locais na própria comunidade e movimentação da economia local;
- iii) **Feiras de produtores locais:** o objetivo da feira é estimular a comercialização de produtos e serviços na comunidade, geralmente em moeda social, além de reforçar os vínculos sociais, favorecendo a formação de um *espaço público de proximidade* (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004);
- iv) **Capacitação em Economia Solidária:** com o objetivo de conscientizar os moradores acerca dos princípios de economia solidária, visa fomentar iniciativas que seguem esta lógica, no sentido de diversificar as atividades econômicas de acordo com a demanda local e com os objetivos da rede.

Os requisitos a serem atendidos na construção de um BCD são (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009):

- i) Capital financeiro para o fundo de crédito;

- ii) Recurso financeiro para despesas operacionais;
- iii) Organização comunitária para a gestão do banco;
- iv) Pessoas capacitadas para as funções de agente e gerente de crédito;
- v) Assessoria para a assimilação da tecnologia pela comunidade.

A coordenação do banco é realizada pela própria comunidade, por meio da associação de moradores, onde se discutem os interesses comuns e são definidas as prioridades de investimento para o desenvolvimento local, conforme mostrado anteriormente. Na definição de prioridades, o mapeamento de produção e consumo da comunidade assume fundamental importância, de maneira a se definir quais são as demandas não atendidas e que atividades produtivas devem ser estimuladas.

As ações do banco visam, pois, o atendimento destas demandas. Assim, atuam com duas linhas de crédito, uma em moeda nacional (Real) e outra em moeda circulante local, que também podem ser combinadas. As duas linhas de crédito visam atender à necessidade do tomador de empréstimo, cujo objetivo é estimular a compra dos insumos na própria comunidade, com moeda social, utilizando o Real apenas quando determinados itens não forem ofertados no bairro. A articulação de produtores e consumidores na rede local tendo como foco o consumo solidário, integra mais pessoas e completa cadeias produtivas favorecendo, desta forma, o desenvolvimento (PASSOS, 2007; SILVA JUNIOR, 2007; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009; FRANÇA FILHO, 2010).

A solicitação de crédito confere grande importância para os *agentes de crédito*, foco deste estudo. São eles que fazem a articulação do banco com a comunidade, ao intermediar as solicitações e a aprovação do crédito. Da mesma forma, são eles que entram em contato com a vizinhança para colher informações sobre o solicitante, caracterizando o que França Filho e Laville (2004) e Guérin (2003)

chamam de *finança de proximidade*. Desta forma, a garantia do tomador de empréstimo é o *aval solidário*, ou seja, as opiniões dos vizinhos quanto a sua honestidade. Vale ressaltar que em nenhum momento a idoneidade do solicitante é medida por meio de consultas a instituições de restrição ao crédito (SPC, SERASA, etc), inclusive porque se considera que tais restrições, comuns a pessoas de baixa renda, constituem-se como uma das principais barreiras ao acesso ao crédito (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2006; PASSOS, 2007).

As solicitações são discutidas e colocadas em votação no Comitê de Aprovação de Crédito (CAC), formado por líderes comunitários e pelos agentes de crédito, no qual os agentes expõem os dados colhidos na vizinhança e os objetivos alegados pelo solicitante, tendo como critério de aprovação os objetivos da rede local (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2006; PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009).

Ainda para aprovação do crédito, cabe ao agente orientar o solicitante quanto aos potenciais produtivos identificados no mapeamento, bem como acompanhar a utilização do recurso após a aprovação do empréstimo (PASSOS, 2007). Neste sentido, é de fundamental importância a capacitação profissional do agente, que ocorre mediante diversas parcerias com universidades e poder público.

Tabela 1: Atuação do Agente de Crédito

AÇÃO	ATIVIDADES
1. Contato com o solicitante	Cadastro do solicitante, contendo dados pessoais, valor solicitado e finalidade do empréstimo.
	Orientação ao solicitante quanto aos potenciais produtivos mapeados na comunidade.
2. Visita aos vizinhos	Coleta de informações com a vizinhança sobre a idoneidade do solicitante.

3. Discussão com o CAC	Expor a solicitação de crédito, bem como as informações colhidas na comunidade, para discussão coletiva.
4. Retorno ao solicitante	Responder à solicitação, expondo os motivos pela aprovação/reprovação total ou parcial do crédito.
5. Acompanhamento da utilização do recurso	Acompanhar a utilização do recurso emprestado, de forma a garantir a correta utilização e o pagamento das parcelas.

Fonte: Adaptado pela autora de França Filho e Silva Junior (2006); Passos (2007); França Filho e Silva Junior (2009).

Os juros cobrados pelo banco são justos, ou seja, apenas o suficiente para cobrir as despesas operacionais. É o pagamento das parcelas da dívida que possibilita novos empréstimos, e os usuários têm consciência disso. O controle de pagamentos torna-se social, assim como a garantia, já que são os vizinhos que, da mesma forma que avalizam, também cobram o pagamento em dia do empréstimo.

O crédito para o consumo também pode ser oferecido por meio de um cartão de crédito aceito somente na comunidade, que inclusive pode ser pago com moeda social. Verifica-se que quanto mais madura é a experiência, mais a moeda social circula na comunidade, tornando cada vez mais possível comercializar diversos produtos e serviços com recursos não-monetários.

O controle social contribui para a redução dos custos de transação³⁹ dos BCDs, pois os mesmos são assumidos pelos vizinhos por meio do aval solidário, além de restaurar os laços sociais degradados pelas precárias condições de vida (SILVA JUNIOR, 2007). Desta forma, o BCD contribui tanto para a construção de uma nova relação com o

³⁹ Custos de transação referem-se ao esforço de minimização dos riscos e incertezas de determinadas atividades, ou seja, “são as razões que fazem com que as decisões dos agentes com frequência não reflitam simplesmente um cálculo de custo de oportunidade” (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005).

dinheiro (SILVA JUNIOR, 2007), ao retirar dele o fetiche, ou seja, as atribuições sociais que de fato não possui (GUÉRIN, 2003) em favor de sua utilidade social (FRANÇA FILHO, 2010), como para a organização da vida sócio-econômica local, desenvolvendo a comunidade.

A sustentabilidade do BCD é garantida por meio da articulação dos princípios mercantis, não-mercantis e não-monetários. Assim, o dinheiro utilizado para lastrear a moeda social geralmente é captado em instituições públicas e privadas, sendo convertido em moeda social para os empréstimos. Quanto mais empréstimos dados em moeda nacional, maior o risco para o BCD. Assim, a sustentabilidade é garantida em curto prazo, já que o recurso financeiro é obtido por meio de doações justificadas pela utilidade social do banco (FRANÇA FILHO, 2010).

Além do microcrédito, o BCD também organiza outras atividades, como forma de estimular a comercialização dos EES formados e o consumo na comunidade, como feiras de produtores, lojas comunitárias, dentre outras ações (SILVA JUNIOR, 2007; FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009; FRANÇA FILHO, 2010).

O desenvolvimento local embasa todas as ações do banco. Seja no aspecto democrático e associativo, seja na concessão de crédito por meio do aval solidário e do controle social, todas as ações do BCD pressupõem um desenvolvimento endógeno, pensado pela e para a comunidade, tendo em vista não apenas suas necessidades materiais, mas suas vocações, suas potencialidades e, principalmente, a capacidade de articulação entre vizinhos em prol de um objetivo comum, a reprodução ampliada da vida.

A seguir, buscaremos compreender a articulação entre gênero e economia solidária, de forma a embasar a análise dos bancos estudados.

5. GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, dada sua herança da economia popular no Brasil (conforme visto anteriormente), muitas vezes tem sido estimulada como uma alternativa ao desemprego e à pobreza, estando presente constantemente em projetos, tanto públicos como privados, de desenvolvimento local e geração de renda.

Por outro lado, o crescente avanço da participação feminina no mercado de trabalho em condições de desigualdade tem favorecido mudanças estruturais nas famílias, reforçando seu caráter plural que muitas vezes não é reconhecido em pesquisas e análises estatísticas, conforme atenta Macedo (2008).

Tendo em vista o que se convencionou chamar de “feminização da pobreza”, cuja premissa básica refere-se à articulação entre a desigualdade de condições no mercado de trabalho vivenciada pelas mulheres e a pobreza, muitos projetos voltados para o empoderamento de mulheres utilizam o viés da economia solidária, como forma de fomentar/ampliar seu potencial de geração de renda para a conquista de autonomia econômica das mesmas, como se a autonomia das mulheres dependesse exclusivamente de independência econômica.

Neste capítulo, buscaremos compreender primeiramente a questão da feminização da pobreza para, em seguida, discutir brevemente sua articulação com a economia solidária e, mais especificamente, as finanças solidárias.

4.1. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA OU EMPOBRECIMENTO DE MULHERES?

Os debates sobre as causas e os efeitos da pobreza têm sido baseados na premissa de que o trabalho é a forma primeira dos pobres

buscarem a subsistência e que é por meio do mercado de trabalho que a riqueza advinda do crescimento econômico é distribuída entre os pobres (KABEER, 2008).

A crise do trabalho, contudo, tem demonstrado o enorme fosso existente entre a transformação de força de trabalho em trabalho pago, trazendo sérios efeitos para a sociedade como um todo, como elevação dos índices de mendicância, de exclusão social, de violência, especialmente associadas ao tráfico de drogas e alcoolismo, dentre muitos outros.

Não se pode negar, igualmente, o efeito que tal realidade tem causado nas famílias⁴⁰, cuja intensificação e amplitude a todas as classes sociais, segundo Macedo (2008), favorece maior visibilidade aos novos arranjos familiares, antes restritos às camadas mais pobres da população.

A chefia dos lares por mulheres é um fenômeno crescente, que atinge não somente mulheres pobres, mas está presente em todas as classes sociais em todo o mundo, especialmente nos grandes centros urbanos. Contudo, como o padrão ainda é de famílias biparentais, heterossexuais, com filhos e chefiadas por homens, tal fenômeno ainda é visto como característico somente das camadas mais pobres, como a exceção, geralmente associado à questão da exclusão social. Acresce-se a este fato os dados estatísticos, que reforçam o crescimento da chefia de lares por mulheres, mas cujas análises são “sociologicamente cegas a gênero” (MACEDO, 2008), reforçando esta falsa percepção.

A questão da feminização da pobreza é baseada na idéia de que pelas condições desiguais de entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, o acesso à distribuição da riqueza econômica para os pobres mediante o trabalho é inviabilizada ou, pelo menos, dificultada. Logo, as famílias chefiadas pelas mulheres são as mais pobres dentre os pobres (KABEER, 2008).

⁴⁰ Convém ressaltar que as mudanças ocorridas nas famílias não têm causa única, como a crise do trabalho, mas uma multiplicidade de fatores.

Segundo Chant (2004), o conceito de feminização da pobreza tem contribuído para a elaboração de políticas voltadas para mulheres pobres, por ser baseado no pressuposto de que a família é pobre porque é chefiada por mulher, reforçando a idéia de “a mais pobre dentre as pobres”. Contudo, esta formulação desconsidera outros aspectos, como as melhoras significativas no bem-estar destas famílias, e a autoestima mais elevada das mulheres, favorecidas, respectivamente, pela prioridade ao bem-estar da família na decisão sobre os gastos, e pela maior autonomia das mulheres advinda do poder de decisão quanto à utilização dos recursos provenientes do próprio trabalho. Enfim, a ideia de feminização da pobreza é baseada especificamente nos rendimentos menores em comparação a outros arranjos familiares, desconsiderando outros aspectos referentes ao bem-estar familiar, principalmente de ordem subjetiva (CHANT, 2004, 2008; MACEDO, 2008; KABEER, 2008).

Macedo (2008) atenta para outro dado importante: segundo o IBGE (em relatório de 2007), 79,3% das mulheres chefes de família não tem cônjuge, enquanto que o mesmo ocorre com apenas 5,6% dos homens chefes de família. Isso significa que os chefes de família homens ou podem contar com um co-responsável pelos gastos familiares (no caso, a cônjuge), ou têm quem realize e/ou organize as atividades domésticas, deixadas a cargo das mulheres. A grande maioria das chefes de família, por outro lado, não tem com quem dividir esta carga de responsabilidade, acumulando as atividades de produção e reprodução, ou despendendo mais recursos para o pagamento de pessoas responsáveis pelas atividades domésticas, ou ainda deixando tais responsabilidades a cargo dos filhos maiores, especialmente meninas, ou de redes de solidariedade familiar. Este último, no entanto, deve ser relativizado, uma vez que, conforme lembra a autora, as transformações da família quanto às relações sociais entre os sexos têm proporcionado a redução da participação das mulheres nestas redes.

Outro aspecto fundamental de se apreender do fenômeno é que as mulheres são chefes de família porque são mães. A elevação do número de lares chefiados por mulheres tem relação estreita com o aumento no

número de divórcios, cuja taxa geral em 2008 foi a maior desde 1998, chegando a 1,5%⁴¹. Cabe destacar que 89,2% das mulheres que se divorciaram em 2006 ficaram responsáveis pela guarda dos filhos menores (IBGE, 2008), engrossando as taxas de mulheres chefes de família.

Tendo em vista que as medidas de pobreza e qualidade de vida não devem ser pautadas somente em dados financeiros e econômicos, mas baseados em outras questões igualmente importantes, a noção de feminização da pobreza mostra-se inadequada, sendo preferível referir-se ao “empobrecimento de mulheres” (CHANT, 2004, 2008; MACEDO, 2008), devido à inegável desigualdade salarial e/ou de rendimentos entre homens e mulheres, ou mesmo em “feminização da responsabilidade e/ou obrigação” (CHANT, 2008), vez que, conforme dito anteriormente, a elevação da participação feminina no mercado de trabalho não representa necessariamente a divisão igualitária das responsabilidades domésticas.

Veremos a seguir como a ideia de feminização da pobreza tem se articulado com a economia solidária.

4.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES

A participação expressiva das mulheres em empreendimentos de economia solidária tem motivado uma série de debates acerca das possibilidades de empoderamento de mulheres trazido pela economia solidária.

Com efeito, a economia solidária abre um leque sem igual de oportunidades de trabalho para as mulheres em comparação com outras organizações produtivas, inclusive ampliando o acesso de mulheres aos meios de produção, por meio da propriedade coletiva (CULTI, 2004).

⁴¹ A taxa geral de divórcios refere-se à divisão do número de divórcios pelo da população, e multiplicada por 1000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1501. Acesso em 03/07/2010.

Convém destacar a proporção de mulheres em empreendimentos de economia solidária, em especial com relação à gestão de tais iniciativas. Segundo o Atlas de Economia Solidária de 2005, 16% dos empreendimentos solidários são compostos exclusivamente por mulheres, 11% exclusivamente por homens e 73% são mistos. Embora no cômputo geral a participação de mulheres em EES seja de apenas 36%, vale destacar que a participação é mais significativa em empreendimentos urbanos, representando 47,4%. No Nordeste, esta proporção sobe para 50,4%. Ademais, a proporção de mulheres em EES com até dez sócios é mais elevada, 63%. Embora a proporção entre homens e mulheres seja equilibrada, convém destacar que a participação masculina se dá prioritariamente em empreendimentos com maior número de trabalhadores (66% em EES acima de 50 trabalhadores), sendo geralmente empresas autogestionadas, em grande parte da área industrial, enquanto que as mulheres ocupam principalmente atividades ditas tradicionalmente femininas, como artesanato.

Mesmo pautada em princípios de solidariedade, igualdade e democracia, a partir dos dados expostos acima vê-se que em termos de relações entre sexos a economia solidária ainda não demonstrou na prática a capacidade de reverter a ocupação desigual entre homens e mulheres no trabalho, embora represente uma alternativa viável para a maioria das mulheres e em condições de menor desigualdade.

Porém, tais dados precisam ser relativizados, uma vez que o benefício trazido pela economia solidária não se restringe ao ganho econômico, indo muito mais além.

Segundo Guérin (2003), as iniciativas de economia solidária são motivadas por e para mulheres, devido à necessidade de conciliação entre a vida doméstica e profissional, elevação das responsabilidades materiais e dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, ocorrendo principalmente no campo de atividades femininas. A contribuição da economia solidária decorre do enfrentamento da pobreza, em seu caráter multidimensional, a partir da justiça de proximidade, facilitando espaços

de discussão e reflexão coletivas, e da desigualdade na divisão das tarefas familiares, ao revalorizar práticas recíprocas.

A igualdade entre homens e mulheres ainda não é exercida na prática, visto que as mulheres ainda não têm condições de usufruírem plenamente de seus direitos. Como lembra Souza-Lobo (1991), a igualdade formal esconde a condição de desigualdade, em que as estruturas de dominação masculina são reproduzidas, limitando a ação das mulheres.

A justiça de proximidade trazida pela economia solidária visa complementar a justiça formal, visto que um dos efeitos dos processos de exclusão é justamente a falta de acesso (ou acesso deficiente) aos direitos formais. As mulheres, enquanto grupo que tem menos acesso a direitos, seriam beneficiadas pela economia solidária justamente pela capacidade que esta tem de transformar direitos formais em direitos reais, inclusive minimizando desigualdades pessoais (GUÉRIN, 2003). A experiência dos projetos estudados nesta pesquisa, conforme veremos no próximo capítulo, é indicativa de como a economia solidária aproxima os direitos formais de pessoas que atravessam processos de exclusão.

Destarte, a economia solidária traz benefícios às mulheres especialmente na esfera pública. Tradicionalmente, as mulheres foram isoladas na esfera doméstica, sendo que, ainda hoje, mesmo com a participação expressiva de mulheres no mercado de trabalho, o acúmulo de atividades produtivas e reprodutivas desestimula a participação delas na arena pública. A economia solidária, por seu turno, ao promover espaços públicos de proximidade, estimula o debate dos problemas comuns e as decisões coletivas, no qual as mulheres são impelidas a participar. Desta forma, o exercício da gestão coletiva estimula a atenção a questões mais globais, inclusive promovendo a reflexão sobre a própria condição de desigualdade.

Oliveira (2005), em sua pesquisa sobre transformações identitárias promovidas pela economia solidária, mostra como a participação em espaços públicos de proximidade favoreceu transformações na identidade de uma cooperada, antes submissa ao marido, e atualmente participante

ativa do movimento nacional de economia solidária. Segundo o autor, a economia solidária faz emergir a ação pública, uma vez que os benefícios se extrapolam dos limites familiares e organizacionais, voltando-se para fora da organização, para a comunidade, adquirindo um sentido público.

É este sentido público que as mulheres adquirem quando participam de iniciativas de economia solidária, favorecendo a conquista da autonomia. Segundo Guérin (2003), a participação de espaços públicos de proximidade instrumentaliza as mulheres não apenas para a discussão dos problemas comuns, mas também para a luta na conquista dos próprios direitos.

A economia solidária, desta forma, pode contribuir para a superação das desigualdades entre os sexos, ao articular os domínios público e privado e, assim, favorecer o equilíbrio entre a vida doméstica e profissional, além da possibilidade de utilização dos espaços de mediação para “expressar reivindicações e fazer pressão sobre as autoridades públicas” (GUÉRIN, 2003).

A percepção da feminização da pobreza, aliada à noção de economia solidária como alternativa ao desemprego, têm sido articuladas em diversas políticas que visam o empoderamento de mulheres e o combate à pobreza.

Sem desconsiderar o potencial da economia solidária no combate à pobreza, que é indiscutível, a elaboração de políticas pautadas na premissa de que o empoderamento de mulheres se dá apenas pelo viés econômico, e o direcionamento de projetos de economia solidária apenas neste sentido, pode limitar a possibilidade de redução de desigualdades entre os sexos trazida pela economia solidária.

Além disso, é preciso atenção ao relacionar gênero e economia solidária, de forma a evitar a reprodução de desigualdades que a própria economia solidária visa combater, ou, conforme uma agente de crédito falou ao referir-se ao movimento feminista presente na Conferência Nacional de Economia Solidária,

Apesar d'eu dizer que eu defendo, né, as mulheres, eu discordei do movimento que estava lá, sabe? Porque, assim, ainda criaram frases falando assim: que a economia solidária... Querendo dizer que não aos homens, que a economia solidária iria se fazer com o movimento feminista, né? Eu... Eu discordei dessa visão, apesar de defender muito o lado feminino, mas os homens também, claro, que têm que ter a sua vez, e nesse caso seria um preconceito, né, eles falarem assim claramente, numa conferência daquele nível, e fazer aquela manifestação toda contra os homens também... só eu acho que isso não faz parte da economia solidária, economia solidária é um todo, de todo mundo, sem exclusão [...] e eles estavam excluindo os homens.⁴²

Interessante notar a utilização do termo “eles”, mesmo sendo todas elas mulheres. “Eles” refere-se ao de fora, ao outro, aquele que não está em mim. Apesar do trecho lançar luz a uma série de questões, como a importância dada ao evento com o termo “daquele nível”, a importância dada a si mesma com a participação de um evento desta magnitude, a valorização do eu-público, a rejeição à ideia de separação entre homens e mulheres, a utilização dos termos “mulheres” e “feminino” como sinônimos, e muitos outros sub-temas, destaca-se a preocupação com a reprodução inversa das desigualdades, com a exclusão de uma parte que compõe “o todo”, que é a economia solidária. O principal que está dito, e também no já-dito (ORLANDI, 2007), é que a economia solidária combate a exclusão, e pensar a economia solidária como exclusiva de mulheres é uma forma renovada de continuar no mesmo padrão, o de exclusão de sujeitos.

Mais adequado seria, neste caso, pensar a economia solidária como propulsora de novos padrões de relação entre gêneros, a partir dos valores e princípios de solidariedade, democracia e inclusão, que pudessem ser refletidos na sociedade como um todo, especialmente nas famílias.

4.3. A QUESTÃO DAS FINANÇAS PARA MULHERES

⁴² Fala reproduzida do grupo focal realizado com as agentes.

Quando se fala no potencial das finanças no processo de empoderamento de mulheres, geralmente se refere ao microcrédito direcionado às atividades produtivas, ou mesmo para o atendimento de necessidades básicas das famílias, destinado preferencialmente às mulheres.

Neste sentido, o primeiro exemplo a ser lembrado é a experiência do Grameen Bank, banco que teve início em 1976 com a oferta de microcrédito exclusivamente para mulheres de comunidades pobres de Bangladesh para atividades produtivas, tendo expandido suas linhas de crédito para consumo e reforma de moradias. O sucesso da iniciativa rendeu um Prêmio Nobel da Paz em 2006 para o idealizador do banco, além da construção de uma metodologia específica para a replicação da experiência em outros lugares do mundo (YUNUS, 1997).

Diversas iniciativas de microcrédito destinado às mulheres surgiram desde então, a exemplo do Women's World Banking, entidade que reúne 40 bancos e organizações de microcrédito em 28 países, atendendo a cerca de 20 milhões de microempreendedores, sendo a maioria mulheres⁴³.

No Brasil, destaca-se a experiência do Banco da Mulher, surgido em 1984 com o objetivo de atender a mulheres separadas dos maridos que buscavam montar um negócio para o próprio sustento. Atualmente, o Banco da Mulher Brasil conta com o apoio financeiro do BNDES e do BID, possibilitando empréstimos de até R\$10.000,00 para abertura ou manutenção de negócios, além de suporte gerencial⁴⁴. É inegável a contribuição que o Banco da Mulher teve na promoção da autonomia das mulheres em tempos de crise econômica.

Segundo Mutalima (2008)

A essência da microfinança é possibilitar o acesso a serviços financeiros úteis com o propósito último de melhorar as condições de

⁴³ Disponível em: <http://www.swwb.org/about>>. Acesso em 03/07/2010.

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/banco-da-mulher/1632/>>. Acesso em 03/07/2010.

vida. O foco nas mulheres é importante no sentido de atingir o máximo impacto nas famílias. (Tradução nossa)

O microcrédito destinado às mulheres, com isso, representa uma ação tanto no sentido de possibilitar o empoderamento de mulheres, por meio do auto-sustento econômico, como um mecanismo de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida, baseado na premissa de que as mulheres alocam melhor os recursos financeiros para o bem-estar da família.

As iniciativas que oferecem crédito às mulheres geralmente são pressionadas a garantir a própria sustentabilidade, fazendo com que as dimensões de gênero assumam um papel secundário (MUTALIMA, 2008). Neste sentido, o reconhecimento de sua natureza pública favorece a sustentabilidade por meio de doações, recolocando a questão de gênero no centro de suas ações.

Por outro lado, a noção de que os rendimentos das mulheres são complementares aos ganhos do cônjuge, independente de quanto eles representem no bem-estar da família, impede que as mulheres busquem maiores ambições no próprio negócio, favorecendo a ocorrência do fenômeno do teto de vidro⁴⁵ mesmo com empreendedoras. Ambos os aspectos limitam as possibilidades de empoderamento das mulheres trazidas pelo microcrédito (MUTALIMA, 2008).

O movimento de Finanças Solidárias, desta forma, reivindica o reconhecimento do acesso a serviços financeiros como um direito de todos, de forma a favorecer políticas públicas de apoio às iniciativas desta natureza, conforme exposto na I Conferência Temática de Finanças Solidárias, ocorrida em maio de 2010 em Fortaleza/CE.

O apoio governamental a tais experiências possibilita que seu objetivo primeiro seja alcançado, qual seja o desenvolvimento de comunidades e o empoderamento de pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional, sem que a preocupação com a sustentabilidade das

⁴⁵ Teto de vidro refere-se ao fenômeno em que as mulheres são impedidas de ascender de cargo na organização especificamente por serem mulheres.

iniciativas ofusque as suas ações, nem represente um risco à sua permanência.

As iniciativas de microfinanças destinadas às mulheres sempre são estudadas à luz dos impactos trazidos no empoderamento das beneficiárias dos empréstimos, sem maiores análises quanto às percepções das mulheres que administram tais iniciativas e quais as mudanças ocasionadas nas suas vidas. O foco na análise das percepções das agentes de crédito é, neste sentido, a tentativa de se compreender os efeitos da finança solidária sob outro ângulo, qual seja o das transformações nas percepções de gênero das agentes de crédito a partir de suas práticas.

No próximo capítulo faremos uma breve descrição dos bancos estudados, contextualizando o surgimento das experiências e o andamento das atividades, tendo em vista que foram implantados em momentos diferentes.

5. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NA BAHIA

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Bahia foram inspirados em parte na metodologia do Instituto Banco Palmas, juntamente com o projeto de rede de economia solidária e desenvolvimento local (que abriga o BCD) da própria comunidade onde se situam. Tais redes são “incubadas” pela ITES / UFBA (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial), e contam com recursos financeiros advindos sobretudo de empresas públicas e/ou de capital misto, constituindo-se, para tais empresas, ações de responsabilidade sócio-ambiental, além de recursos advindos de editais públicos.

O BCD representa para a rede que o abriga o elemento financiador das ações de desenvolvimento territorial, efetivadas principalmente por meio do microcrédito e da moeda social circulante local, conforme vimos no capítulo anterior.

Este capítulo pretende contextualizar os BCDs estudados em sua dinâmica local, a partir dos projetos de rede de economia solidária e desenvolvimento territorial elaborados em cada comunidade onde a incubadora atua.

5.1. BANCO ECOLUZIA (SANTA LUZIA – SIMÕES FILHO / BA)

5.1.1. Caracterização da comunidade⁴⁶

O bairro de Santa Luzia localiza-se no município de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, próximo à Baía de Aratu, entre Cotegipe e Mapele, a uma distância de 5 km do centro da cidade.

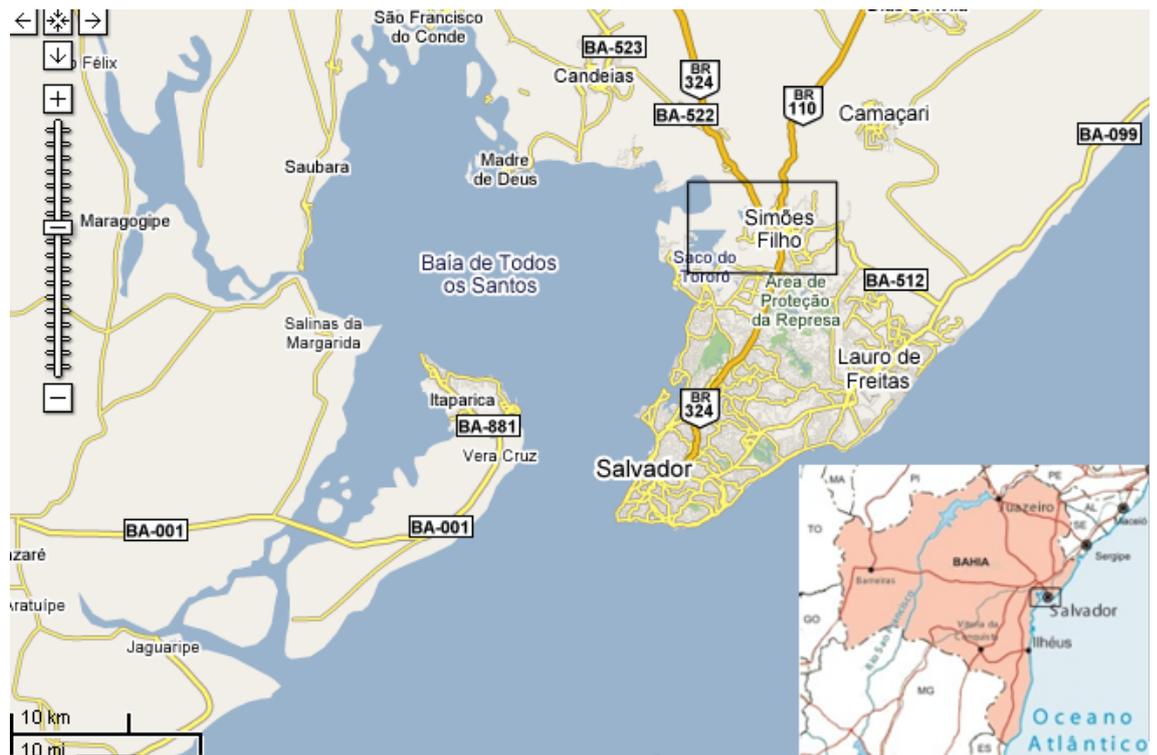
A comunidade é composta por aproximadamente 100 famílias, perfazendo um número aproximado de 500 pessoas, que vivem em situação de exclusão social. Além de déficits nas áreas de saúde,

⁴⁶ As informações da comunidade de Santa Luzia foram extraídas de Cunha (2008) e França Filho e Cunha (2009).

educação e emprego, a situação de marginalização é agravada pela própria exclusão geográfica, uma vez que a comunidade é isolada do centro de Simões Filho e conta com sistema de transporte muito precário, exigindo dos moradores grande esforço de deslocamento para atividades rotineiras.

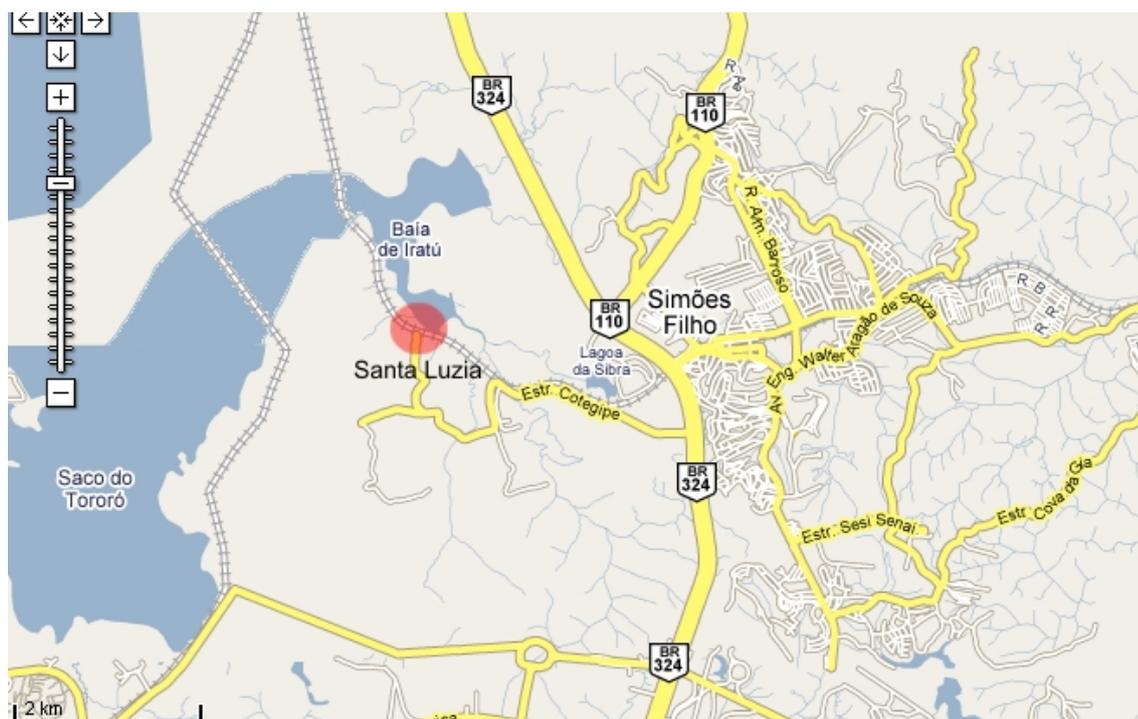
Embora a cidade abrigue um centro industrial (CIA), que conta com uma completa estrutura viária, o desenvolvimento não se deu de maneira equilibrada pelo município, sendo Santa Luzia um dos bairros marcados pela precariedade da infraestrutura básica e exclusão da população. Isto é refletido na precariedade dos empregos ocupados pela maior parte dos moradores, marcados pelo curto prazo e informalidade.

Figura 1: Mapa de localização de Simões Filho e Santa Luzia na Região Metropolitana de Salvador e no estado da Bahia



Fonte: CUNHA (2008)

Figura 2: Mapa de localização de Santa Luzia em Simões Filho



Fonte: CUNHA (2008)

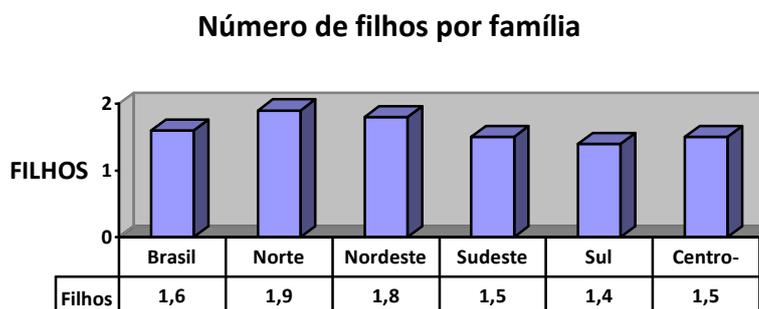
Segundo dados de 2005, dos 350 moradores de Santa Luzia, 49% eram mulheres, equivalendo-se à proporção nacional de 50,78% de mulheres da população (IBGE, 2003) e de 50,32% de Simões Filho⁴⁷. A população é jovem, sendo que 49,1% dos moradores têm menos de 20 anos, apresentando uma relação de dependência de 74,1%⁴⁸, maior que a taxa de 60,5% referente à Bahia, segundo o IBGE. Esta proporção não reflete a tendência brasileira de envelhecimento da população, especialmente de mulheres⁴⁹. O número de filhos das duas agentes de crédito do Banco Eco-Luzia (média de 2,5 filhos), que são casadas, é acima da média nacional, segundo o IBGE, de 1,6 filhos por família no Brasil e 1,8 filhos por família no Nordeste.

⁴⁷ Segundo dados da SEI. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/censo_2000/tabelas/censo2000_tab_110.xls. Acessado em 21 jun. 2010.

⁴⁸ A razão de dependência corresponde à divisão da população dependente (total de pessoas menores de 15 anos e maiores de 65 anos) pelo restante da população (de 15 a 64 anos), multiplicado por 100 (IBGE).

⁴⁹ Segundo dados do IBGE (2002), houve uma redução de 8,9 pontos percentuais na proporção de mulheres com idade inferior a 15 anos, em relação a 1980 (28,7% em 2000).

Gráfico 1: Número médio de filhos por família



Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais 2000. IBGE, 2001.

A taxa de analfabetismo em Santa Luzia é de 8,9%, com tempo médio de estudo de 5,9 anos. Considerando que apenas 20% da população tem 2º grau completo e ninguém possui nível superior (completo ou incompleto), nota-se uma concentração nos níveis mais baixos de escolaridade, situação agravada pela má qualidade de ensino na comunidade. Aliás, esta má qualidade é refletida nas condições estruturais da única escola da comunidade (municipal) que, segundo os moradores, está ameaçada de desabamento. A inauguração do CDS (Centro de Desenvolvimento Solidário), associação que abriga o BCD de Santa Luzia, trouxe um novo dilema aos moradores: emprestar ou não as instalações da associação para os alunos terem aulas durante a reforma da escola, que sequer tem data para começar. Ainda assim, as duas agentes de crédito do Banco Comunitário Eco-Luzia possuem o 2º grau completo, e afirmam pretender voltar a estudar.

Em 2005, a renda média familiar era de R\$ 481,44, o que enquadra a comunidade de Santa Luzia como abaixo da linha da pobreza. A renda é proveniente principalmente de trabalho (formal e informal) e de aposentadorias. Embora haja grande número de beneficiários de programas governamentais (30,3% em 2005), a renda advinda destes programas representa pouco na renda geral da comunidade (4%). Com relação às agentes de crédito, a renda mensal média em 2010 é de R\$ 377,50, com a contribuição dos programas governamentais Bolsa Família e PETI. Vale ressaltar que ambas não são as responsáveis financeiras

pelo sustento da família, conforme mostram as tendências nacionais em que figuram os homens como principais chefes de família⁵⁰, embora o número de mulheres chefes de família seja crescente (IBGE, 2002).

O transporte coletivo é realizado principalmente por veículos (vans) não regulamentados pelos órgãos de controle, que fazem apenas o trecho Santa Luzia – Simões Filho. Ainda assim, este somente é realizado quando a capacidade máxima de passageiros é atingida, partindo do centro da cidade, o que o torna um transporte incerto. Outra opção é caminhar cerca de 1 km até a entrada do bairro, para pegar o ônibus de trecho Simões Filho – Paripe (de Salvador), sendo esta uma linha regulamentada com horários regulares, porém esporádicos. Além dessas, os moradores tem a opção do transporte escolar, que sai e retorna à comunidade duas vezes por dia, mas que não funciona nos finais de semana e feriados, assim como as vans.

As condições sanitárias precárias e a falta de acesso à água potável contribuem para surtos de doenças na comunidade. Tal situação é agravada pela falta de posto médico, tornando o atendimento de saúde ainda mais difícil quando aliado à dificuldade de transporte.

Veremos, a seguir, o projeto que deu origem à construção do Banco Eco-Luzia, e de que forma ele se articula com a realidade de Santa Luzia.

5.1.2. O Projeto Eco-Luzia

O Projeto Eco-Luzia originou-se de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) imposto pelo Ministério Público à Petrobrás em decorrência de um vazamento de óleo na região. Em atitude de responsabilidade social, a própria empresa se denunciou, sendo obrigada a construir, inicialmente, 100 sanitários para os moradores do mangue, que tiveram suas atividades produtivas (pesca e mariscagem) prejudicadas pelo acidente (informação verbal⁵¹). Contudo, a partir de negociações com o Ministério Público e a comunidade, a construção dos

⁵⁰ 24,9% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, sendo que esta taxa sobe para 25,9% no Nordeste (IBGE, 2002).

⁵¹ Discurso do Prof. Carlos Alberto Figueiredo, coordenador do Programa Conviver / Petrobrás, na inauguração do Centro de Desenvolvimento Solidário (CDS), ocorrida em 25/05/2010.

sanitários evoluiu para a construção de 23 unidades habitacionais, perfazendo o valor total do TAC de trezentos mil reais (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009).

Para um grupo de gestores da Petrobrás comprometidos com a renovação das práticas de responsabilidade social, entretanto, apenas a construção de unidades habitacionais não seria suficiente para garantir a sustentabilidade do investimento, o que fez com que buscassem um especialista em economia solidária (Prof. Dr. Genauto de França Filho, da Escola de Administração da UFBA) para, juntamente com a empresa e a comunidade, elaborarem um projeto de geração de trabalho e renda no âmbito da economia solidária. Após sucessivas reuniões entre a empresa, comunidade e o professor ao longo de 2004, a proposta final foi acatada tanto pela empresa como pela comunidade, sendo uma equipe da EAUFBA responsável pela execução do Projeto. Desta forma, foi elaborada “uma metodologia inovadora de incubação de redes locais de economia solidária” (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009). Conforme veremos posteriormente, a experiência em Santa Luzia, por ser pioneira na Bahia, fundamentou a criação da ITES / UFBA e sua atuação nas outras comunidades objeto desta pesquisa.

Assim, pode-se dizer que o Projeto Eco-Luzia constituiu-se no tripé Universidade – Comunidade - Empresa Pública, cujo objetivo era a criação de uma rede local de economia solidária numa perspectiva de geração de trabalho e renda, a partir de uma via sustentável-solidária (FRANÇA FILHO, 2008; CUNHA, 2008; FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009), com recursos financeiros provenientes da Petrobrás. A inovação da proposta está no desenvolvimento local a partir da “reorganização e/ou dinamização da economia local” (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009), em que a comunidade é a protagonista do próprio desenvolvimento por meio da criação de atividades produtivas no bairro.

Primeira Etapa do Projeto Eco-Luzia

Em 2005 é dado início à 1ª etapa do Projeto, sendo este pensado numa perspectiva de médio e longo prazo. Para a Petrobrás, contudo, o

Projeto se constituiria em duas etapas, sendo a primeira referente à estruturação e planejamento da rede, e a segunda para a implantação do Projeto (posteriormente, por determinação da empresa, a construção das 23 casas foi incluída no Projeto, realizada por meio de uma parceria com a Faculdade de Arquitetura da UFBA a partir do sistema Canteiro-Escola, em que seria empregada a mão-de-obra local numa perspectiva de “aprender fazendo”). Para a equipe da UFBA, no entanto, ainda haveria etapas posteriores referentes ao fortalecimento dos EES formados, favorecendo o processo de “desincubação” por meio do empoderamento dos moradores (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009).

A primeira etapa do Projeto, desta forma, teve o foco na mobilização e formação de pessoas a partir do planejamento do desenvolvimento da comunidade, tendo quatro eixos de atuação (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009):

- a. Mobilização comunitária, por meio de: i) construção coletiva do primeiro seminário para aprofundamento do Projeto e planejamento de execução com a comunidade; ii) formação em economia solidária; iii) pesquisa-ação sobre a memória histórico-cultural da comunidade;
- b. Fortalecimento do associativismo local e constituição de um Conselho Gestor para o monitoramento das ações, que deu origem ao Grupo de Jovens e ao CDS (Centro de Desenvolvimento Solidário), este enquanto institucionalidade do Conselho Gestor;
- c. Mapeamento da produção e consumo da comunidade, bem como de sua capacidade produtiva. Este mapeamento originou a sistematização do perfil sócio-profissional da comunidade, lançando as bases do planejamento da rede;
- d. Em caráter experimental, a construção de um banco comunitário e de um mercadinho solidário, que seria a base para a construção de uma cooperativa de consumo.

Durante os oito meses de execução desta etapa, a comunidade participou ativamente, com a interlocução do Sr. Roque e Sra. Rita (da associação local) e de Sra. Genilda (agente comunitária de saúde). Além disso, novas lideranças surgiram, como Adriana e Simone, que posteriormente vieram a se tornar agentes de crédito do banco.

Em sendo um projeto de economia solidária, o Eco-Luzia pretendia a formação de uma cultura política democrática, em que todos tivessem oportunidade de participar da construção do próprio desenvolvimento territorial. Contudo, esta finalidade foi limitada por três fatores principais (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009): i) o caráter personalístico e autoritário da principal liderança comunitária (Sr. Roque); ii) o elevado grau de baixa-estima dos moradores; iii) a baixíssima escolaridade média, conforme vimos anteriormente. Por não se constituírem o foco deste estudo, não aprofundaremos estas limitações.

Segunda Etapa do Projeto Eco-Luzia (ou Eco-Luzia II)

A segunda etapa do Projeto teve início após quase um ano paralisado, devido aos trâmites burocráticos para a liberação do recurso pela Petrobrás. Neste período, as atividades sofreram uma série de desgastes pela falta de recurso, o que fez com que a comunidade perdesse o estímulo em participar.

A segunda etapa do Projeto foi marcada pela intensidade das ações, bem como com o intercâmbio de outras áreas/cursos da UFBA, resultando na articulação de oito subprojetos para a implantação da rede local de economia solidária (CUNHA, 2008; FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009) :

- Centro de Desenvolvimento Solidário (CDS): instância maior de organização sócio-política do bairro, funcionando como o Conselho Gestor. Sua finalidade inclui a organização da rede de economia solidária da comunidade, além das atividades de mobilização comunitária;

- Banco Comunitário de Desenvolvimento Eco-Luzia: com o objetivo de organizar a rede de economia solidária no âmbito sócio-financeiro, pretendia oferecer microcrédito direcionado à produção, consumo e serviços, mas com o viés solidário, de forma a viabilizar a criação de novos empreendimentos integrados à rede. Posteriormente, aprofundaremos o funcionamento do banco;
- Mercadinho Solidário: Tinha como objetivo viabilizar o acesso da comunidade ao consumo de alguns bens de primeira necessidade com preços mais baixos, de maneira a se tornar uma cooperativa de consumo;
- Grupo de Jovens Flor da Juventude: a criação do grupo, ocorrida na etapa anterior, e seu fortalecimento, tinha como finalidade favorecer o protagonismo juvenil e fortalecer a cultura local, e ocorreu por meio da parceria com a Escola de Teatro e Belas Artes e da Escola de Educação da UFBA;
- Mutirão-Escola: a partir da articulação com a Faculdade de Arquitetura da UFBA, pretendia a formação profissional, dos moradores, em construção civil por meio da construção das 23 unidades habitacionais e de duas instalações comunitárias (CDS e mercadinho);
- Algicultura Solidária: Consistiu num projeto experimental voltado para a produção de algas marinhas pelas marisqueiras, reunindo exploração extrativista à despoluição do mangue. Este projeto resultou numa parceria entre a incubadora e o Instituto de Biologia da UFBA;
- Medicina Comunitária: Através da parceria com uma professora e estudantes de medicina da UFBA, foi possível o atendimento médico voluntário a crianças e adolescentes, o que permitiu a reativação do posto de saúde local. Tal atendimento aconteceu até pelo menos

2008, inclusive com a organização de eventos para as crianças realizados por este grupo de estudantes;

- Infraestrutura / Saneamento Ambiental: tinha como foco dotar o conjunto habitacional desenvolvido pelo Mutirão-Escola de infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

A quantidade e intensidade das atividades do Projeto Eco-Luzia, caracterizando-se eminentemente como um projeto multidisciplinar, trouxeram grande esforço de coordenação, além de ultrapassarem o tempo previsto para o término do Projeto. Contudo, a despeito de terem sido efetivamente criadas e estarem funcionando, tais iniciativas dependiam da obra, em especial da infraestrutura, cujo atraso no andamento impactou decisivamente o andamento e posterior paralisação das atividades (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009).

A adesão da comunidade à obra foi uma das principais razões para o atraso, com apenas dez mulheres na faixa de 30 a 70 anos tendo se apresentado para participar, sendo que cada família beneficiada deveria apresentar dois representantes para participar do projeto de construção das casas e de formação. Os homens adultos alegaram não conseguirem compatibilizar as atividades do Projeto com suas atividades remuneratórias, e os jovens admitiram não terem sido atraídos pelo Projeto. A solução encontrada foi a de montar um mutirão-escola, com a participação de moradores de outras comunidades, que seriam remunerados pelo serviço de estaqueamento e concretagem. Os serviços de elétrica e hidráulica contaram com a participação das dez mulheres, que também participaram da fase inicial executando serviços de capinagem, peneiramento da areia, transporte interno de materiais e remoção de entulho (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009).

Nota-se, durante a construção das casas, um interesse muito maior das mulheres em representar a família como condição de recebimento das casas. Em que pese a necessidade de uma renda para o sustento da família, até que ponto a recusa dos homens em aderir ao Projeto pode também ter sido motivada pela percepção de que é a responsabilidade da mulher o bem-estar da família? As condições precárias de moradia afetam igualmente o sentimento de bem-estar de homens e mulheres?

São perguntas como estas que orientaram a escolha inicial do Grameen Bank em priorizar o microcrédito às mulheres (YUNUS, 1997), já que historicamente o bem-estar da família é de responsabilidade feminina, conforme visto no capítulo 2.

A fase final da obra, antes da sua paralisação, foi marcada por conflitos entre o mestre de obras (integrante da comunidade) e os homens que trabalhavam na obra, incitados pela liderança local (Sr. Roque). A atuação da principal liderança local é caracterizada como centralizadora e autocrática (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009), mas acrescenta-se, machista. A forma com que atuou ao longo do Projeto, criticando e tentando inviabilizar alguns objetivos e iniciativas, mostra-se como uma reação ao sentimento de ameaça ao seu poder de líder, especialmente no que se refere à emergência de novas lideranças locais motivadas pelo Projeto em sua natureza democrática. Entretanto, é digno de nota que o processo de construção das casas empoderou outra pessoa atuante na comunidade, que tomou a frente do Projeto dada a impossibilidade de Sr. Roque em acompanhar o processo. Tal fato, isoladamente, já justificaria o sentimento de ameaça em seu espaço de poder, mas o fortalecimento da Sra. Rita, irmã de Sr. Roque, na condição de líder comunitária torna o fato ainda uma questão de gênero. Não se trata apenas de perder o espaço para outra pessoa, mas perder para aquela que deveria ser submissa a ele. Tal situação é ilustrada quando ele afirma que “Rita e Nida eram minhas cachorrinhas” (informação verbal⁵²).

Com a paralisação da obra, que já se encontrava em estado muito avançado⁵³, o líder comunitário ampliou seus esforços em desmobilizar a comunidade e desqualificar a obra, trazendo sérias conseqüências para o andamento dos demais projetos associados, que se mantiveram em funcionamento, mesmo num ritmo reduzido. Por fim, a infraestrutura do condomínio e a construção da sede do CDS foram executadas por

⁵² Discurso de Sr. Roque na inauguração do Centro de Convivência, ocorrida em 25/05/2010, em referência à atuação dos três em busca de melhorias para a comunidade antes do projeto.

⁵³ Neste momento, faltava apenas o acabamento das casas.

empresa terceirizada, contratada pela Petrobrás, sendo inaugurada em maio de 2010.

Atualmente, o Projeto Eco-Luzia ainda conta com o acompanhamento da ITES/UFBA, mas com recursos advindos de edital público (SESOL/SETRE/FAPESB) desde o primeiro semestre de 2009. O foco da incubação é na sustentabilidade dos três empreendimentos fundamentais: o Banco Eco-Luzia, o Mercadinho Comunitário e o CDS, tendo como horizonte o fortalecimento do associativismo local para a sustentabilidade da comunidade através de sua organização pelos próprios moradores. Neste sentido, a construção e manutenção de uma rede de economia solidária assumem fundamental importância, ainda que o tempo de amadurecimento da comunidade seja maior do que o previsto, exigindo um tempo maior de incubação.

Veremos a seguir o caminho percorrido pelo banco Eco-Luzia.

5.1.3. O Banco Eco-Luzia

A constituição do banco Eco-Luzia se deu em caráter experimental durante a primeira fase do Projeto, juntamente com o grupo de jovens e o mercadinho.

A inauguração do banco ocorreu em dezembro de 2005, durante a Feira de Economia Solidária de Santa Luzia, oferecendo inicialmente apenas o microcrédito para consumo e produção. O grupo passou por intensas oficinas de capacitação em bancos comunitários⁵⁴, inclusive com a participação do Instituto Banco Palmas⁵⁵ (CUNHA, 2008).

Por ser em caráter experimental, as ações do Eco-Luzia foram tímidas, tendo iniciado com um fundo rotativo de R\$ 1.790,00⁵⁶, oferecendo empréstimos de no máximo R\$ 50,00. Neste período, 20% da população de Santa Luzia utilizou os serviços do banco, ou 37% das pessoas aptas a tomarem o empréstimo. O volume de crédito atingiu o

⁵⁴ Neste momento, ainda não eram chamados de Banco Comunitário de Desenvolvimento.

⁵⁵ Entidade criada para fomentar a criação de novos bancos comunitários de desenvolvimento, segundo a metodologia do Banco Palmas, de Fortaleza/CE. Ver capítulo 3.

⁵⁶ Após um mês de funcionamento, este fundo foi reduzido para R\$1.014,50, devido aos custos de experimentação da moeda social e de legalização do CDS, entidade que abriga o banco.

valor de R\$ 6.935,00, representando um giro de fundo de 3,87 vezes⁵⁷ (CUNHA, 2008).

Após o período de intervalo entre a primeira e a segunda etapa do Projeto, que durou de dez. 2005 a jul. 2006, o CDS pode ser constituído legalmente já na segunda etapa. Este fato é de extrema importância para o funcionamento do banco, já que suas ações são viabilizadas a partir de uma associação local que o abriga, conforme visto no capítulo 3.

Com o início da segunda etapa, a constituição do banco em caráter permanente representou um dos cinco eixos de atuação do Projeto, inclusive com a construção de uma logomarca⁵⁸.

Figura 3: Logomarca do Banco Eco-Luzia



Fonte: Site da ITES/UFBA⁵⁹

O Banco Eco-Luzia foi criado com o propósito de oferecer microcrédito popular e solidário para a população de Santa Luzia, mas com a possibilidade de ampliar seu escopo de ação para Mapele e Cotequipe. Suas ações, entretanto, superariam a simples oferta de crédito, ao possibilitar a organização e viabilidade sócio-econômica da rede de

⁵⁷ Se for considerado como fundo rotativo o valor efetivamente utilizado nos empréstimos, o giro do fundo passa a ser de 6,83 vezes (CUNHA, 2008).

⁵⁸ Os outros eixos de ação eram: constituição do CDS; constituição do Grupo de Jovens; constituição do mercadinho solidário; realização do projeto Algicultura Solidária; e o desenvolvimento do projeto Escola-Oficina. Além do BCD, o CDS, o mercadinho e o grupo de jovens também construíram uma logomarca, dado seu caráter permanente (CUNHA, 2008).

⁵⁹ Disponível em http://www.ites.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=54. Acesso em 24/06/2010.

economia solidária local, tanto financeiramente como na gestão dos empreendimentos. Além disso, tinham como vocação o estímulo a outras práticas solidárias, como feiras solidárias e clube de trocas.

O Banco Eco-Luzia foi composto por duas agentes de crédito, responsáveis pela rotina diária do banco. Da segunda fase do Projeto em diante, o banco também contou com um técnico da incubadora para acompanhamento específico. Em termos de estrutura física, o banco funcionava em um espaço provisório na sede da associação de moradores local, mas após a inauguração do CDS em maio de 2010, passou a contar com uma sala voltada exclusivamente para suas atividades.

As atividades do banco, contudo, atualmente estão paralisadas devido ao alto grau de inadimplência da comunidade, motivada por conflitos entre o líder comunitário local (conforme vimos anteriormente) e os integrantes do Projeto. Em seu esforço de desqualificar o Projeto, o líder comunitário estimulou a inadimplência dos participantes da obra, grandes beneficiários do banco, que afirmavam que o dinheiro dos empréstimos era referente aos “tempos de serviço”. Muito da legitimidade percebida pela comunidade decorria da própria participação do líder no Projeto e nas reuniões do banco, uma vez que o Projeto desde seu início teve a preocupação de incluí-lo nas atividades. Conforme uma das agentes afirma,

Assim, eu acho que com o decorrer do tempo, o pessoal que fazia parte do Projeto mesmo começavam [sic] a falar mal por trás, fora da reunião. Começava a falar mal na comunidade, as pessoas começaram a desacreditar... E aí pronto, achavam que a gente fazia só o que o povo queria da UFBA e isso e aquilo. Ai começou, mudou mesmo quando a gente ia fazer a cobrança mesmo. Ah ... Xingavam a gente, chamavam a gente até de puta, xingavam quando a gente chegava. (E1)

Os outros devedores, sabendo dos conflitos e da inadimplência crescente, deixaram de pagar as prestações com medo de não ter mais empréstimos, uma vez que sabiam que a alta inadimplência inviabilizava o funcionamento do banco. Ainda assim, afirmam que pagarão a dívida quando o banco voltar a funcionar.

O retorno das atividades do banco é o que mais tem empenhado os técnicos responsáveis e as agentes de crédito. Em reunião com a comunidade (em prol de uma remobilização), os técnicos e as agentes planejam para julho de 2010 a realização de um bingo na comunidade, cujos prêmios serão eletrodomésticos⁶⁰ (adquiridos por meio de doações), de forma a angariar recursos para ampliar o capital de giro do banco e assim estimular o pagamento de antigos devedores. As agentes afirmam o interesse da comunidade na reativação do banco, dado seu potencial de desenvolver a comunidade e de ampliar a capacidade de consumo dos moradores.

Gestão do Banco Eco-Luzia⁶¹

A gestão do banco é coletiva, viabilizada inicialmente por meio das reuniões de interlocução do Projeto com a comunidade⁶². Com a construção da sede do CDS e a remobilização comunitária, espera-se que a participação da comunidade na gestão seja realizada por meio das reuniões ordinárias da associação.

A avaliação do crédito é realizada por um Comitê de Avaliação do Crédito, composto pelas agentes, um técnico da ITES (cujo papel é mais de intermediação do que de decisão), representantes do CDS e um representante da outra associação de moradores local. Durante as reuniões deste comitê, são avaliadas as solicitações de crédito por meio das informações disponibilizadas pelo solicitante, cuja aprovação e condições para o recebimento são submetidos aos seguintes critérios: i) fundo disponível para empréstimo; ii) necessidade do solicitante; iii) capacidade de pagamento e; iv) relevância da proposta para o desenvolvimento da comunidade.

⁶⁰ Apesar de terem sido adquiridos por meio de doações, os eletrodomésticos são novos.

⁶¹ Apesar de atualmente o banco estar paralisado, a gestão após sua reativação não sofrerá mudanças significativas.

⁶² Foi em uma destas reuniões que a comunidade definiu a taxa de juros incidente sobre cada atividade (CUNHA, 2008).

Os instrumentos utilizados pelas agentes para a gestão do banco foram adaptados dos já utilizados pelo Banco Palmas (Fortaleza/CE) e pelo Banco BEM (Vitória/ES) (CUNHA, 2008).

Outro ponto que merece destaque é com relação à capacitação das agentes de crédito, ocorrida a partir de acompanhamento dos técnicos da ITES/UFBA e oficinas realizadas com técnicos do Banco Palmas. Os conhecimentos adquiridos pelas agentes, contudo, puderam ser reforçados mesmo pela prática cotidiana. Vale ressaltar que esta situação contribuiu ainda para a conquista de autonomia das agentes, intensificando o processo de qualificação das mesmas (CUNHA, 2008).

Serviços do Banco Eco-Luzia

Em termos de serviços prestados pelo banco, destacam-se: microcrédito popular e solidário, moeda social, cartão de crédito local, apoio na gestão dos empreendimentos locais e realização de clubes de trocas (CUNHA, 2008).

a) Microcrédito Popular e Solidário

O microcrédito popular e solidário é o que assenta as ações do banco, sendo o principal serviço prestado. A forma de análise do crédito baseia-se na experiência do Banco Palmas (conforme visto no capítulo 3), que dispensa a consulta em órgãos de restrição ao crédito e baseia-se na confiança e no controle social. Vale ressaltar que a análise no início era realizada por meio da consulta a empreendimentos da rede, com o objetivo de avaliar se o solicitante era bom pagador. Com o tempo, esta prática foi dispensada, já que a comunidade é muito pequena, o que permite que as agentes de crédito conheçam todos os moradores e avaliem entre si e nas reuniões do Comitê de Análise do Crédito (CAC) aqueles que são bons pagadores ("boa paga"). Mesmo assim, as agentes visitam as casas dos solicitantes, como forma de avaliar a real necessidade e capacidade de pagamento. Quando as atividades foram expandidas para Mapele, as agentes se viram com a necessidade de

fazer a consulta aos vizinhos, por este ser um bairro maior e com moradores desconhecidos.

O controle social era exercido pelas próprias agentes, fazendo cobranças diretas aos devedores e informando a necessidade de pagamento para a manutenção do banco. Este sistema funcionou até o momento em que os conflitos com a obra passaram a atingir as atividades do banco.

O banco funcionava com cinco linhas de crédito: i) Consumo (a mais utilizada); ii) Produção (podendo ser serviço, comércio ou produção de bens); iii) Reforma de Moradia; iv) Cred Jovem (para jovens a partir de 16 anos); v) Pagamento de Dívidas. Vejamos na tabela a seguir os limites, prazos, juros e carência de cada linha de crédito:

Tabela 2: Linhas de crédito do Banco Eco-Luzia

Linhas de crédito	Limite máximo (R\$)	Prazo máximo (meses)	Juros (%)	Carência
Consumo*	300,00	3	0	Não há
Produção	500,00	8	1,5 a 2,5	Até 2 meses**
Reforma de Moradia	300,00	6	1,5	Não há
Cred Jovem***	Conforme o caso	Conforme o caso	Conforme o caso	Conforme o caso

*Pode haver cobrança de juros quando o consumo não for feito na comunidade.

**A carência só é aplicada quando for para a criação de um novo empreendimento.

***O empréstimo para jovens seguem os mesmos critérios dos demais tipos, devendo o usuário ser membro ativo do Grupo de Jovens e ter mais do que 16 anos.

Fonte: CUNHA (2008)

Enquanto esteve em funcionamento (dez. 2005 a início de 2009), o banco Eco-Luzia chegou a ter um fundo rotativo de R\$ 7.514,50, com uma circulação de 10,2 vezes deste valor, chegando a atingir 42% da

população ou 70% das pessoas aptas a receberem o crédito (CUNHA, 2008).

b) Moeda Social Circulante Local

A emissão da moeda social teve início em maio/2007, contribuindo para a redução na utilização do cartão de crédito. A constituição da moeda social, entretanto, contou com um extenso processo anterior, iniciado em junho/2006 com a emissão de uma moeda provisória (“Eco-Luzia”), como pré-teste de duração de cerca de um mês (CUNHA, 2008).

A definição do nome e iconografia definitiva da moeda social ocorreu por meio de oficinas específicas na comunidade, em que foi escolhido o nome “Trilha”. Este nome faz referência à linha férrea que cruza a comunidade há muitos anos, fazendo parte da história local, mas também com o sentido de caminho aberto, a ser definido, em oposição à rigidez do “trilho”. Representada por um trem e com linhas onduladas em referência ao mar (outro elemento forte na comunidade), o dinheiro também conta com elementos de segurança para evitar a falsificação, como marca d’água, código de barras, número serial e tarja de segurança (CUNHA, 2008).

Figura 4: Moeda Social Trilha (Banco Eco-Luzia)



Fonte: Site da ITES/UFBA

Adicionalmente, foi realizada uma oficina com os empreendedores locais para explicar o funcionamento da moeda social e verificar o interesse dos mesmos em participar do Projeto. Por fim, a circulação da moeda teve início de três formas: i) empréstimos no banco sem juros, na

linha para consumo⁶³; ii) pagamento de parte da bolsa-auxílio dos agentes da rede; iii) troca direta de Reais por Trilhas.

Para o adequado funcionamento da moeda, é fundamental o lastro em reais no banco, de forma a garantir a confiança dos usuários no sistema. Outro fator importante é a parceria dos comerciantes locais, que pouco a pouco foram aderindo, especialmente por pressão dos moradores. O maior desafio, contudo, é justamente a circulação da moeda, de forma a evitar as trocas constantes no banco por reais. Esta questão pode ser minimizada com a ampliação da economia local, de forma que a comunidade tenha cada vez menos necessidade de adquirir bens e serviços fora dela, mas este é um processo longo e que envolve grande esforço de conscientização. A opção mais efetiva utilizada foi a troca realizada somente por empreendimentos cadastrados e mediante a cobrança de uma taxa de 1% sobre o valor da troca.

c) Cartão de Crédito

A utilização do cartão de crédito local ocorreu somente ao longo da segunda etapa do Projeto Eco-Luzia, como mecanismo de substituição de uma prática muito comum em comunidades de baixa renda: a venda a prazo com base na confiança (o popular “fiado”). O cartão surgiu então com o propósito de estimular a concessão de crédito ao morador, ao mesmo tempo em que traz garantias maiores de pagamento ao empreendedor. Com a circulação da moeda social, pouco a pouco o cartão deixou de ser utilizado, sem necessidade de recolhimento por parte do banco.

d) Apoio na gestão dos empreendimentos locais

O apoio à gestão dos empreendimentos locais refere-se principalmente à análise de viabilidade do empreendimento, tendo em vista a contribuição do mesmo para o desenvolvimento da comunidade.

⁶³ A não cobrança de juros aos empréstimos feitos em Trilha é uma forma de estimular sua circulação.

Este serviço integra os critérios para a avaliação do crédito para empreendimentos (já existentes ou a serem formados), e baseia-se principalmente no “plano de investimento” preenchido pelo solicitante ao crédito de produção. O banco, desta forma, atua não somente no acesso ao crédito, mas na orientação quanto à forma de torná-lo mais viável para o empreendedor e comunidade.

Após a liberação do crédito, as agentes acompanham a utilização do recurso, fazendo visitas para verificar se o plano está sendo seguido e sugerir alterações ao longo do percurso. Outrossim, o banco busca ampliar este processo por meio da articulação dos empreendimentos em grupos afins, sistematização da assessoria e oferta de oficinas técnicas de gestão (CUNHA, 2008).

e) Clubes de Trocas

Embora faça parte dos objetivos do banco, em Santa Luzia só ocorreu um clube de trocas, como forma de mobilização da comunidade para a reunião geral da segunda etapa do Projeto Eco-Luzia. O Clube de Trocas é uma ação pontual, que demanda grande esforço de trabalho e de mobilização, para trocas de produtos e serviços entre os participantes, seguindo uma metodologia específica, que pode contar com uma moeda social (CUNHA, 2008).

O Projeto Eco-Luzia foi o que inaugurou as ações da equipe da UFBA que posteriormente se institucionalizou como ITES/UFBA. Tal incubadora é pioneira ao dar início à incubação feita por Universidade de territórios, com vistas ao desenvolvimento local, contrariando a prática de incubação de empreendimentos solidários (notadamente cooperativas) isoladamente.

Veremos, a seguir, outros três casos de projetos incubados, contextualizando a formação dos respectivos bancos comunitários, e de que forma dialogam com a experiência de Santa Luzia.

5.2. BANCO ILHAMAR (MATARANDIBA – VERA CRUZ / BA)

5.2.1. Caracterização da Comunidade

A Vila de Matarandiba localiza-se na Ilha de Matarandiba, na Baía de Todos os Santos, município de Vera Cruz/BA (RMS), distante cerca de 55 km de Salvador.

O povoamento da Vila de Matarandiba (inicialmente Vila dos Burgos) remonta a meados do século XVI, quando o acesso era realizado principalmente pelo mar, também como forma de reconhecimento da colônia para elaboração de estratégias de defesa de Portugal contra invasores. Sua localização geográfica isolada dificultou o povoamento, sendo que os principais registros de habitantes na vila iniciam na década de 1920.

Figura 5: Localização de Matarandiba na região



Fonte: Adaptado do wikimapia pela autora⁶⁴

A economia da Vila de Matarandiba é tradicionalmente baseada na pesca e na coleta de mariscos, sendo dividida por sexo. A pesca é exercida principalmente por homens, enquanto que a “mariscagem” é exercida por mulheres. Em conversas na comunidade, é comum perceber

⁶⁴ Disponível em <http://wikimapia.org/#lat=-12.9108753&lon=-38.6121368&z=12&l=9&m=b>. Acesso em 24 jun. 2010.

que esta situação é ocasionada principalmente pelas exigências de cada atividade. A coleta de mariscos pode ser realizada na beira da praia / mangue, e é comum ver a presença de crianças ajudando as mães. Aliás, este já se tornou um divertimento na comunidade, em que os jovens programam a ida juntos ao mangue. É também comum ouvir na localidade que alguém “vive de maré”, na maioria das vezes denotando a irregularidade com que se obtém a renda. A predominância da coleta de marisco na economia local é refletida pela freqüência com que se encontra no bairro ruas cobertas com as conchas do principal marisco do bairro (“chumbinho”). Esta divisão de trabalho por sexo reforça a desigualdade feminina em termos de renda, uma vez que o peixe, além de ser um produto mais caro, possui uma demanda maior, sendo geralmente vendido no mesmo dia. O marisco não possui uma demanda tão forte, sendo o preço por quilo mais baixo e a venda mais incerta.

Em 1972 foram descobertas as primeiras jazidas de sal-gema⁶⁵ na ilha, dando início à exploração do mineral pela Dow Brasil, que possibilitou a ampliação da empresa no estado e a construção do complexo de Aratu, que reúne três operações: produção de soda cáustica, de óxido de propeno e polipropilenoglicol, e de solventes clorados (percloroetileno)⁶⁶.

Figura 6: Sal-gema (cristal)



A presença da empresa possibilitou o aterramento do trecho que liga a Ilha de Matarandiba a Vera Cruz para o transporte do minério. Por ter ocorrido há quase quarenta anos, o aterramento não chamou muito a

⁶⁵ Sal-gema(ou sal de rocha) refere-se ao cloreto de sódio (NaCl) produzido no subsolo, ocasionado pela evaporação de água de antigas bacias marinhas em ambientes sedimentares (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sal-gema>. Acesso em 24 jun. 2010).

⁶⁶ Ver site da empresa.

atenção da comunidade quanto aos possíveis danos ambientais, nem mesmo das autoridades competentes, mas conta-se que havia um padre na comunidade que foi contra a construção. Antes deste aterramento, o acesso à ilha de Matarandiba era realizado por embarcações de Salvador ou Nazaré, ou por canoa da ilha de Itaparica, que fazia o trecho atualmente aterrado. Além disso, a Dow Brasil, na mesma época, construiu um portão com guarita na entrada do bairro, cujo acesso é realizado pela BA-001, justificado pela necessidade de segurança da empresa e da área de extração. Conta-se também que o portão motivou diversas reclamações da comunidade, visto que os moradores possuíam uma carteirinha de identificação para ter o acesso permitido. Atualmente, contudo, a própria comunidade prefere o portão por razões de segurança, cujo acesso é permitido sem necessidade de identificação, já que foi construído outro portão na entrada da mineração.

Figura 7: Acesso à Vila de Matarandiba



Fonte: Foto realizada pela autora.

A extração do mineral, segundo os moradores, é realizada por meio da perfuração do solo que, após a retirada do sal-gema, é preenchido com óleo e fechado com cimento⁶⁷. Este processo causa nos moradores o receio de que a ilha pode afundar. Entretanto, a comunidade reconhece a preocupação da empresa quanto à transparência de sua atuação,

⁶⁷ Na verdade, o processo de retirada do sal-gema envolve a perfuração do solo com pelo menos três tubos: um que injeta água, outro que a retira com o sal já dissolvido, e outro com óleo, que favorece o aproveitamento da solução que escorre horizontalmente (Disponível em: <<http://www.deboni.he.com.br/tq/sal/obtencao.htm>>. Acesso em 24 jun. 2010).

inclusive possibilitando a participação dos moradores em diversas palestras, até mesmo em Candeias (município em que a empresa possui outras unidades). A relação dos moradores, apesar de momentos de conflito (como na construção do portão), é relativamente pacífica, em muito devido às ações de responsabilidade social da empresa no bairro já há algum tempo, embora muitos acreditem que a empresa pode fazer mais. Muitas pessoas no bairro têm o sentimento de pertencimento do minério, cuja extração é percebida como uma subtração passível de compensação por parte da empresa. Tais pessoas entendem as ações da Dow como compensações que poderiam ser ampliadas.

A Vila de Matarandiba possui 479 pessoas agrupadas em 134 famílias⁶⁸, sendo que as mulheres representam 53,4% da população, ultrapassando um pouco a proporção nacional (50,78% de mulheres) e a proporção de Vera Cruz (49,53%) (IBGE, 2002). A razão de dependência de Matarandiba é de 50,2%, menor do que o índice baiano (60,5%, segundo IBGE), mas ainda relativamente alta. A idade média do morador de Matarandiba (30,6 anos) e o estreitamento da base da pirâmide populacional indicam o acompanhamento da tendência nacional de envelhecimento da população, apesar de os jovens representarem 27,4%⁶⁹ da população. A média de filhos das agentes de crédito (um filho) acompanha as tendências nacionais de redução da taxa de natalidade, estando abaixo da média nacional (1,6 filhos).

O índice de analfabetismo de Matarandiba é de 6%, embora apenas 14% da população possua o 2º grau completo. Este índice deve ser relativizado pelo percentual de 45,1% da população estar estudando, o que mostra uma tendência de aumento no índice de escolaridade da comunidade. Matarandiba possui apenas duas escolas municipais, uma até a alfabetização (1º ano) e outra da 1ª a 4ª série (ou 2º ao 5º ano). Uma dessas escolas recebe apoio financeiro da Dow Brasil para as despesas mensais, exceto para o pagamento de funcionários. A empresa ainda financia os estudos de duas crianças da comunidade em escola particular fora do bairro. A Vila de Matarandiba também conta com o

⁶⁸ Dados do Mapeamento de Produção e Consumo, ocorrido em fev. 2008.

⁶⁹ Deste percentual, 55% tem entre 10 e 20 anos (Relatório..., 2008).

transporte escolar, que funciona para os turnos da manhã, tarde e noite, levando e buscando estudantes que vão para Mar Grande (cursar o ensino fundamental e médio) ou para Tairu (cursar da 5ª à 8ª série). A dificuldade em estudar pode ser a causa dos índices de escolaridade da comunidade, podendo também ser verificados na escolaridade das agentes de crédito, já que enquanto uma agente possui o 2º grau completo, a mais nova ainda está cursando o 2º grau.

A renda familiar média da população é de R\$ 590,48, embora a desigualdade seja alta (índice de Gini⁷⁰ de 0,61)⁷¹. Apenas 10,78% da população declarou ser beneficiário do Bolsa Família, mostrando que a renda advinda de programas governamentais⁷² é irrelevante na totalidade do território. A renda familiar média declarada pelas agentes de crédito é de R\$ 295,00⁷³, sendo apenas uma beneficiária do Bolsa Família, o que ilustra a condição de desigualdade vivida na comunidade. Cabe ressaltar que as duas agentes de crédito são as principais responsáveis pelo sustento da família, engrossando as taxas de domicílios chefiados por mulheres⁷⁴.

O principal meio de renda dos moradores é como autônomo, representando 40% da população, em especial na coleta de mariscos. Isto reflete a percepção de trabalho como meio de sobrevivência, em oposição à idéia de emprego, ocupado por apenas 14,74% da população⁷⁵.

A Vila de Matarandiba é marcada pela sazonalidade do turismo, com uma infraestrutura precária que fica mais sobrecarregada no verão. A condição de desigualdade é refletida nas casas, encontrando-se facilmente casas grandes e bem acabadas, muitas vezes fechadas por serem apenas para veraneio, enquanto que muitas outras são sem reboco. Apenas 86,7% das casas possui água encanada, estando aquém da média nacional de 93,2%.

⁷⁰ O índice de Gini é uma medida de igualdade em que 0 representa a igualdade perfeita e 1 a completa desigualdade (somente 1 indivíduo detém toda a riqueza).

⁷¹ 39,4% da população possui renda familiar entre R\$ 300,00 e R\$ 450,00.

⁷² 0,42% é beneficiário de outro tipo de programa governamental.

⁷³ Este número pode ser considerado maior, uma vez que no momento da pesquisa uma das agentes ainda não havia recebido o primeiro salário como servidora pública da prefeitura.

⁷⁴ 24,9% no Brasil e 25,9% no Nordeste, segundo dados do IBGE (2002).

⁷⁵ Apenas 9,62% da população tem emprego com carteira assinada.

A comunidade ainda carece de transporte, realizado principalmente por meio de uma parceria da Dow Brasil⁷⁶ com a associação, em que uma empresa de Itaparica oferece o transporte dos trechos Matarandiba - Bom Despacho em três horários (6h, 10:40 e 14h) e Bom Despacho – Matarandiba em outros três (9:30, 12h e 17h), ao custo de uma passagem de R\$2,50, de onde é possível chegar até Salvador por meio de ferry-boat. Outra opção é caminhar ou pegar carona por 7 km até a entrada da comunidade para pegar transporte na BA-001.

Com relação aos serviços de saúde, o único posto de atendimento médico do bairro está desativado por problemas estruturais. Os atendimentos médicos são realizados no hospital público de Mar Grande, que também possui atendimento precário, localizado a cerca de 40 km da comunidade.

5.2.2. O Projeto Ecosmar

O Projeto Ecosmar, assim como o Eco-Luzia, foi elaborado com o intuito de promover o desenvolvimento territorial da Vila de Matarandiba a partir da construção de uma rede local de economia solidária. Fruto de uma parceria entre a Dow Brasil, a ITES/UFBA e o Conselho Comunitário de Matarandiba (CCM), foi pensado num horizonte de pouco mais de dois anos (ago. 2007 a dez. 2009), tendo suas ações divididas em três etapas:

1. Diagnóstico e planejamento do processo de construção da rede de economia solidária de Matarandiba (Ago. à Dez. 2007);
2. Implantação da rede de economia solidária, através da constituição e funcionamento dos empreendimentos e iniciativas (Jan. à Dez. 2008);
3. Consolidação e expansão da rede (Jan. à Dez.2009).

Devido a diversos problemas relacionados à mobilização da comunidade e à liberação de recursos, tais etapas foram finalizadas após o prazo estipulado, sendo que atualmente ainda estão em curso as ações da terceira etapa.

⁷⁶ A Dow Brasil financia a parceria co R\$6.000,00 mensais.

Primeira etapa do Projeto

A partir da perspectiva de que toda comunidade é portadora de soluções para o próprio desenvolvimento, o Projeto Ecosmar teve início em 2007, seguindo três eixos de ações: i) mobilização comunitária e estruturação associativa; ii) mapeamento de produção e consumo local; iii) constituição de duas iniciativas em caráter experimental (infocentro e banco comunitário).

A questão da mobilização comunitária enfocou na compreensão sobre a realidade do desenvolvimento local sob a ótica solidária, em termos de possibilidades e desafios, e na organização comunitária em si mesma. Este ponto é fundamental para compreensão da realidade comunitária de Matarandiba. A população da Vila de Matarandiba é principalmente formada por pessoas da própria região (63,9%), ou por pessoas que lá foram se estabelecer por motivos de família. Isto reflete no bairro um alto grau de parentesco entre os moradores, havendo duas grandes famílias que reúnem grande parte da população local. Uma dessas famílias é dominante em termos da política local⁷⁷, tendo sido formada por ela a única associação de moradores existente antes do Projeto. Contudo, havia uma grande parcela de moradores que não se sentiam efetivamente representados por esta associação, em especial aqueles que não estavam morando na comunidade há tanto tempo, além de muitos possuírem críticas com relação à gestão da mesma e sua atuação na comunidade. Um dos principais efeitos do Projeto no bairro foi a construção de uma nova associação de moradores (ASCOMA), que se tornou a principal intermediadora da comunidade com a Dow Brasil e com a Prefeitura Municipal, além de abrigar o infocentro e o banco comunitário. Seu objetivo principal é organizar e gerir a rede de economia solidária local, além de se tornar *locus* privilegiado das decisões que envolvem a comunidade, constituindo-se como um espaço público de proximidade.

⁷⁷ Os dois únicos vereadores que representam o bairro são desta família.

O mapeamento de Produção e Consumo é uma das principais atividades dos projetos da ITES/UFBA, pois é ele que permite o diagnóstico do que é produzido e consumido na comunidade de forma a orientar a formação de novos empreendimentos, efetivamente voltados para as reais necessidades da população. Tais dados são enriquecidos com a pesquisa histórico-cultural do lugar, de forma a se conhecer as possibilidades e vocações para o desenvolvimento. O mapeamento de Matarandiba contou com a participação de 15 agentes locais, sendo a grande maioria jovens a partir de 14 anos.

Nesta primeira etapa, conforme estava previsto no Projeto, duas iniciativas foram criadas em caráter experimental, com êxito: a constituição de um banco comunitário e de um infocentro (INFOMAR).

O INFOMAR foi criado com a finalidade de incluir digitalmente os moradores, a partir da utilização de tecnologias livres, contribuindo para a formação profissional por meio do acesso a tecnologias de informação e comunicação. O infocentro de Matarandiba funciona dentro da associação de moradores (ASCOMA), que é responsável por sua gestão e funcionamento. Oferece os serviços de capacitação em informática básica, além de acesso à Internet e outros serviços básicos, como fotocópias e impressão de documentos.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar foi criado com a missão de “interagir com a comunidade sócio-economicamente através do oferecimento de microcrédito solidário para gerar produção, consumo e serviços, criando oportunidades de trabalho e renda” (RELATÓRIO FINAL DA 1ª FASE, 2008). O caráter experimental do banco nesta fase deve-se à necessidade de verificação de sua aceitação na comunidade, além de possibilitar a qualificação profissional das agentes na atividade, exercitando o que foi apreendido nas oficinas de capacitação. Aprofundaremos a questão do banco posteriormente.

Segunda etapa do Projeto

A segunda etapa do Projeto teve como objetivo implantar a rede de economia solidária em Matarandiba, além de consolidar as iniciativas criadas em caráter experimental na primeira fase – ASCOMA, INFOMAR e o banco ILHAMAR, de forma a consolidar seus mecanismos de gestão e torná-las sustentáveis.

Após um intervalo de cerca de quatro meses, em que as atividades dos técnicos da incubadora foram reduzidas por carência de recursos, as ações do Projeto foram direcionadas ao fortalecimento do associativismo local, pautadas na união entre os moradores em prol do desenvolvimento local e da formação da rede de economia solidária. Neste sentido, estimulou a formação de diversas iniciativas, como mecanismo de dinamização da economia local, e se organizou internamente em conselhos administrativos e Grupos de Trabalho temáticos, referentes a áreas prioritárias na comunidade.

As iniciativas estimuladas pelo Projeto tem sido:

- a) Associação Sócio-Cultural de Matarandiba (ASCOMAT): Já existente na comunidade, foi integrada à rede por seu caráter artístico-cultural e enquanto agente integrador e mobilizador da comunidade, desenvolvendo diversas ações;
- b) INFOMAR: Nesta etapa, a profissionalização da gestão do infocentro assumiu a centralidade das ações, voltada não apenas para questões de gestão financeira, mas também para a ampliação de serviços ofertados, a baixo custo, como acesso a internet, digitação, elaboração de documentos, fotocópias, escaneamento, gravações em mídia, impressão, dentre outros, como mecanismo de inclusão digital e complementaridade à formação escolar. A capacitação de agentes multiplicadores em tecnologias livres e manutenção de computadores foi pautada pela perspectiva de ampliação da oferta destes cursos para a comunidade, de forma a torná-la mais qualificada;
- c) Artesanato Solidário de Matarandiba (ARTSOMA): Surgido espontaneamente como um grupo de mulheres que fazem artefatos com barro, conchas, panos, garrafas PET e outros materiais, teve sua atuação

estimulada pela associação, inclusive tendo participado da IV Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar. Após um processo de ampliação do grupo, cujo objetivo era ampliar suas atividades numa perspectiva solidária e autogestionária, alguns conflitos internos emergiram, denotando a fragilidade de sua estrutura. Mesmo assim, o acompanhamento da incubadora e da associação permaneceu na etapa posterior;

- d) **Gestão Comunitária da Pesca:** Dado à vocação da comunidade em pesca e coleta de mariscos, a associação tem buscado a organização dos pescadores e marisqueiras em uma associação, de forma a ampliar as capacidades de produção e comercialização, buscando parcerias institucionais diversas, além de elaborar (em conjunto com a incubadora) projetos específicos para captação de recursos.
- e) **Produção Agroecológica de Alimentos:** Embora atualmente a comunidade não produza muitos alimentos, a pesquisa histórico-cultural detectou a tradição de cultivo agrícola de alimentos, em especial da mandioca. Neste sentido, a associação tem estimulado a produção agroecológica dos alimentos mais consumidos, não somente para dinamizar a economia local e reduzir a necessidade dos moradores em comprarem fora do bairro, mas também como forma de estímulo ao consumo de alimentos mais nutritivos e menos danosos à saúde e ao meio-ambiente. O banco Ilhamar tem dado o aporte financeiro necessário para o desenvolvimento dessas ações disponibilizando o crédito;
- f) **Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar,** cujos aspectos serão aprofundados na próxima sessão.

O Projeto também tem buscado estimular a formação de iniciativas que produzam os bens mais consumidos pela comunidade, diagnosticados pelo mapeamento, a saber: padaria comunitária, produção de galinhas caipiras e de produtos de limpeza. Dada a vocação turística da região, com suas praias e passeios ecológicos bastante atrativos, a

associação também tem envidado esforços na constituição de uma iniciativa de turismo de base comunitária.

Entretanto, ainda existe pouca participação da comunidade no Projeto, em muito motivada pela quantidade de projetos financiados pela Dow que não deram certo. Para muitos, a rede de economia solidária “é só mais um projeto da Dow” (informação verbal⁷⁸), mostrando que falta a apropriação do Projeto pela comunidade como um todo, ainda que sejam reconhecidos os sucessos alcançados em relação aos outros projetos.

Quanto ao desenvolvimento político da comunidade e à criação da rede de economia solidária, nesta etapa foi criado o Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM), um espaço de discussão relativa a questões econômicas e seus impactos na vida da população local. Sua missão é

Promover o desenvolvimento econômico da comunidade, a partir da organização local de líderes populares, produtores e produtoras, comerciantes, prestadores de serviço e consumidores (RELATÓRIO..., 2008).

A organização do FDCM só conseguiu a realização de apenas uma reunião, que contou com baixa adesão dos comerciantes locais, dificultando, inclusive, o planejamento das próximas.

Terceira fase do Projeto

A terceira fase do Projeto foi direcionada para o fortalecimento da rede de economia solidária por meio da criação de um núcleo de formação e capacitação em organizações comunitárias, além da consolidação das iniciativas formadas nas etapas anteriores.

Com a demora, novamente, na transição da segunda para a terceira etapa do Projeto, desta vez por cerca de cinco meses, a ASCOMA viu

⁷⁸ Entrevistas com as agentes.

inclusive a desmobilização dos agentes do próprio Projeto, que deixaram de receber a bolsa referente ao tempo de trabalho. Uma ação encontrada foi o pagamento das bolsas desses agentes com os recursos do banco, de forma a estimulá-los ao planejamento e execução das ações do Projeto, ainda que o acompanhamento técnico da incubadora seja reduzido.

Veremos, a seguir, a formação e o funcionamento do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar.

5.2.3. O Banco Ilhamar

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar foi criado em abril de 2008, em caráter experimental, após uma série de oficinas de capacitação em bancos comunitários, de forma a capacitar os agentes quanto aos propósitos e à metodologia específica. Como forma de perceber como é o funcionamento de um banco comunitário de desenvolvimento na prática, uma das oficinas contou com a participação das agentes de crédito do banco Eco-Luzia.

Formado com o objetivo de financiar as ações da rede de economia solidária local, numa perspectiva de finanças solidárias, e favorecer o desenvolvimento local, o banco Ilhamar logo de início obteve resultados satisfatórios, concedendo empréstimos principalmente para consumo, estando até hoje em funcionamento, em caráter permanente.

O banco Ilhamar é localizado no interior da sede da ASCOMA, em uma sala específica para este fim, tendo suas despesas básicas de funcionamento financiadas por meio dos recursos advindo dos serviços oferecidos pelo infocentro.

As atividades do banco são realizadas por duas agentes de crédito, com apoio de um técnico da incubadora específico para este fim. As agentes foram escolhidas por meio de reuniões com a comunidade, nas quais ficaram definidos os critérios de seleção entre os interessados.

Como eram apenas duas vagas para três interessados, muitos debates ocorreram, chegando-se à conclusão de que a mais velha teria prioridade, e a escolha da ocupante da outra vaga seria a partir do perfil das outras duas candidatas. Após alguns debates, os próprios participantes da reunião definiram uma para ser agente de crédito e a outra para trabalhar no infocentro. Contudo, a segunda agente escolhida não pôde ficar, deixando a vaga para ser ocupada por sua irmã, que também havia participado de todo o processo de capacitação, mas que não atendia determinado critério. Como ninguém na comunidade se opôs à mudança, as duas agentes de crédito permanecem na atividade até hoje.

Figura 8: Logomarca do Banco Ilhamar



Fonte: Documentos da ITES/UFBA

Vale ressaltar o apoio da Prefeitura Municipal ao banco. Uma das agentes prestou concurso público para recepcionista e passou em primeiro lugar. Contudo, tendo em vista o prazo de quatro anos decorridos desde a aprovação sem a devida efetivação, a prefeitura, sabendo de sua atividade no banco comunitário e como forma de apoiar a iniciativa, definiu que a agente poderia continuar participando das atividades do banco, desde que suas atividades fossem conciliadas com atividades sociais da escola, já que ficou lotada na Secretaria de Educação. Desta forma, o salário da agente será pago pela Prefeitura a partir de junho de 2010, sem o recebimento da bolsa.

Gestão do Banco Ilhamar

O banco Ilhamar funciona de segunda a sexta, de manhã e à tarde, ficando uma agente por turno, sendo que duas vezes na semana elas se reúnem para discutir a liberação dos empréstimos e definir as atividades.

O usuário interessado em obter crédito no banco preenche uma ficha cadastral, na qual informa seus dados pessoais, rendimentos e gastos mensais, de forma a fundamentar a análise da capacidade de pagamento. Dado seu objetivo de estimular o consumo na própria comunidade, os empréstimos solicitados em concha (C\$) geralmente são liberados no mesmo dia, enquanto que os solicitados em real são avaliados pelo Comitê de Aprovação de Crédito (CAC).

O CAC ocorre duas vezes na semana com a participação das agentes de crédito e mais quatro integrantes da ASCOMA, onde decidem os créditos a serem liberados, além da avaliação da capacidade de empréstimo do banco, seguindo os mesmos critérios utilizados pelo banco Eco-Luzia. Entretanto, quando não há possibilidade de participação dos integrantes da associação, o CAC é realizado somente pelas agentes.

A gestão financeira do banco é realizada pelas próprias agentes, sendo os recursos advindos principalmente da Dow Brasil. A possibilidade de ser correspondente bancário tem estimulado as agentes do banco, no sentido de aumentar a capacidade de empréstimo e ficar cada vez mais independente da parceria com a Dow para seu funcionamento e ampliação. As planilhas foram adaptadas do banco Eco-Luzia, com diversas alterações, em especial na planilha da Carteira Ativa, além de elaboração de outras planilhas.

Serviços do Banco Ilhamar

Os serviços oferecidos pelo Ilhamar são: i) microcrédito popular e solidário; ii) moeda social circulante local; iii) apoio aos empreendimentos da rede e iv) clube de trocas.

a) Microcrédito Popular e Solidário

O microcrédito é oferecido para aqueles que atendem aos seguintes critérios, definidos coletivamente no início do Projeto:

- Ser morador de Matarandiba;
- Ser maior de 18 anos;
- Apresentar RG e CPF;
- Ter disposição para integrar as atividades comunitárias de Matarandiba;
- Em caso de necessidade, ser indicado por um morador membro da Rede Ecosmar.

Assim como o Eco-Luzia, o Ilhamar libera o crédito com base na confiança, caracterizando-se como instituição de finança de proximidade. A partir do conhecimento que as agentes e os outros membros do CAC possuem sobre os moradores e das informações fornecidas no cadastro, o crédito é avaliado quanto à capacidade de pagamento do solicitante, bem como a necessidade social, conforme dito anteriormente. A consulta aos vizinhos é dispensada, dado o tamanho do bairro. Segundo as palavras de uma das agentes de crédito:

A gente não... Não sai perguntando pro vizinho, é... Desde o início que eu mesmo achei que não haveria essa necessidade, né? Aqui é um lugar muito pequeno... Eu digo que somos apenas vizinhos, porque todo mundo é vizinho, moram todos coladinhos um do outro, tão pertinho do outro, que não vejo isso, a gente conhece todo mundo... (E2)

A visita às residências por vezes também é dispensada, já que todos se conhecem, embora em certas situações seja necessária. Cabe ressaltar o sentimento de “advogada do usuário”⁷⁹, como se o aval fosse da própria agente que defende o interesse do usuário nas reuniões do CAC. Este é um aspecto que pode parecer irrelevante, mas que de fato aproxima o banco da comunidade, trazendo o sentimento no usuário de que o banco é uma instituição de socorro, e não uma instituição puramente financeira.

O Ilhamar oferece quatro linhas de crédito: consumo, produção, reforma de moradia e Cred-Jovem, conforme tabela abaixo.

Tabela 3: Linhas de Crédito do Banco Ilhamar

Linhas de crédito	Limite máximo (R\$)	Prazo máximo (meses)	Juros (%)*	Carência
Consumo	200,	4	1	Não há
Produção	600,	6	3	Não há
Reforma de Moradia	300,	3	3	Não há
Cred Jovem	150,	3	1	Não há

* Os juros só são cobrados quando o empréstimo é feito em real. O valor em concha só é acrescido de juros (1%) quando referente a atraso superior a 30 dias.

Fonte: elaboração própria da autora com base nas informações coletadas.

O crédito para consumo é o mais utilizado, tendo atingido, em 2009, 93% de todos os empréstimos liberados. Segundo uma agente de crédito, a maior parte dos empréstimos concedidos é para as mulheres, já que elas recebem menos com a venda de mariscos e são

⁷⁹ Explicitaremos melhor esta questão no próximo capítulo.

responsáveis pela manutenção da casa, utilizando mais o crédito para consumo. Os homens, por outro lado, solicitam mais o crédito para reforma de moradia e produção, lançando mão do crédito para consumo quando precisa fazer um exame, ou viajar para Salvador por algum motivo específico.

Em dois anos de funcionamento (2008 e 2009), o Ilhamar concedeu 244 empréstimos, totalizando R\$26.657,07. Este número representa a possibilidade de alcance de metade da população do bairro, ou 72,4% da população apta a receber o crédito⁸⁰. O percentual acumulado de inadimplência, que reduziu em 2009, é de 9,84%⁸¹. O aporte de crédito inicial foi de R\$5.000,00 na primeira etapa e R\$5.000,00 na segunda. Tendo em vista a necessidade de utilização destes recursos para o custeio de algumas despesas, inclusive com o pagamento de bolsas dos agentes do Projeto entre duas etapas, o recurso disponível para empréstimos em 2008 e 2009 foi de cerca de R\$ 7.500,00, o que representa um giro de 3,5 vezes nestes dois anos.

Com relação ao controle social, este é realizado pelas próprias agentes, que vão até as casas dos inadimplentes cobrar o valor devido. Neste momento, assim como no momento em que o valor é entregue, as agentes explicam o caráter comunitário do banco, reforçando a necessidade de pagamento de todos para a continuidade do serviço. A partir da justificativa do usuário, é possível negociar o valor devido, aumentando o número de parcelas para pagamento⁸². Entretanto, elas mesmas afirmam que a comunidade ainda não se apropriou da iniciativa como deveria, carecendo ainda de ações que informem a importância do pagamento em dia.

b) Moeda Social Circulante Local

⁸⁰ Não foram considerados os usuários que receberam crédito mais de uma vez.

⁸¹ O valor de empréstimos em aberto é de R\$2.669,86, acumulado de 2008 e 2009.

⁸² Vale ressaltar que os inadimplentes não tem acesso a mais crédito, assim como o compromisso com o pagamento das parcelas é avaliado na concessão de novos empréstimos.

A Concha foi criada ao final da primeira etapa do Projeto, tendo começado a circular em novembro de 2008. A escolha pelo nome e a iconografia ocorreu em oficinas de trabalho com os membros do banco, da ITES/UFBA e da ASCOMA, em que o nome ficou definido por causa da quantidade de conchas encontradas pelo bairro, chegando mesmo a encobrir as ruas. O valor das notas ficou definido em C\$0,50, C\$1,00, C\$2,00, C\$5,00, C\$10,00 e C\$50,00. Assim como em Santa Luzia, a Concha possui elementos de segurança que dificultam a falsificação.

Figura 9: Moeda Social Concha



Fonte: Documentos da ITES/UFBA

Chama atenção o cuidado com que as agentes de crédito do Ilhamar zelam pelo controle do dinheiro que circula, anotando em planilha específica o número serial de cada nota que entra e sai do banco.

A moeda é lastreada em real, sendo este um elemento de fundamental importância para a sustentabilidade do banco.

Foram realizadas oficinas com os comerciantes locais de forma a fazê-los compreender o funcionamento da moeda, buscando a adesão ao Projeto, em prol do desenvolvimento local. Alguns aderiram, mas outros se mostram até hoje receosos. Ainda assim, as agentes de crédito continuamente buscam fazer aumentar a adesão à moeda, realizando visitas aos comerciantes.

Um ponto que merece destaque (e que parece ser um problema comum aos outros bancos) é a questão da circulação da moeda social. O potencial de desenvolvimento da moeda depende da circulação da mesma na comunidade, em forma de pagamento de contas, de serviços, de bens, da capacidade em ser aceita na comunidade como troco, e não apenas na aceitação da moeda pelos comerciantes locais. Atualmente o banco Ilhamar tem pensado estratégias não apenas de aumentar a aceitação dos comerciantes, que ainda não está satisfatória, mas também de estimulá-los a fazer a moeda circular. Muitas vezes acontece do comerciante receber o pagamento em concha e dar o troco em real, acumulando as notas no caixa para trocar no banco a cada quinze dias. Ademais, tendo em vista a necessidade de estimular o uso da moeda, o banco solicita aos comerciantes que seja dado desconto nas compras em conchas. Contudo, como isso não tem sido feito, o banco decidiu cobrar uma taxa dos comerciantes que não dão o desconto, no momento da troca de conchas por reais.

c) Apoio aos empreendimentos

Embora esteja previsto o apoio aos empreendimentos financiados pelo banco, a baixa procura por crédito para produção inviabiliza esta ação, sendo especialmente solicitada para o comércio. A pesca e a coleta de mariscos são vistas como uma vocação local que deve ser ampliada e qualificada; desta forma o banco estimula as ações da ASCOMA no sentido de organizar os pescadores e marisqueiras em uma associação, conforme visto anteriormente.

Igualmente, as agentes ainda não se sentem totalmente aptas para realizar a consultoria aos empreendimentos, por pouca qualificação. Os usuários, por sua vez, não procuram e, muitas vezes, não gostam deste apoio, uma vez que se sentem “invadidos” e, em alguns casos, utilizam o recurso para uma finalidade diferente da informada no momento de solicitação de crédito.

d) Clubes de Troca

Foram realizados dois clubes de troca, sem a utilização de moeda social, com alta adesão da comunidade, em que ocorreram trocas não somente de bens e serviços, mas de experiências. O clube de trocas é uma forma de apoiar os empreendimentos por meio do estímulo à comercialização, além de representar um momento de integração da comunidade, em que todos se encontram não somente para discussão de problemas comuns, mas também para confraternização. O planejamento de outros clubes de troca é uma atividade que requer tempo, atualmente utilizado no debate e planejamento de outras ações, consideradas prioritárias para os objetivos da rede.

As ações do banco podem ser potencializadas com uma maior adesão dos comerciantes, além da participação mais efetiva da comunidade, que atualmente se reduz à ação individualista de solicitação de empréstimos. Diversas ações têm sido pensadas de forma a atrair mais a comunidade para assuntos da associação (incluídos aí o banco e o infocentro), como a realização de eventos culturais. Entretanto, tais ações são limitadas pela carência de recursos, além da demora da liberação dos mesmos pela empresa financiadora entre as etapas do Projeto.

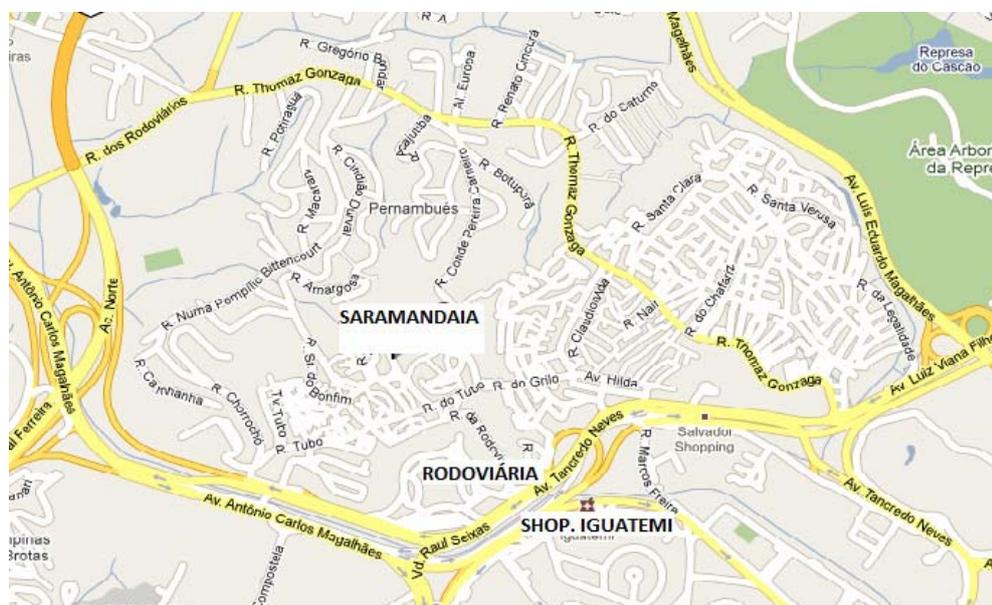
Veremos, a seguir, a experiência de um banco comunitário de desenvolvimento na periferia de Salvador, em uma comunidade encravada no meio do centro financeiro da cidade.

5.3. BANCO GUINE (SARAMANDAIA – SALVADOR / BA)

5.3.1. Caracterização da comunidade

A comunidade de Saramandaia está localizada em Salvador, próxima ao recente centro financeiro da cidade (Av. Tancredo Neves), da Rodoviária e dos principais shoppings da cidade.

Figura 8: Mapa de localização de Saramandaia em Salvador



Fonte: adaptado pela autora

A comunidade é marcada por ocupações irregulares e frágil infraestrutura, com serviços de saneamento, eletricidade e tratamento de lixo bastante precários. Segundo o censo realizado em 2000 pelo IBGE, Saramandaia conta com 32 mil habitantes⁸³, marcadamente de baixa renda, que ocupam o bairro. Saramandaia representa a exclusão social, em que pessoas pobres, carentes de emprego e serviços básicos, convivem com estabelecimentos e residências de luxo em suas proximidades. Na região de Saramandaia a desigualdade social característica das grandes cidades é evidente, com o índice de desemprego beirando os 60%⁸⁴.

Apesar da degradação das relações sociais típica de bairros marcados pela exclusão social, em que a violência atinge índices

⁸³ "Saramandaia derrota a violência", Jornal A Tarde, [200-]. Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/A%20TARDE%20%2007%2008%202005.pdf>. Acesso em 06/07/2010.

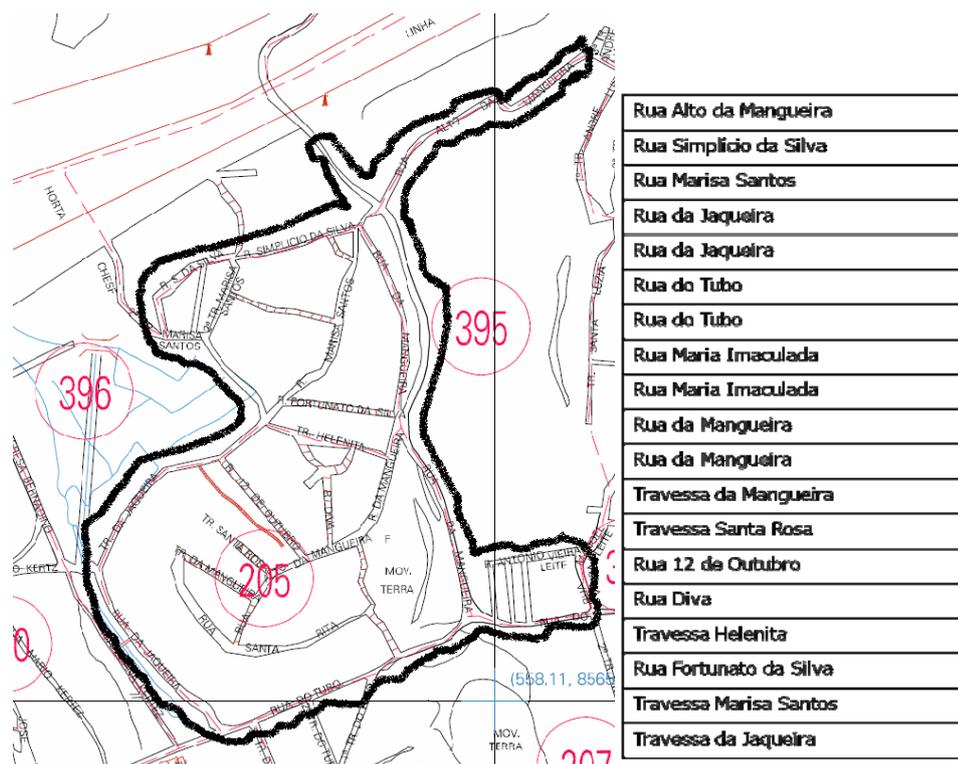
⁸⁴ Idem.

alarmantes⁸⁵, Saramandaia também é marcada pela capacidade de associação das pessoas, demonstrada pelas associações locais empenhadas em projetos que promovam melhorias na comunidade, como a Associação PEC-Mundo Livre, que realiza projetos de desenvolvimento comunitário por meio da arte e da educação de crianças e jovens da comunidade, o Projeto de Horta Comunitária, em parceria com a Chesf e o Governo do Estado da Bahia, que promove a associação de moradores no cultivo urbano de hortaliças, a Associação Arte Consciente, que trabalha com cultura e esporte, tendo recebido diversas medalhas em competições de Boxe e, mais recentemente, um prêmio pelo seu trabalho com educação pelo presidente Lula, e a Associação Beneficente de Moradores de Saramandaia, que tem participação ativa em diversas atividades da comunidade.

Em virtude da grande extensão do bairro, o mapeamento realizado pela ITES/UFBA foi restrito à região do Bole, área mais carente em termos de infra-estrutura e bastante populosa, cujos resultados parciais fundamentaram as análises demográficas da comunidade nesta dissertação. O Projeto de Desenvolvimento Territorial EcoSamper (de agora em diante, Projeto EcoSamper) ficou, inicialmente, restrito a essa área.

Figura 11: Área mapeada em Saramandaia

⁸⁵ Grande parte dos crimes cometidos no bairro são motivados pelo tráfico de drogas, segundo as agentes de crédito do Banco Guine, embora nitidamente esta violência esteja se reduzindo.



Fonte: Apresentação do projeto para a comunidade (Inauguração do Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia e Pernambuco)

Verificamos o equilíbrio entre homens e mulheres na comunidade, em que as mulheres representam 51% da amostra, equiparando-se à proporção nacional de 50,78% (IBGE, 2003). A taxa de dependência da comunidade é de 51,06%, sendo menor do que a taxa de 60,5% referente à Bahia (IBGE), que pode ser atribuída ao maior acesso das mulheres em Salvador a programas de controle da natalidade. Considerando que 42,98% da amostra do mapeamento realizado pela ITES/UFBA ocupam no grupo familiar a posição de filho, podemos inferir que, assim como em outros bairros de periferia, o número de filhos por mulher ainda é alto. A média de filhos das agentes de crédito do Banco Comunitário de Desenvolvimento Guine (de agora em diante, Banco Guine) é de 2,75, muito alta se comparada à média de 1,6 filhos por família no Brasil e 1,8 filhos por família no Nordeste. Apenas uma agente é casada.

A condição de bairro marcado por ocupações irregulares é demonstrada quando apenas 57,07% da amostra afirmam morar em casa própria com registro, enquanto que 33,84% moram em imóvel próprio sem registro. 34,78% dos moradores são oriundos de outros municípios do

estado, afirmando terem vindo para Salvador por motivo de família (38,86%) ou por oportunidade de moradia (34,72%)⁸⁶.

Com relação à escolaridade, a maior parte da amostra (32,86%) tem apenas até a 4ª série, enquanto apenas 9,45% têm o 2º grau completo. Estes dados são preocupantes quando associados ao fato de que apenas 31% estudam, incluindo as crianças, refletindo uma situação de baixa escolaridade o bairro sem tendência de modificação. Estes dados, contudo, podem ser minimizados com o fato de que apenas 5,08% são analfabetos⁸⁷. Saramandaia conta somente com duas escolas municipais, do pré-escolar à 4ª série, duas escolas comunitárias, ligadas à Associação de Moradores e uma escola para crianças de 3 a 5 anos ligada à paróquia do bairro⁸⁸. Dentre as quatro agentes de crédito do Banco Guine, três afirmaram possuir o 2º grau completo, enquanto uma possui apenas o 2º grau incompleto.

A renda familiar média demonstrada na amostra pode ser considerada baixa, vez que 50,37% dos respondentes afirmaram possuir renda individual de até R\$150,00, advinda principalmente de pequenos comércios ou serviços autônomos⁸⁹, dada a proximidade do bairro com outros importantes bairros da cidade. A renda familiar média das agentes de crédito do Banco Guine é de R\$ 627,50, em que apenas uma afirma receber complementação do Bolsa Família. Convém destacar que apenas uma agente afirmou ser a principal responsável pelos rendimentos da família.

As condições do transporte, desconsiderando o aspecto precário que caracteriza o transporte público de Salvador, podem ser consideradas satisfatórias em termos de mobilidade, uma vez que o bairro se localiza próximo à Rodoviária e ao Shopping Iguatemi, de onde é possível obter transporte para todos os bairros da cidade e região metropolitana.

⁸⁶ Resultados Parciais do Mapeamento de Produção e Consumo realizado pela ITES/UFBA.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ "Saramandaia derrota a violência", Jornal A Tarde, [200-]. Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/A%20TARDE%20%2007%2008%202005.pdf>. Acesso em 06/07/2010.

⁸⁹ Resultados Parciais do Mapeamento de Produção e Consumo realizado pela ITES/UFBA.

Apesar da incidência alta de ocupações irregulares, as condições sanitárias superam as taxas nacionais, por 95% da amostra afirmarem ser conectados à rede de esgoto, embora seja possível encontrar pelo bairro trechos com esgoto a céu aberto. Todos os respondentes da amostra (com apenas uma exceção) afirmaram estar conectados à rede de distribuição de água.

5.3.2. O Projeto EcoSamper

O Projeto EcoSamper foi pensado na mesma proposta dos projetos anteriores, sendo dividido em duas grandes etapas (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SARAMANDAIA, 2007):

- Fev. 2008 a fev. 2009: Diagnóstico, planejamento da Rede Local de Economia Solidária (RLES) e implantação dos primeiros empreendimentos;
- Fev. 2009 a fev. 2010: Consolidação e expansão da rede.

Este Projeto é resultado de uma parceria entre a ITES/UFBA e a Chesf, que já tinha realizado ações na comunidade, como o Projeto da Horta Comunitária, dada a presença de torres de transmissão de energia da companhia no bairro.

A execução do Projeto sofre um atraso devido a diversos fatores, como a inesperada mudança da sede, bem como a adequação da mesma às atividades do Projeto, não havendo uma divisão muito clara entre as duas etapas em termos de execução de atividades. Algumas atividades da primeira etapa ainda não foram finalizadas, como o Mapeamento de Produção e Consumo, enquanto que outras da segunda já se encontram em fase de finalização. Tal situação, em muito motivada por imprevistos, como a mudança inesperada da sede, e pela burocracia da empresa financiadora do Projeto, contribuiu para as constantes solicitações de extensão de prazos e remanejamentos de recursos por parte da Incubadora.

Primeira Etapa do Projeto

Segundo o documento oficial do Projeto, a primeira etapa tinha como objetivos:

- a) Mobilização e sensibilização comunitária;
- b) Mapeamento de produção, consumo e serviços locais;
- c) Reestruturação associativa com constituição e desenvolvimento dos três empreendimentos (Banco Comunitário, Infocentro e Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia - COOPERSAMPER). (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SARAMANDAIA, 2007).

Embora a mobilização comunitária tenha ocorrido sem maiores percalços, com a ajuda das associações locais já formadas, as dificuldades que contribuíram para o atraso na execução dos últimos dois objetivos, principalmente motivados pela demora na reforma do Centro Comunitário, ou sede do Projeto. Vale destacar que havia sido acordada desde o início a utilização de um espaço da igreja do bairro para o Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia, tendo ocorrido inclusive diversas reuniões e oficinas neste local. Contudo, a desistência do padre em emprestar o espaço, alegando a necessidade do mesmo para outras atividades da paróquia, contribuiu decisivamente para os atrasos na execução do projeto. A Chesf, então, disponibilizou um espaço já construído no âmbito de outro projeto na comunidade, mas que carecia de reforma para entrar em funcionamento, inclusive de energia elétrica⁹⁰. Como o projeto com a ITES/UFBA não previa recurso para construção/reforma de infraestrutura, a Incubadora buscou angariar recursos de outras fontes para a reforma, advindos principalmente das contribuições voluntárias dos próprios técnicos e moradores, cuja demora inviabilizou a execução das ações no tempo previsto (10º RELATÓRIO..., 2009).

⁹⁰ A questão da energia elétrica pode ser considerada a principal razão para o atraso das atividades, uma vez que houve demora de mais de oito meses para a solução do problema técnico pela empresa de energia, que demandou inclusive a instalação de um poste na região.

Apesar das atividades de mapeamento terem ficado restritas à região do Bole, onde fica a igreja, a comunidade decidiu em conjunto que o Projeto assumiria o nome de EcoSamper (Samper = Saramandaia e Pernambués), de forma a expandir os benefícios do Projeto a toda a região (informação verbal⁹¹). Devido à demora na resolução do problema da energia elétrica, as atividades de tabulação foram assumidas pelos técnicos da ITES/UFBA, dada a impossibilidade dos moradores em realizá-la. Tal demora ocasionou impaciência e desgaste com a comunidade, mesmo com a manutenção das reuniões semanalmente (1º e 2º RELATÓRIO..., 2009).

Em reuniões na comunidade, um jovem local se propôs a desenhar a logo⁹², sendo a imagem abaixo escolhida democraticamente, por representar a relação da comunidade com as torres de transmissão de energia, ou melhor, a Chesf.

Figura 12: Logomarca do Projeto EcoSamper

PROJETO ECOSAMPER



Fonte: 1º Relatório Parcial de Atividades – Ano II

Vale ressaltar a inclusão do Projeto de Horta Comunitária já existente na comunidade no escopo do Projeto EcoSamper, tendo

⁹¹ Informação recebida por Sr. Fausto, líder comunitário local, em uma das reuniões ordinárias do projeto.

⁹² Contudo, o trabalho não foi voluntário, mas remunerado.

assumido o nome de Núcleo Agropecuário Urbano de Saramandaia e Pernambués (NAUSAMPER). A inclusão deste núcleo produtivo (como era chamado antes da chegada da Incubadora) deveu-se ao caráter produtivo do mesmo, tendo sua atividade relacionada com a RLES. Para tanto, os envolvidos passaram por diversas reuniões e oficinas que tinham como objetivo estimular a organização solidária do grupo, que antes produzia individualmente, apesar de ocuparem o mesmo espaço. Para tal, o grupo contou com a parceria de uma assistente social e uma psicóloga na resolução dos conflitos advindos pela mudança de perspectiva, e com um técnico agrícola, que contribuiu para a reorganização dos lotes (RELATÓRIOS..., 2009).

Figura 13: Logomarca da NAUSAMPER



Fonte: 1º Relatório parcial de atividades – Ano II

Neste mesmo período, foi dada atenção à produção de geléias e doces orgânicos, em especial na busca de parcerias com outras organizações que pudessem favorecer o processo de comercialização dos produtos.

Com o início do segundo ano do Projeto (apesar de ainda executar atividades da primeira etapa), ficou decidida pela comunidade a inclusão de mais um agente comunitário e mais um agente de crédito,

totalizando 12 agentes financiados pelo Projeto, havendo a redução de 12 para 10 meses de recebimento da bolsa-auxílio.

As associações existentes na comunidade PEC-Mundo Livre e Arte-Consciente aderiram ao Projeto, integrando-se à RLES. Enquanto a COOPERSAMPER⁹³ não for legalizada, a Associação PEC-Mundo Livre aceitou representar a cooperativa legalmente, viabilizando a continuidade do Projeto.

Segunda Etapa do Projeto

O início da segunda etapa do Projeto é definido pela inauguração do Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia/Pernambúes, ocorrida em 29 de setembro de 2009.

A demora na liberação dos recursos e a burocracia da empresa financiadora foram fatores que prolongaram a execução das atividades da primeira e segunda etapa, tendo durado aproximadamente dez meses, contribuindo ainda mais para o atraso na realização completa de algumas ações. Tais fatores continuam a atingir o Projeto atualmente, em que a demora na definição quanto ao remanejamento de recursos impede maior esforço na continuidade das ações.

A inauguração do Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia/Pernambúes coincidiu com a inauguração do infocentro e do Banco Comunitário, além de, ironicamente, com a execução da obra de abastecimento de água solicitada desde março do mesmo ano.

Atualmente, o Projeto busca a consolidação e expansão da RLES, com o fomento à integração de novos empreendimentos, bem como com uma maior aceitação da moeda social circulante local pelos comerciantes do bairro.

Os empreendimentos que compõem a Rede são:

- COOPERSAMPER (ainda em fase de legalização):
Cooperativa múltipla de produção e serviços, que engloba

⁹³ Refere-se à figura jurídica do Centro Associativo, que conjuntamente foi definida assumir a forma de cooperativa.

todos os núcleos produtivos e empreendimentos criados a partir do Projeto, ou fomentados por ele;

- Infocentro: Espaço que permite a gestão da informação em rede em articulação com o banco comunitário, além da inclusão digital por meio de tecnologias livres e formação e capacitação de moradores;
- Banco Comunitário de Desenvolvimento Guine: Busca articular um sistema de microcrédito popular e solidário, viabilizando tanto financeiramente como no nível da gestão dos empreendimentos, o funcionamento sócio-econômico da rede, conforme veremos em breve.
- NAUSAMPER: Incorporada à COOPERSAMPER, produz alimentos orgânicos, por meio de técnicas de cultivo em pequenas áreas urbanas;
- Associação PEC-Mundo Livre: Promove ações de desenvolvimento comunitário com ênfase na arte e educação de crianças e jovens através, principalmente, do aprendizado de línguas estrangeiras;
- Associação Arte Consciente: Desenvolve projetos voltados para a educação, arte e esporte;
- Alicerces de Cidadania: Iniciativa que promove a educação de crianças por meio da natação;
- Associação Beneficente de Moradores de Saramandaia: que empreende ações voltadas para a melhoria das condições do bairro.

5.3.3. O Banco Guine

O Banco Guine foi inaugurado em setembro de 2009, com o objetivo de promover um sistema de finanças solidárias integrado à RLES de Saramandaia/Pernambúes, de forma a estimular o desenvolvimento local da comunidade.

Logo nas primeiras atividades executadas pelo Projeto, foram realizadas oficinas com o intuito de sensibilizar a comunidade para a economia solidária e para a construção conjunta de um projeto de desenvolvimento local para a comunidade. Posteriormente, houve a criação de Grupos de Trabalho (GTs), com a finalidade de sensibilizar as pessoas sobre temas específicos, quais sejam GT de Associativismo / Cooperativismo, GT de Bancos Comunitários e GT de Infocentro e Pesquisa, que iniciaram suas atividades após a seleção dos agentes⁹⁴. As oficinas contaram com a participação das agentes de crédito do Eco-Luzia por uma semana, com o intuito de expor o funcionamento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento na prática.

O nome Guine refere-se às torres de transmissão de energia presentes no bairro, o que estimulou a aproximação da Chesf com a comunidade.

O atraso na definição do espaço ocasionou uma demora muito grande na inauguração do banco, criando a necessidade de realização de outras reuniões como forma de relembrar os conceitos passados nas oficinas do GT de Bancos.

Com efeito, o Banco Guine está localizado na sede do Centro Associativo e Cooperativo de Saramandaia/Pernambúes, com sala de recepção dos usuários, sala de reunião e ainda uma saleta com janela pequena para viabilizar as atividades do correspondente bancário. Cabe ressaltar que a mudança de local da igreja para o espaço cedido pela Chesf impactou o acesso dos usuários ao Banco, vez que localiza-se relativamente longe da moradia dos principais beneficiários, em frente à NAUSAMPER. O Centro Associativo ainda tem uma sala maior em que funciona o Infocentro, além de espaço específico para a guarda de ferramentas e materiais da NAUSAMPER e outro para reuniões dos empreendimentos produtivos do Projeto, possibilitando a articulação fina entre as iniciativas.

Figura 14: Logomarca do Banco Guine

⁹⁴ A seleção das agentes ocorreu por auto-escolha para a participação dos GTs (informação de entrevistas).



BANCO GUINE

Fonte: Documentos da ITES/UFBA

Uma ação iniciada pouco antes da inauguração do banco foram as reuniões com os comerciantes do bairro, com o objetivo de estimular a adesão dos mesmos à rede (RELATÓRIO, 2009).

Gestão do Banco Guine

Por ser uma iniciativa relativamente nova (com menos de um ano) e localizada no meio de um bairro urbano populoso, alguns critérios de funcionamento dos bancos comunitários têm sido adaptados, como forma de atender mais efetivamente às necessidades locais.

Iniciado atendendo ao público de segunda à sexta, das 9h às 12h e de 14h às 16h, o Banco precisou modificar o horário de funcionamento dada a alta procura pelo crédito e a demora pelo recebimento total de empréstimos, atendendo atualmente às segundas, quartas e sextas, das 9h às 11h e das 14h às 16h.

Com relação aos instrumentos do Banco, as planilhas utilizadas são as mesmas utilizadas no Banco Casa do Sol, sem qualquer modificação, conforme será exposto na próxima seção.

A gestão do Banco é realizada coletivamente, por meio das reuniões do CAC, onde se discute não somente questões relativas à análise do crédito, mas outras questões relativas ao Banco.

Vale ressaltar a relação entre o líder comunitário, Sr. Fausto, e as agentes de crédito. Embora ele reconheça a necessidade de participação de todos, da questão de uma gestão coletiva, as agentes constantemente referem-se a ele como uma pessoa que ainda tem uma postura um pouco

autoritária, seja na forma de expor as opiniões, seja nas exigências consideradas excessivas que ele faz quanto ao trabalho delas. Isto pode ser atribuído não somente à idade um pouco avançada do líder, como também à própria posição de líder comunitário, a quem normalmente fica a tarefa de decidir pelos caminhos da comunidade. Este fato, conforme nos lembra Orlandi (2007), é carregado de simbologia, uma vez que as pessoas falam por / das suas posições na relação, uma vez que, segundo Foucault (1996), toda relação social é uma relação de poder. Outro fato decorrente disso, e observado em todos os outros bancos pesquisados, é que embora as agentes sejam mulheres, os líderes comunitários são homens, trazendo conflitos de gênero bastante característicos, representados pela própria postura do líder de querer mandar nas decisões tomadas pelas agentes, seja em maior ou menor grau. Esta relação acaba sendo determinada, em parte, pela intensidade do perfil machista do líder, e a aceitação ou não da agente em se submeter.

O controle social é realizado principalmente pelas próprias agentes, mas devido ao tamanho da comunidade, não surte tanto efeito como o esperado. Neste sentido, além da indicação formal de um vizinho (realizada por meio de uma carta de indicação), recentemente tentou-se utilizar o expediente de ter uma agente do Projeto EcoSamper especificamente para cobranças de inadimplentes. Mas esta medida não surtiu o efeito esperado devido a uma série de questões internas do próprio Projeto, além do risco de comprometimento da confiança que os solicitantes depositam na agente.

A questão do controle social em comunidades maiores tem se demonstrado mais problemático para os BCDs, uma vez que as relações de vizinhança são mais degradadas, tendendo a certo individualismo, em que os beneficiários não têm tão fortemente o sentimento de comunidade e responsabilidade com o todo. Na Conferência Temática de Finanças Solidárias isso ficou patente, mostrando ser um problema comum de bancos que atuam nas grandes periferias urbanas, até mesmo do Banco Palmas. Ironicamente, foi inclusive sugerido em um dos grupos de trabalho a utilização da consulta ao SPC e SERASA, não como forma de

seleção de beneficiários, mas de conhecimento quanto à disposição dos mesmos em pagar.

Serviços do Banco Guine

Os serviços oferecidos pelo Banco Guine são: a) microcrédito popular e solidário; b) moeda social circulante local; c) feiras solidárias.

Ao contrário dos outros bancos, o Banco Guine ainda não oferece apoio aos empreendimentos da rede, principalmente devido ao fato de o crédito à produção ser solicitado atualmente somente para ações individuais. Contudo, faz parte do planejamento do Banco passar a oferecer este serviço, principalmente com a expansão da rede. Para que seja realizado adequadamente, a questão da capacitação está na pauta das discussões. Embora já se saiba que somente uma pessoa ficará responsável exclusivamente por esta parte, não se definiu ainda se será uma agente de crédito ou outro agente.

a) Microcrédito Popular e Solidário

A análise dos créditos é realizada no CAC, organizado uma vez por semana, onde se discute as possibilidades de empréstimos do Banco e a capacidade de pagamento do solicitante.

Enquanto organização de finança de proximidade, o Banco Guine disponibiliza o crédito por meio da confiança no solicitante, assim como nos outros bancos pesquisados.

O cadastro é realizado pelo próprio cliente, por meio do preenchimento de planilhas de gastos e recebimentos mensais, que irão fundamentar a análise do crédito, e mais recentemente, pela apresentação de uma carta de recomendação de um vizinho. Ao contrário dos outros bancos, em que as agentes não sentem necessidade de questionamento aos vizinhos, o tamanho da população do bairro traz mais dificuldades no trabalho de análise do crédito somente pela informação recebida na comunidade. Assim, o aval é semelhante ao sistema de aval solidário, em que o avalista não é

responsável pelo pagamento das parcelas, mas, em caso de atraso nos pagamentos, tem sua solicitação de crédito negada até que o beneficiário pague sua dívida.

As agentes de crédito também realizam visitas nas casas dos solicitantes, para verificar a veracidade das informações, realizar perguntas mais aprofundadas e verificar as condições de moradia, de forma a fundamentar a comparação entre os solicitantes em termos de necessidade de crédito. A necessidade percebida pela agente é um fator determinante na liberação do crédito.

Por fim, as solicitações são levadas ao CAC, composto pelas quatro agentes de crédito do Banco, dois líderes comunitários, os presidentes de dois empreendimentos da rede e dois técnicos da incubadora. O grande número de pessoas na avaliação do crédito torna esta uma atividade demorada, em que todos discutem os aspectos do crédito, e ainda questões relacionadas a outras ações do Projeto. Contudo, é importante na medida em que o número elevado de moradores / solicitantes dificulta o trabalho de análise, sendo recorrente o solicitante não ser conhecido por todos.

O capital inicialmente destinado a empréstimos foi de R\$ 25 mil, dividido em três parcelas, advindo da Chesf. Contudo, devido às dificuldades na adequação do espaço físico para a abertura do Banco, o aporte de capital para empréstimos foi reduzido para R\$20 mil, atualmente todo emprestado. Os novos empréstimos estão sendo disponibilizados com o retorno do dinheiro mediante o pagamento das parcelas.

Os empréstimos começaram a ser realizados logo após a inauguração do Banco, com forte demanda. A questão da necessidade dos solicitantes mobilizava muito as agentes de crédito nos CACs, tendendo a pesar mais na decisão de liberar o crédito ou não. Contudo, com a demora no recebimento das parcelas e o crescimento da inadimplência, na faixa dos 20% atualmente, o Banco teve que modificar as linhas de crédito, conforme se vê na tabela abaixo.

Linhas de crédito	Limite máximo (R\$)	Prazo máximo (meses)	Juros (%)	Carência
Consumo	200,00	Conforme o caso	Não cumulativos	Não há
Produção	200,00	Conforme o caso	Não cumulativos	Não há
Reforma de Moradia	200,00	Conforme o caso	Não cumulativos	Não há
Cred Jovem	200,00	Conforme o caso	Não cumulativos	Não há

Fonte: elaborada pela autora com base em informações coletadas

A redução do limite máximo de empréstimos é resultado da estratégia escolhida para ampliar a circulação da moeda social. Segundo esta estratégia, a redução do limite máximo possibilita o alcance a um maior número de beneficiados, que amplia o escopo de atuação da moeda.

Como o Projeto atualmente passa por um período de demora na liberação de recursos, o quadro técnico da incubadora destinado ao acompanhamento do Projeto sofreu redução, prejudicando inclusive o acompanhamento mais próximo dos empréstimos.

A linha de crédito mais utilizada é a de consumo, geralmente destinada para a compra de bens ou serviços de primeira necessidade. O crédito para produção, conforme dito anteriormente, é destinado somente para negócios individuais, especialmente para ambulantes (ou “guia”). Em breve, o grupo das bordadeiras será o primeiro empreendimento da rede a ser beneficiado com o crédito, tendo um limite maior (R\$300,00), como forma de consolidar a iniciativa. O crédito para reforma não tem sido muito aprovado, devido à baixa capacidade de empréstimos que o Banco passa atualmente.

b) Moeda Social Circulante Local

A moeda social do Banco Guine é o Samper, cujo nome foi escolhido para fazer referência ao Projeto e às comunidades atendidas.

Figura 15: Moeda Social Samper



Fonte: Documentos da ITES/UFBA

A iconografia de todas as notas refere-se aos primeiros grupos que compuseram a rede de economia solidária local:

- S\$0,50: Grupo Arte Consciente;
- S\$1,00: Infocentro;
- S\$2,00: Associação PEC-Mundo Livre;
- S\$5,00: Grupo de bordadeiras;
- S\$10,00: NAUSAMPER.

O Samper entrou em circulação uma semana depois da inauguração do Banco, para ser possível a reciclagem das agentes, dado o intervalo muito longo entre as capacitações e a efetiva abertura do Banco.

Para estimular a aceitação dos comerciantes do bairro à moeda, foram organizadas várias oficinas, como forma de mostrar o seu funcionamento, os benefícios associados e conquistar parceiros. Com a

demora na abertura do Banco, foram necessárias novas oficinas, que contaram com baixa participação dos comerciantes.

Após a abertura do Banco, o cadastro dos comerciantes levou aproximadamente dois meses. A troca da moeda social por real seria realizada por meio de cheques, sendo atualmente realizada somente em dinheiro no próprio Banco.

Os comerciantes, de uma maneira geral, têm dificuldade em perceber o aspecto social da ação, ou mesmo não se importam com isso, fazendo com que avaliem os benefícios de aceitar a moeda apenas segundo uma abordagem utilitária e individual. Ademais, não se pode esquecer o receio que eles têm em aceitar uma moeda não regulamentada pelo Banco Central, o que pode indicar ainda um baixo nível de confiança no Banco, o que requer tempo e mobilização.

O número inicial de comerciantes cadastrados (quase quarenta) foi reduzido a cerca de um quarto, fazendo com que a moeda seja atualmente aceita por aproximadamente nove comerciantes.

Vale destacar a utilização indevida da moeda por dois comerciantes, que ao invés de oferecerem descontos⁹⁵, passaram a cobrar uma sobre-taxa daqueles que pagavam as compras com o Samper.

Assim, a equipe do Banco tem tentado se articular de forma a organizar novos encontros com comerciantes, mais visitas, com o intuito de ampliar a aceitação da moeda no bairro.

c) Feira de economia solidária

Em abril de 2010 foi realizada a primeira feira de economia solidária no bairro, em caráter experimental, como forma de estímulo à comercialização e visibilidade das iniciativas integrantes do Projeto.

Embora esta seja uma ação específica do Projeto, diversos problemas de organização ocorreram, inclusive motivadas por participantes do Projeto, que desejavam ampliar o número de expositores

⁹⁵ Os bancos costumam solicitar que os comerciantes ofereçam descontos nas compras, como forma de estimular a circulação da moeda.

para além daqueles integrantes do Projeto, causando alguns conflitos. Contudo, a realização de outras feiras está no planejamento das ações futuras.

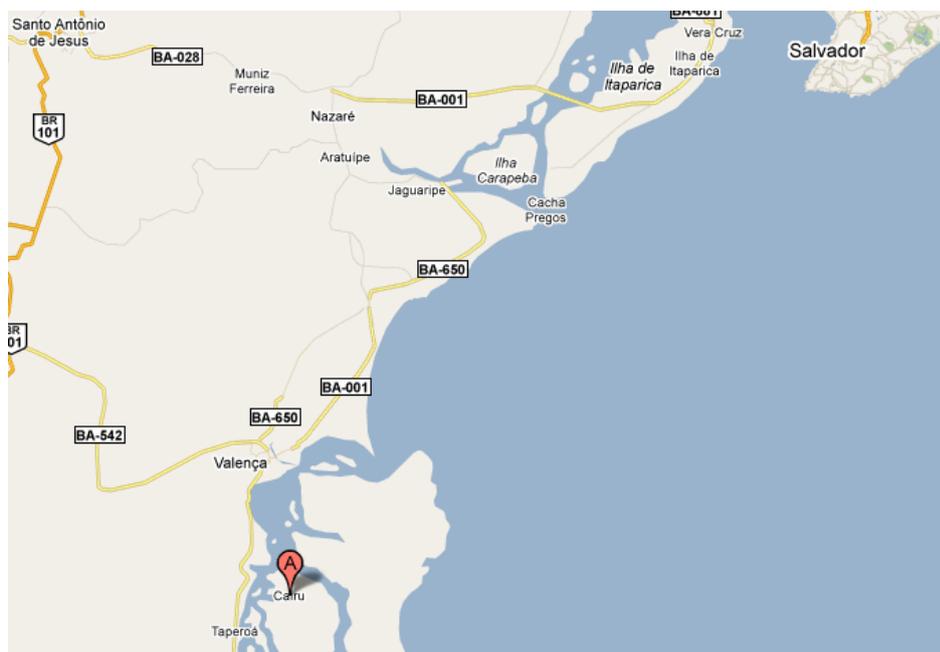
A seguir, será demonstrada a experiência do Banco Casa do Sol, localizado em Cairu / Sede, único município brasileiro formado por um arquipélago.

5.4. BANCO CASA DO SOL (SEDE – CAIRU / BA)

5.4.1. Caracterização da Comunidade

Cairu / Sede é uma comunidade localizada no município de Cairu, único município brasileiro composto por ilhas (Arquipélago de Tinharé), na região do Baixo Sul da Bahia, distante cerca de 120 km de Salvador e a 14 km do centro de Valença, cidade mais próxima. O principal acesso à comunidade é realizado por lanchas ou por meio da estrada BA-650, que se encontra em condições precárias após Valença.

Figura 16: Mapa de localização de Cairu, em relação a Salvador.



Fonte: adaptado pela autora do Google Maps⁹⁶.

⁹⁶ Disponível em: < <http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 06/07/2010.

Segundo estimativa do IBGE⁹⁷, o município de Cairu possui 14.736 habitantes, mas a população de Cairu / Sede é muito menor. Com base em informações da Prefeitura Municipal a população de Cairu / Sede é de aproximadamente 2.500 pessoas, sendo 74% oriunda da própria comunidade⁹⁸. Não foi mapeada a proporção entre homens e mulheres, mas segundo dados do censo 2000 do IBGE, a proporção de mulheres no município é de 47,69%.

Não há dados do Mapeamento que indiquem o número de filhos por mulher nem a taxa de dependência da comunidade, mas dados do IBGE referentes ao censo de 2000 trazem a razão de dependência do município de Cairu em 48,87%, sendo a menor dentre as comunidades estudadas⁹⁹. Quanto às agentes de crédito do Banco Casa do Sol, a média de filhos é de 0,75, muito abaixo da média nacional (1,6 - IBGE).

Com relação à renda da comunidade, segundo dados do Mapeamento, 67% da população recebe menos de 0,5 salário mínimo¹⁰⁰, enquanto 19% recebe entre 1 e 1,5 salário mínimo, mostrando o nível de pobreza que atinge a população. Com relação às agentes de crédito do Banco Casa do Sol, a renda média familiar é de R\$1.032,50¹⁰¹, ultrapassando a média da comunidade e das agentes de crédito dos outros bancos pesquisados. Vale destacar que o valor das bolsas das agentes de crédito do Banco Casa do Sol é o mesmo que as dos Bancos Guine e Ilhamar.

A pesca e a coleta de mariscos têm destaque na economia local, sendo que 11,3% e 13,8%, respectivamente, informaram no mapeamento exercerem esta atividade. 45,6% das pessoas consultadas no mapeamento afirmaram atuar na área de serviços, tendo destaque o fato de 15,4% terem como principal ocupação remuneratória os serviços domésticos. Este fato chama bastante atenção, principalmente se considerarmos que os serviços domésticos são a principal fonte de

⁹⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 06/07/2010.

⁹⁸ O Mapeamento de Produção e Consumo realizado pela ITES/UFBA visitou 360 domicílios em 2009.

⁹⁹ Este dado deve ser relativizado, uma vez que representa todo o município de Cairu, e não a comunidade especificamente.

¹⁰⁰ No período de mapeamento (2009), o salário mínimo vigente era de R\$465,00.

¹⁰¹ As famílias de duas agentes contam com o apoio do Bolsa Família.

ocupação remunerada de mulheres pobres. Outro dado digno de nota é quanto à informalidade do trabalho, em que 11% responderam viver de “bicos” e 12% informaram ser autônomos, além da taxa de 17% de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Outra atividade que merece destaque é a coleta e o tratamento da piaçava, que inclusive conta com uma divisão de trabalho sexuada. A árvore da piaçava é uma espécie de palmeira, com aproximadamente 15 m de altura, em que se retira a piaçava das margens do pecíolo. Por ser uma haste dura e flexível, é preciso retirar a fibra que a encobre, sendo um trabalho que exige destreza manual, ao mesmo tempo em que provoca ferimentos nas mãos. Por ser uma árvore nativa da região, a produção de piaçava é enviada para vários estados do Brasil, justamente por ser mais barata. Segundo informações colhidas na comunidade, o trabalho de coleta (ou retirada) da piaçava é destinado aos homens, “que tem mais facilidade para subir” (informação verbal¹⁰²), enquanto que o trabalho de tratamento da piaçava, que mais provoca ferimentos, é destinado às mulheres, que recebem remuneração menor e freqüentemente contam com a ajuda dos filhos na atividade.

Figura 17: Hora do almoço no galpão de tratamento da piaçava



Fonte: Produzida pela autora

¹⁰² Em conversas informais com as agentes de crédito e outros moradores.

Figura 18: Piaçava tratada



Fonte: Produzida pela autora

Destaca-se também a vocação turística da comunidade, dada a sua aproximação com pontos turísticos do município, como Morro de São Paulo e Boipeba, como também devido à sua história, já que foi um dos primeiros pontos de colonização portuguesa no Brasil, em que o convento local¹⁰³ assume importância fundamental.

Ao mesmo tempo em que Cairu / Sede possui considerável índice de analfabetismo (8%), também conta com número significativo de pessoas com nível superior completo (1,2%) e incompleto (4,1%). Isto pode ser atribuído ao recente crescimento de unidades de ensino superior na região, inclusive com duas Faculdades (FAZAG e FACE), que oferecem quatro cursos em Cairu / Sede, associado aos programas governamentais de estímulo à formação superior.

Em termos de escolas, Cairu / Sede conta com cinco escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo uma estadual e o restante municipais, refletido nos 47% dos pesquisados que estudam¹⁰⁴. Com relação às agentes de crédito do Banco Casa do Sol, 50% têm o 2º grau completo, 25% superior completo e 25% superior incompleto.

¹⁰³ Convento Santo Antonio.

¹⁰⁴ Dados do Mapeamento de Produção e Consumo realizado pela ITES / UFBA.

Em outubro de 2000, foi descoberta na região uma reserva de gás natural, denominada Campo de Manati, que tornou a Bahia detentora da quarta maior reserva de gás natural do país. A importância do gás natural advém de sua utilidade como combustível para indústria, insumo petroquímico, redutor siderúrgico, geração e cogeração termoelétrica, combustível veicular e para fins comerciais e residenciais¹⁰⁵.

A exploração do campo é realizada pelo Consórcio Manati, formado pela Petrobrás, Queiroz Galvão Perfurações S/A e, posteriormente, a Norse Energy, tendo início a construção, no mar, da Plataforma de Produção em julho de 2006¹⁰⁶. O gasoduto parte da Plataforma e percorre os municípios de Cairu, Valença, Jaguaribe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde, além da Baía de Todos os Santos e da área oceânica em frente a Guaibim e à Ilha de Tinharé¹⁰⁷.

Para a obtenção da Licença de Operação, o IBAMA, órgão responsável pela licença, impôs como condicionante o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental – PIPP, desenvolvido nas comunidades do entorno do empreendimento - Projeto Manati, com a finalidade de elaborar um diagnóstico de necessidades de cada comunidade, utilizando a metodologia participativa, para posterior elaboração e execução de projetos sócio-ambientais, beneficiando cada município envolvido.

5.4.2. O Projeto Renascer

O Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede (Projeto Renascer) foi criado com o fim de atender a Licença de Operação referente ao parecer CGPEG / DILIC / IBAMA Nº 407/06 de 01.12.2006, para o Sistema da Produção e Escoamento (trecho marítimo) de Gás Natural e Condensado do Bloco BCAM-40 (Campo Manati),

¹⁰⁵ Disponível em <http://aplicacoesweb.gdksa.com/clipping/MERCADO%20-%20G%C3%A1s%2012022007.pdf>. Acesso em 25/06/10.

¹⁰⁶ Disponível em: < http://www3.atarde.com.br/especiais/manati/producao_bahia.html>. Acesso em 25/06/2010.

¹⁰⁷ Idem.

concedido pelo Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Diretoria de Licenciamento Ambiental / Coordenação Geral de Petróleo e Gás – IBAMA (ITES/UFBA, 2008).

A proposta leva em consideração os trabalhos de elaboração do Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental – PIPP como resposta a condicionante para as atividades de exploração do Campo do Manati pelo Consórcio Manati (ITES/UFBA, 2008).

Tomando como base a experiência da ITES/UFBA no planejamento e execução de ações de desenvolvimento territorial com o foco na economia solidária em outras comunidades, o Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede (de agora em diante, denominado Projeto Renascer) tem como objetivo geral:

Atender as demandas da devolutiva do PIPP em Cairu, no âmbito das condicionantes para operação do Campo Manati, bloco BCAM-40, para promover o desenvolvimento local sustentável de Cairu-Sede através da construção de um Banco Comunitário que possa fomentar empreendimentos sócio-produtivos na perspectiva de uma rede local de economia solidária baseada no Centro Associativo de Economia Solidária – CAES (ITES/UFBA, 2008).

Vê-se que seu objetivo geral mostra claramente a centralidade do Banco Comunitário na execução do projeto, ao contrário do que ocorreu com os outros projetos pesquisados, em que ele compunha, por assim dizer, uma iniciativa-meio, na medida em que integra a rede local de economia solidária enquanto promotor de um sistema integrado de finança solidária. Em Cairu, a comunidade demandou especificamente um Banco Comunitário de Desenvolvimento (ITES/UFBA), ainda que seja integrado a uma rede local de economia solidária. Esta especificidade pode explicar, por exemplo, a grande adesão dos comerciantes à moeda social, conforme será mostrado mais adiante.

O Projeto foi dividido em duas etapas, sendo a primeira com duração prevista de 12 meses e a segunda de 6 meses (ITES/UFBA, 2008):

Etapa 1: Planejamento do processo de construção do Centro Associativo de Economia Solidária de Cairu Sede – CAES – Cairu, juntamente com a reestruturação associativa, implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário (PEDECO-Cairu);

Etapa 2: Consolidação e expansão do CAES através da implantação gradativa do PEDECO-Cairu.

Vale destacar que este Projeto está inserido numa esfera de compensação ambiental mais ampla, sendo uma ação de continuidade da intervenção do PIPP.

Primeira Etapa do Projeto

Cumprir destacar que o planejamento inicial previa o início das atividades do Projeto nos primeiros meses de 2008, mas devido aos trâmites burocráticos da empresa financiadora (Petrobrás), o início efetivo ocorreu apenas em novembro de 2008, demandando novas reuniões de planejamento da Incubadora com a comunidade.

A primeira etapa do Projeto contou com quatro ações fundamentais: i) mobilização comunitária; ii) mapeamento de produção e consumo; iii) formação em temas específicos do Projeto; iv) implantação do Banco Casa do Sol.

Logo de início a equipe técnica observou dois desafios principais: i) a difícil mobilização da comunidade, refletida na baixa adesão aos encontros do projeto¹⁰⁸; ii) os vários conflitos internos no Grupo Gestor, motivados por disputa de poder entre os componentes¹⁰⁹, acabando por dificultar ainda mais o trabalho de mobilização. Cabe mencionar que o Grupo Gestor tem a finalidade de mobilizar a comunidade para as ações do PIPP, mas, em decorrência de tais conflitos, a equipe técnica da Incubadora teve que intensificar seu acompanhamento nas ações da

¹⁰⁸ Neste ponto convém destacar que o atraso no início das atividades de quase um ano contribuiu para o ceticismo da população quanto à efetivação do Projeto.

¹⁰⁹ O Grupo Gestor é composto por representantes de associações já existentes antes da chegada do Consórcio Manati, sendo resultado da articulação anterior entre a Petrobrás e a comunidade.

comunidade, em especial na mobilização comunitária (ITES/UFBA, 2009 a).

Inicialmente, com a finalidade de nivelar o conhecimento da comunidade com temas ligados ao Projeto, com destaque ao empreendedorismo em economia solidária, além de conhecer melhor o perfil dos moradores que poderiam se tornar agentes foram realizadas oficinas de formação, ou o Módulo Introdutório de Formação (MIF) (ITES/UFBA, 2009 a).

Com o término das oficinas do MIF, foram formados dois Grupos de Trabalho: GT do Banco Comunitário e Associativismo Local e o GT do Mapeamento de Consumo e Produção. Tais grupos foram constituídos por participantes do MIF e de outras pessoas da comunidade, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre temas específicos, além de formarem as pessoas para posterior atuação no Banco Comunitário de Desenvolvimento e no Mapeamento de Consumo e Produção, respectivamente.

O Mapeamento de Consumo e Produção ocorreu durante o período de 23 de março a 04 de abril de 2009, após o processo de construção coletiva do questionário e de zoneamento da área a ser mapeada, além da aplicação de um pré-teste. A tabulação dos dados ocorreu por meio de uma parceria com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), que disponibilizou o infocentro, inclusive fazendo as adaptações necessárias à instalação do software de tabulação, para esta atividade, após a capacitação dos agentes para este fim.

Com o término da tabulação e sistematização dos dados do Mapeamento, a etapa seguinte se concentrou na construção do Fórum de Desenvolvimento Comunitário (FDC), de forma a possibilitar a construção do PEDECO e a consolidação da rede de economia solidária local.

Com relação ao banco Comunitário de Desenvolvimento Casa do Sol, este foi formado a partir do GT de Banco Comunitário e Associativismo Local, conforme veremos no final deste capítulo.

Segunda Etapa do Projeto

A segunda etapa do Projeto, iniciada em janeiro de 2010, tem como objetivo a consolidação da rede de economia solidária local, além da construção conjunta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário de Cairu (PEDECO) a partir da reunião dos moradores no FDC. As reuniões do FDC já começaram, tendo inclusive dado início ao processo de elaboração do PEDECO.

Dentre outras atividades, está prevista para a segunda etapa a construção de um documento de resgate histórico e cultural da comunidade, que também depende do término das atividades de mapeamento para ter início. Como forma de sensibilização para o tema, todos os eventos referentes ao Projeto contaram com manifestações culturais da comunidade, inclusive como mecanismo de valorização dos grupos culturais locais, dada sua vocação de fortalecimento tanto da rede, como da autoestima da comunidade.

5.4.3. O Banco Casa do Sol

O Banco Casa do Sol é resultado do GT do Banco Comunitário e Associativismo Local, que contou com dois tipos de oficina: as oficinas de constituição e as oficinas de capacitação.

As *oficinas de constituição* referiam-se à formação sobre temas específicos dos Bancos Comunitários, com a participação da comunidade. Em tais oficinas foram escolhidos o nome do banco, o nome da moeda social, a logomarca do Banco, bem como a iconografia das notas.

Figura 19: Logomarca do Banco Casa do Sol



O nome Casa do Sol foi escolhido por ser a tradução do nome Cairu, em tupi-guarani. A oca representada não faz apenas alusão à origem indígena do nome, como também à importância da piaçava na economia local, conforme dito anteriormente.

As oficinas também contaram com a presença das duas agentes de crédito do Banco Eco-Luzia e com uma visita ao Banco Ilhamar. Nestas oportunidades, os participantes puderam entrar em contato com o cotidiano de um BCD, bem como visualizar os desafios dos bancos na prática, e como as agentes de crédito lidam com eles.

Inaugurado em 15 de setembro de 2009, com o objetivo de organizar um sistema de finanças solidárias com o foco no desenvolvimento local, o Banco Casa do Sol logo entrou em atividade, inclusive concedendo empréstimos em moeda social – Tinaré.

O Banco Casa do Sol funciona integrado à Associação Beneficente Clube das Mães, uma vez que já existia anteriormente, é legalizada, e possibilita que os esforços da Incubadora e da comunidade sejam direcionados a uma efetiva articulação comunitária, esperando-se, com isso, facilitar o processo de construção do FDC e, como resultado, o PEDECO.

O Banco Casa do Sol está localizado em um cômodo da casa alugada pela Prefeitura para abrigar a Secretaria de Cultura, que abriga também um pequeno bar, além de uma área comum. O banco funciona em uma sala, onde tem um banco para os usuários, armários, balcão e computador.

Figura 20: Entrada do Banco Casa do Sol e agente de crédito Angeli



Fonte: Produzida pela autora

Devido aos conflitos existentes no Grupo Gestor do PIPP, a escolha das agentes de crédito foi baseada mais fortemente em critérios objetivos, decididos coletivamente, conforme a seguir:

- 2º grau completo ou a concluir este ano (se sim, 10; se não, zero);
- Não ter trabalho remunerado; (se sim, 10; se não, zero);
- Nota de participação no MIF (0 a 10) – atribuída pela equipe técnica;
- Nota de presença no GT de Bancos (cada presença valia 1,25 X 8 oficinas = 10);
- Nota de participação no GT de Bancos (0 a 10) – atribuída pela equipe técnica.

A avaliação subjetiva dos candidatos feita pela equipe técnica da ITES/UFBA foi baseada no comprometimento e na desenvoltura percebida, já que também foi consenso que tal perfil é o mais adequado para a atividade.

As *oficinas de capacitação* foram direcionadas exclusivamente às agentes de crédito, pois se referiam especificamente ao uso dos instrumentos do banco.

Gestão do Banco Casa do Sol

O Banco Casa do Sol funciona de segunda a sexta, das 9h às 12h e das 14h às 17h, com duas agentes de crédito em cada turno. O CAC é realizado duas vezes na semana, às segundas e quartas, com a presença das agentes de crédito e a presidente da Associação Clube das Mães¹¹⁰, nas próprias dependências do banco.

A definição dos componentes do CAC foi motivo de várias discussões, especialmente com um membro do Grupo Gestor do PIPP, o que originou a formação de outro órgão de gestão do banco, o Conselho Gestor do Banco Casa do Sol¹¹¹, que se reúne no Convento Santo Antônio ou na Associação de Transportes Marítimos. A raiz dos debates era justamente referente à natureza comunitária do banco, fazendo com que várias pessoas se sentissem no direito de participar do CAC, inclusive aqueles que não foram aprovados no processo de seleção de agentes de crédito.

As razões apresentadas ao grupo, e expostas em relatório de atividades (ITES/UFBA, 2009b) referem-se a diversos pontos, a saber:

- Com base nas experiências anteriores, percebeu-se que não seria funcional a presença de muitas pessoas no CAC, ainda mais em se tratando de uma comunidade tão pequena;
- A necessidade de preservação da intimidade e privacidade do solicitante. Embora a gestão do banco seja pautada em relações de proximidade, o que já expõe consideravelmente a vida pessoal do solicitante, isso não significa expor as pessoas excessivamente;
- O cuidado com a confiança que tais pessoas sentem pela agente de crédito e pelo banco, pois é na confiança que as relações com e no BCD são tecidas. Não apenas o banco deve confiar no usuário, como o usuário deve confiar que as

¹¹⁰ A Associação Clube das Mães é a institucionalidade formal que abriga o Banco Casa do Sol.

¹¹¹ As atribuições do Conselho Gestor são: avaliação do funcionamento do BCD; Ouvidoria, no sentido de acolher sugestões e solicitações dos usuários; Formulação de políticas e estratégias para fortalecimento do BCD; Apoio e acompanhamento da gestão administrativo-financeira do BCD; Realização e divulgação junto à comunidade da prestação de contas dos recursos do BCD; Monitoramento do sistema de moeda social Tinaré; Construção, articulação e condução do Fórum Econômico Local – FECOL (ITES/UFBA, 2009c).

informações cedidas não serão utilizadas para outros fins. Quanto mais pessoas no CAC, menos confiável se torna o banco;

- A formação de um BCD, assim como de um EES, pretende a construção de autonomia e empoderamento das pessoas, podendo resultar na emergência de novas lideranças locais. É importante, neste sentido, preservar espaços que favoreçam o surgimento de novas lideranças, em busca de relações mais democráticas na comunidade e a elevação da autoestima de cada um;
- A participação da comunidade na gestão do banco não advém somente da participação no CAC, que, aliás, deve ser a menor possível, mas na participação em outras instâncias de gestão, a exemplo do Conselho Gestor, que discute as prestações de contas do banco, o direcionamento estratégico do banco, inclusive avaliando e decidindo questões relativas à sua gestão operacional.

Um ponto que convém destacar, e que foi mencionado na discussão da experiência do Banco Guine, é a questão da preservação da autonomia e empoderamento das agentes. A questão da liderança comunitária tem se mostrado um ponto fundamental a ser considerado na execução dos projetos, vez que se interfere com relações de poder na comunidade. Alguns líderes comunitários, e este parece ser o caso em Cairu / Sede, não aceitam a emergência de novas lideranças justamente por isto representar um compartilhamento do próprio poder, perdendo de vista a importância de uma gestão democrática da própria comunidade.

Neste caso específico, o líder local, cuja legitimidade é inclusive discutida, defende suas posições com atitudes inadequadas, intimidando as agentes de crédito, duvidando da capacidade das mesmas em executar o trabalho, interferindo não somente na possibilidade de se transformarem em líderes comunitárias, mas, principalmente, na condição delas de sujeitos de direito e na própria autoestima.

Não parece ser o caso somente de uma postura machista, embora o fato de todas serem mulheres possa estimulá-lo em suas ações, mas

também de uma noção pouco clara do sentido de comunidade, de projeto comunitário. Em reunião do grupo focal viabilizado por esta pesquisadora, uma das agentes afirmou que o líder estimula na comunidade a inadimplência, afirmando que se o dinheiro é da comunidade, ninguém deve devolver. O risco de ocorrer o mesmo que ocorreu com o Banco Eco-Luzia, com inadimplência generalizada, deve ser avaliado, de forma a neutralizar a ação deste líder em prol do pleno funcionamento do banco. A formação de um GT de Associativismo, neste sentido, serviria não somente para fortalecer a rede de economia solidária ou formar o FDC, mas também para sensibilizar a comunidade mais fortemente quanto ao caráter comunitário do banco, especificamente no que concerne ao pagamento dos empréstimos.

O procedimento de solicitação de crédito é o mesmo que nos outros bancos, com o empréstimo em Tinharé sendo liberado no mesmo dia, como forma de estimular a circulação da moeda. A aprovação dos empréstimos em real é discutida no CAC, mediante o conhecimento que se tem sobre o solicitante e as informações disponibilizadas na ficha de cadastro.

Serviços do Banco Casa do Sol

Os serviços oferecidos pelo Banco Casa do Sol são: a) Microcrédito Popular e Solidário e b) Moeda Social Circulante Local.

a) Microcrédito Popular e Solidário

O microcrédito teve início logo após a inauguração do Banco Casa do Sol, especialmente em moeda social, o que mostra a aceitação da comunidade à proposta.

Assim como nos outros bancos, a consulta aos vizinhos é dispensada, sendo preferida a consulta aos comerciantes, conforme mostra abaixo o trecho de uma entrevista:

A gente não vai mais pelo vizinho porque às vezes um não gosta do outro, aí pode colocar alguma coisa a mais e a gente acabar acreditando. Porque é vizinho, a gente vai acreditar, né, no que ele tá falando. Aí a gente prefere se informar com os comerciantes. (E12)

Este trecho reflete não somente a preferência por coleta de informação com os comerciantes, cuja prática do “fiado”¹¹² pode orientar a análise do crédito, mas também a situação de degradação das relações entre as pessoas, refletida não somente nos conflitos internos do Grupo Gestor do PIPP e na dificuldade de mobilização comunitária, mas entre todos na comunidade. Igualmente, reflete não só o reconhecimento desta situação por parte das agentes, como o compromisso das mesmas com justiça (deixar de emprestar para quem é uma “boa paga” é pior do que emprestar e não receber), com a confiança nos vizinhos (ainda que eles aparentem não serem confiáveis e possuam relações conflituosas entre si) e com o próprio sentido de finança solidária, o de ajuda mútua.

Outro recurso utilizado pelas agentes de crédito do Banco Casa do Sol é a visita à casa do solicitante, de forma a coletar informações mais específicas e analisar a real situação da pessoa. Estas visitas fundamentam a análise principalmente com o foco na necessidade do usuário, de forma a possibilitar que o crédito chegue a quem tem mais necessidade.

O Banco Casa do Sol oferece duas linhas de crédito: a) Produção, que pode ser Alternativo ou Cred-Pesca e b) Consumo, conforme se vê na tabela a seguir:

Tabela 5: Linhas de Crédito do Banco Casa do Sol

Linha de Crédito	Limite Máximo (R\$)	Taxa de Juros* (%)	Taxa de Juros para Produção Coletiva* (%)	Prazo de Pagamento das Parcelas
Produção	200,00	2%	1,5%	3 meses

¹¹² Expressão regional que significa a compra no estabelecimento para pagamento posterior, sem nenhuma garantia. Sinônimo de “pendura”.

	300,00	2,5%	2%	4 meses
	600,00	3%	2,5%	6 meses
Consumo	50,00	0,5%	-	1 mês
	100,00	1%		2 meses
	150,00	1,5%		3 meses

*Não há cobrança de taxa de juros quando o empréstimo é realizado em moeda social.

Fonte: ITES/UFBA, 2009b.

O crédito para produção até hoje é solicitado somente em real, dada a dificuldade dos solicitantes em encontrar os insumos necessários na própria comunidade. Por outro lado, o empréstimo para consumo é largamente utilizado em moeda social, uma vez que todos os comerciantes da localidade aceitam a moeda social.

Segundo dados dos relatórios bimestrais de acompanhamento do banco (ITES/UFBA, 2009e; 2009f; 2010), o valor total em empréstimos concedidos no período de setembro de 2009 (2ª quinzena – abertura do banco) a fevereiro de 2010 foi de R\$ 35.978,00, totalizando 153 empréstimos¹¹³, dos quais 80,39% foi para consumo. Os créditos para consumo são todos contemplados em moeda social, dada a aceitação ampla pelos comerciantes da comunidade.

O aporte de capital para empréstimos inicial foi no valor de R\$ 10.000,00, donde se retirou a quantia de R\$ 3.000,00 para a aquisição de móveis para o banco. Em seguida, foram recebidas mais duas parcelas de R\$10.000,00 cada. Sendo assim, considerando um capital de R\$ 27.000,00 para os empréstimos, até fevereiro de 2010 o banco teve um giro de 1,33. Vale destacar que ainda existe saldo para a concessão de novos empréstimos, fazendo com que, na prática, o giro seja ainda maior.

Tendo em vista a inadimplência maior com os empréstimos para produção, que atingiu no período de setembro de 2009 a março de 2010 o

¹¹³ Este valor desconsidera o montante de Nov. de 2009, vez que o relatório referente a este mês tinha outros dados relativos ao empréstimo, dificultando a comparação com os outros meses.

percentual de 52%, as agentes de crédito têm limitado sua concessão. Elas atribuem o fato a dificuldades de pagamento dos usuários, suspensão de ajuda governamental, ou simplesmente ao estímulo do líder comunitário ao não pagamento, conforme explicitado anteriormente. A inadimplência alta referente à linha de crédito para produção é atribuída também ao fato da cobrança de juros e da utilização indevida do crédito para outros fins não informados no momento da solicitação.

b) Moeda Social Circulante Local

A moeda social circulante local foi uma construção coletiva ocorrida desde as oficinas do GT de Banco Comunitário e Associativismo, tanto em relação ao nome como à iconografia escolhida. O nome “Tinharé” foi escolhido em decorrência do nome do arquipélago que compõe o município de Cairu.

A iconografia faz referência a elementos característicos da comunidade¹¹⁴, conforme se vê a seguir:

Figura 21: Moeda Social Tinharé



Fonte: Documentos da ITES/UFBA.

¹¹⁴ Siri, Piaçava, Pescador, Marisqueira e Convento Santo Antônio.

A utilização da Moeda Social Tinharé foi precedida de diversas oficinas com a comunidade e com os comerciantes, de forma a sensibilizar as pessoas quanto à importância do seu uso para o desenvolvimento local, bem como quanto ao funcionamento do sistema. O início de sua circulação se deu no momento mesmo de inauguração do Banco, quando grande número dos participantes do evento efetuou troca de reais por tinharés.

Pode-se dizer que este processo experimenta relativo sucesso, vez que todos os comerciantes locais aceitam o Tinharé, totalizando 31 pontos de aceitação. Além disso, pessoas ambulantes também aceitam a moeda, ampliando sua possibilidade de circulação.

Esta ampla aceitação na comunidade estimula a solicitação de crédito em Tinharé, intensificada pela não cobrança de juros.

Contudo, a experiência também mostra ter desafios. O principal deles é o estímulo à circulação da moeda, assim como nos outros BCDs pesquisados. Os comerciantes a utilizam da mesma forma que a um vale-alimentação, armazenando as notas no caixa para trocar a cada quinze dias, ao invés de estimular a aceitação do troco em moeda social. Ademais, preferem obter o desconto de 1% na troca de moeda no banco do que oferecer o desconto na compra do usuário¹¹⁵. Atribuímos o fato ao menor desconto proporcional em seu faturamento mensal. O desconto na compra estimula mais a utilização do Tinharé (inclusive é este o objetivo), coisa que para o comerciante significa faturamento menor, mesmo com todo benefício social da ação.

Vale destacar, conforme dito anteriormente, que todos os empréstimos concedidos para consumo são em Tinharé.

Com relação ao apoio a empreendimentos, a baixa concessão de crédito para produção de certa forma inviabiliza tal medida, associada à resistência dos beneficiários em mostrar os gastos do negócio para as agentes de crédito e ao pouco tempo de funcionamento do banco. Tal

¹¹⁵ O banco solicita ao comerciante que ofereça desconto de 1% na compra com Tinharé. O comerciante que não oferece o desconto paga uma taxa de 1% na troca da moeda no banco.

medida atualmente restringe-se, pois, apenas ao acompanhamento da utilização do crédito quanto ao que foi informado no momento da solicitação. Aliás, a grande ocorrência de utilização indevida do crédito para produção, conforme visto anteriormente, não estimula a aceitação do beneficiário em prestar contas para o banco. Espera-se que a construção da rede de economia solidária local venha a estimular mais este serviço.

Não foi relatada em entrevistas e nos relatórios a realização de clubes de troca ou feiras solidárias.

Nos capítulos a seguir discutiremos as percepções das agentes de crédito quanto às suas práticas e à sua condição de mulher, buscando relações possíveis entre a atividade de agente de crédito e a autonomia destas mulheres.

6. MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo será destinado à compreensão das percepções de gênero das agentes de crédito, e como tais percepções impactam na sua atuação profissional.

Convém iniciar a análise, contudo, expondo brevemente o perfil sócio-ocupacional das mesmas, como forma de situar o discurso das agentes em seu contexto sócio-histórico.

6.1. PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL DAS AGENTES DE CRÉDITO

A análise quantitativa dos questionários respondidos pelas agentes de crédito pode contribuir na compreensão de suas percepções, caracterizando-se como um método complementar.

Convém ressaltar que tais resultados devem ser relativizados, tendo em vista as diferenças quanto à localidade e sua caracterização demográfica, bem como a experiência do banco e do projeto, conforme visto no capítulo anterior. O objetivo da aplicação de tais questionários visava muito mais um conhecimento prévio das condições materiais de cada uma, de forma a contribuir para a preparação do grupo focal e para as análises dos discursos, do que propriamente uma tabulação estatística. No entanto, não se descarta a contribuição da análise estatística para este estudo¹¹⁶.

O universo pesquisado é das agentes de crédito dos BCDs da Bahia, incubados pela ITES/UFBA, totalizando 13 (treze) mulheres¹¹⁷.

¹¹⁶ Os dados tabulados encontram-se em anexo.

¹¹⁷ Como no momento da pesquisa tinha uma agente de crédito com menos de um mês de atuação, em substituição de outra que havia saído, foi considerado conveniente incluir as duas na pesquisa, de forma a equilibrar as análises.

Com relação à idade, verificamos que 46,2% das agentes de crédito dos bancos pesquisados encontram-se com idade entre 30 e 39 anos, com relativa maturidade para o trabalho. Convém ressaltar que pessoas com baixa renda geralmente despertam para o trabalho mais cedo, refletido na proporção de 15,4% de agentes na faixa de 15 a 19 anos. Como um critério para a participação no banco é ter acima de 18 anos, supõe-se, portanto, que tal proporção é entre 18 e 19 anos.

Ainda com relação à idade, nota-se uma proporção pequena de agentes de crédito na faixa de 40 a 44 anos, 15,4%.

Como a condição de casada e mãe impacta decisivamente na ocupação profissional, estes dados foram considerados importantes para a pesquisa. A média de filhos por agente de crédito é de dois filhos, estando acima da média nacional do IBGE de 1,6 filho. Contudo, convém ressaltar que, do universo pesquisado, duas agentes (as mais jovens) não têm filhos e uma possui quatro. A condição de casada é equilibrada dentre as agentes, com 53,8% afirmando serem casadas ou em união estável. Dentre as que não são casadas, 66,6% nunca foi casada antes, sendo apenas duas delas (33,3%) chefes de família. Cabe destacar que dentre as casadas, apenas uma (14,3%) declarou ser a principal responsável pela renda familiar.

Um dado curioso é com relação à pergunta se a agente recebe ajuda do cônjuge nas atividades de casa. As respostas válidas foram equilibradas entre “sim, muita” (30,8%) e “sim, um pouco” (38,5%), dado que não é refletido nas entrevistas e no grupo focal. Aliás, em entrevistas algumas revelam não receber ajuda nenhuma nas tarefas domésticas. Esta contradição será avaliada mais profundamente posteriormente, mas atribui-se ao sentimento de responsabilidade que afeta às mulheres em geral e às agentes em particular, em que a percepção quanto à ajuda do cônjuge pode variar de acordo com o caso. Neste caso especificamente, acredita-se que o entendimento da pergunta não tenha ficado claro, sendo entendido como ajuda financeira, ou talvez resultado ainda de certa falta de confiança na pesquisadora, uma vez que o questionário foi o primeiro instrumento aplicado.

Com relação à escolaridade, a grande maioria (61,5%) revela possuir o 2º grau completo, tendo duas ocorrências (15,4%) de ensino superior incompleto e uma ocorrência (7,7%) de ensino superior completo. Destaca-se, contudo, que as ocorrências de ensino superior foram concentradas em Cairu, por razões já expostas. 61,5%, contudo, afirmam pretender voltar a estudar, situação que reflete os dados apresentados no capítulo 2 que mostram a necessidade das mulheres em estudar mais para atingir o mesmo patamar salarial dos homens.

A grande maioria declarou já ter trabalhado antes (92,3%), mas em atividades marcadas pela precarização em sua maioria, refletindo nos dados de que apenas 15,4% tiveram carteira assinada no emprego anterior e que 53,8% receberam nesta atividade menos que um salário mínimo, enquanto que 38,5% declararam ter recebido um salário mínimo.

Outro dado relevante é com relação ao emprego doméstico. Conforme mostrado no capítulo 2, a atividade principal de mulheres que vivem em condição de pobreza é o emprego doméstico, fato equilibrado dentre as agentes de crédito. Enquanto 46,2% declararam já ter trabalhado como empregada doméstica, 53,8% declarou nunca ter exercido esta atividade. Das que afirmaram já ter tido esta experiência, 66,66% utilizaram as seguintes respostas para determinar o tempo: “alguns anos”, “bastante tempo”, “4 anos” e “9 anos”. 33,33% das que já trabalharam como doméstica só o fizeram por um mês.

46,2% das agentes disseram já ter sentido dificuldade de arranjar emprego por ser mulher, confirmado nas entrevistas, em que aliam a condição de mulher a outras questões como escolaridade e aparência.

Por fim, 46,2% afirmaram não receber nenhuma ajuda financeira para o sustento da família, enquanto que houve seis ocorrências (46,2%) de agentes que recebem auxílio do Bolsa Família.

A seguir, aprofundaremos as análises das entrevistas e do grupo focal, que buscaram captar as percepções de gênero das agentes de crédito, e como tais percepções impactam nesta atividade.

6.2. SER – NO - BANCO: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO À ESTRUTURA DE GESTÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

Busca-se nesta seção compreender as percepções das agentes de crédito dos BCDs pesquisados quanto à estrutura de gestão dos bancos, em sua relação com a economia solidária e seu compromisso com o desenvolvimento local.

Considera-se conveniente destacar as percepções quanto à estrutura do banco para facilitar a compreensão das percepções quanto às suas práticas, conforme veremos na sessão seguinte, além de facilitar a apreensão dos valores associados pelas agentes ao BCD.

6.2.1. BCD atende às necessidades dos moradores

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são percebidos com foco em sua função social, em que o caráter econômico se torna secundário. Contudo, isto não significa que a questão financeira seja desconsiderada, ao contrário, ela é entendida como meio capaz de trazer o desenvolvimento para a comunidade.

Destaca-se a percepção de que o Banco Comunitário de Desenvolvimento existe para atender às necessidades das pessoas da comunidade, os usuários:

... Banco Comunitário é um equipamento que... transforma realmente a comunidade né? Porque o objetivo dele é... é inserir as pessoas excluídas mesmo da comunidade, né? (E5)

... Eu acho muito importante, eu acho que veio pra ajudar, né? (E11)

Um Banco Comunitário é um banco... Que atende, as necessidade é... da comunidade, da comunidade local, é da onde favorece é... empréstimos é... acessível a... aquele que as pessoas que tão necessitada né? (E9)

No entanto, a grande necessidade das pessoas (ou um número muito grande de pessoas necessitadas) esbarra no aporte de crédito limitado, intensificado pela demora no recebimento das parcelas, que possibilita novos empréstimos. O sentimento de que a necessidade dos moradores é maior do que a possibilidade de empréstimo do banco causa tensões, em que elas vivenciam o conflito entre a função social e a capacidade financeira do banco.

Tais tensões são materializadas no Comitê de Análise de Crédito (CAC), instância percebida como capaz de avaliar quem tem mais necessidade. O CAC, neste sentido, existe para priorizar o acesso ao crédito aos mais necessitados, mesmo que comprovadamente esta pessoa não tenha renda ou não demonstre capacidade de arcar com o pagamento das parcelas:

Porque se não fossemos analisar, se não tivesse essa visão com alguma pessoa chegasse e solicitasse e fosse liberando sem nenhum tipo de avaliação, poderia sair crédito para pessoas que não tem tanta necessidade quanto outras. Só porque chegou primeiro, mas não tem tanta necessidade... Acho que reunir pra ver se é viável, **pra ver qual tem mais necessidade**, acho que é importante. (E6)

Esta visão do banco de instituição de atendimento às necessidades pode ser atribuída ao sentimento de abandono do poder público, intensificada pelo fato de a agente de crédito também ser da comunidade e vivenciar situações parecidas. A tendência que a mulher tem de se colocar no lugar do outro, segundo Chodrow (1979), decorre da forma com que a menina é socializada, valorizando o cuidado e o contato com outras mulheres. Isto ocasiona a reprodução da identidade de gênero por gerações, perpetuando sua condição de dependência, sem diferenciar o *self* dos outros. Os “limites flexíveis do ego” (CHODROW, 1979), desta

forma, estimulam nas agentes de crédito a prioridade no atendimento das necessidades do outro, do vizinho, justamente por terem a sensação de que sabem exatamente o que o outro está sentindo ou passando.

Por ser uma comunidade carente né? Uma **comunidade excluída do poder público**, então esse, esse... O Banco Comunitário aqui na nossa comunidade, foi **de grande valia para nós**, porque geralmente a gente via é... Na nossa comunidade aqui muita fome, muita fome, aí as pessoas justamente as pessoas que chegava, que não tinham condições de... Não tinham oportunidade de trabalho de, de ter sua renda né? Era excluída porque as pessoas... O quê não tinha, não tinha condições de comprar, às vezes ia pescar, tinha a pescaria, mas não tinha como ir vender lá fora entendeu? Então a pessoa terminava passando fome, passando necessidade e com o banco comunitário não; eles, eles vinham pegavam o crédito no banco e aí pode pagar uma passagem pra vender o seu, seu peixe fora, sua fruta fora, né? E aí poder comprar outros alimentos (E5).

No primeiro trecho destacado, pode-se perceber o sentimento de abandono do poder público que marca as comunidades pesquisadas, as condições precárias de vida, o isolamento social. A percepção da carência motivada pelo abandono aliada ao impacto positivo que a experiência do BCD tem no atendimento das necessidades dos usuários melhora consideravelmente o grau de autoestima dos moradores, conforme se percebe no segundo trecho destacado.

A grande necessidade das comunidades estudadas está relacionada ao emprego. Como a proporção de pessoas empregadas nestas comunidades é muito pequena, fazendo com que grande parte da renda das famílias seja advinda de trabalhos informais¹¹⁸, o estímulo à produção mostra-se como um caminho viável de satisfação das necessidades básicas, tornando o BCD um “mercado de oportunidades” (E1). Deste modo, o banco não seria apenas uma forma de atender necessidades mediatas, mas também um mecanismo de combate à pobreza e de promoção ao desenvolvimento, em que se destaca a utilidade social da sua ação (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009):

¹¹⁸ Ver capítulo descritivo das experiências.

O banco oferece aos moradores a oportunidade de os moradores construir, que através das linhas de crédito, de reforma, produção, produção as pessoas, as pessoas que quer uma guia¹¹⁹ né? E não tem como tomar o dinheiro emprestado vem até o banco [...] aí a pessoa já coloca assim, a sua guia. (E7).

Eu acho que ele é muito importante **principalmente para aquelas pessoa que não trabalha de carteira assinada vem aqui no banco fazer empréstimo, quer botar um negociozinho**, alguma guia assim, aí eu acho assim que esse banco foi muito importante pras pessoa aqui, principalmente que é um bairro assim muito carente (E13).

Além de crédito pra consumo que é através da moeda social, nós oferecemos também é...é... Empréstimos pra produção e a comunidade, alguém que tenha vontade de criar algum projeto, alguma empresa, **dá aquele empurrãozinho pra que possa começar o seu, seu negócio** (E6).

6.2.2. BCDs trazem desenvolvimento para a comunidade

Os BCDs também são vistos como uma possibilidade de promoção de desenvolvimento da comunidade, uma vez que são observadas mudanças nas vidas das pessoas. A melhoria na comunidade é percebida por meio de melhoria na vida dos moradores, que tende a crescer com a atuação do banco:

A comunidade ficou, e vai ficar melhor. Né? Porque... depois disso foi tanta gente que por exemplo: não tava, não conseguia... digamos colocar uma... comprar uma janela pra colocar em sua casa, então como a gente tem que ter pequenas reformas através do, do crédito né? A pessoa já pode ir comprar pra colocar, ou comprar um saco de cimento... né? Só pra colocar na rachadura né? Na rachadura como já aconteceu a gente tá fazendo esse... Esse créditos, comprar metade de, do material pra terminar de fazer sua rede pra tá pescando, né? E... Com a moeda local a gente... Realmente tendo mais êxito nesse sentido, vai melhorar muito, tem muito, muito, o que se fazer (E2).

¹¹⁹ Guia refere-se à venda de produtos na rua, o produto vendido pelo ambulante ou nas próprias casas.

Desta forma, a capacidade de desenvolvimento da comunidade é intensificada não apenas pelo crédito, mas pela valorização da própria comunidade, portadora das soluções para os próprios problemas:

[O banco é] Uma instituição que a própria comunidade gere um valor que possa desenvolver a comunidade, fazer com que os munícipes criem renda, possam se manter com o próprio trabalho, sendo que não fiquem presos apenas à prefeitura, como geralmente acontece nos municípios menores. A renda tá voltada só pra prefeitura. Com o Banco Comunitário é uma maneira de descentralizar essa idéia de renda. Fazer com que a comunidade desenvolva toda comunidade. Não fica esperando que venha alguém de fora e faça esse trabalho. A comunidade mesmo que vai trabalhar isso (E6).

... **A gente bota na cabeça isso**, que a gente trabalha pra ver nossa comunidade se desenvolver, e o Banco Comunitário é feito, foi feito pra isso, pra desenvolver a comunidade, desenvolver o consumo, né, local [...](E5).

Vale ressaltar, na frase destacada, o esforço que a comunidade precisa fazer para vencer a baixa autoestima, para vencer o discurso do oprimido, para realmente acreditar que são capazes de promover o próprio desenvolvimento. Isto ainda é particularmente mais difícil para as mulheres, subtraídas historicamente da esfera pública (GUÉRIN, 2003), reconstruir a autoestima a ponto de se sentirem capazes de promover não apenas a própria autonomia, mas o desenvolvimento da comunidade onde vivem.

Neste sentido, o desenvolvimento da comunidade advém da articulação entre a dimensão econômica e a dimensão sócio-política (França Filho, Silva Junior, 2006), envolvendo não somente a dinamização da economia local, como também uma maior participação dos moradores nos debates sobre os rumos a seguir.

As agentes de crédito reconhecem a importância da participação da comunidade nos assuntos do banco para intensificar sua capacidade de desenvolvimento, e se ressentem da aparente falta de interesse dos moradores nesses assuntos. Ademais, para elas, a falta de interesse é refletida no modo utilitário com que muitos utilizam os serviços do banco, trazendo risco ao funcionamento do mesmo:

A participação é feita... da comunidade é feita.... apenas pra o benefício próprio, né? [...] A comunidade procura entender que o Banco Comunitário é uma coisa de cada um, e é de todos, né? Ao mesmo tempo, então acha que é igual a uma instituição convencional, chegou, solicitou o empréstimo, pode ou não e pronto. Né? Não tem essa coisa assim: **não, é da minha comunidade é um recurso que vem provido de, de uma extração que é feita aqui né? E que tem que haver essa contribuição por conta da, da, da empresa que faz esse, esse tipo de, de extração, então o dinheiro é nosso e a gente tem que fazer com que renda [...]** (E2)

Destaque-se no trecho acima o sentimento de direito ao bem-estar, na medida em que há a atuação econômica forte de uma empresa na comunidade. O risco que a atividade da empresa oferece à comunidade tem que ser compensado de alguma forma, e esta alguma forma envolve a promoção do bem-estar aos moradores do local. No entanto, a entrevistada se mostra ainda no lugar do oprimido, na posição de dependência do recurso para o banco, embora já reconheça seu direito a condições dignas de vida. Ao mesmo tempo em que reconhece o seu direito, contudo, também sabe que é através de negociação, e não de revolta, que se vai conseguir alcançá-lo. Para tal, a mobilização comunitária é fundamental.

A ajuda do banco no desenvolvimento da comunidade depende da participação da mesma em sua gestão, destacando sua natureza de *economia de reciprocidade* (FRANÇA FILHO, SILVA JUNIOR, 2009). A consciência de que o sucesso do banco é resultado de um trabalho conjunto da comunidade é percebido pelas agentes de crédito como primordial:

As pessoas têm que ter, tem muita gente que tem que ter bastante consciência pra, pra tá também se inserindo e ajudando também né? **Pra poder o Banco Comunitário poder ajudar a comunidade, aí a comunidade também tem que tá sempre a par do que tá acontecendo na comunidade entendeu?** (E5)

Nesta medida, vale o questionamento: até que ponto a experiência de construção de um BCD exige minimamente um grau de mobilização

comunitária na comunidade? Ou, ainda, qual a importância da mobilização comunitária na continuidade de um BCD? Algumas agentes assumem este papel para si, conforme se vê a seguir:

A gente deveria fazer mais assim: alguma coisa que chamasse atenção da comunidade pra ela estar perto, pra ela estar mais presente. (E3)

Eu acho que as pessoas que tá em frente disso aí, tem que usar uma maneira assim de, pra mobilizar a comunidade, eles [o grupo gestor do Projeto] até que tenta, né? Mobilizar a comunidade para participar [...]. (E4)

O intuito de quem está lá [na associação] é fazer com que isso aconteça, apesar de que não tá sendo fácil. (E2)

O papel da agente de crédito, desta forma, também é percebido como mobilizador da comunidade para sua participação na gestão do banco. Como veremos na seção 6.4., o papel de mobilizadora comunitária acaba por envolver conflitos motivados pelas desigualdades de gênero, em seu diálogo com outras pessoas envolvidas nos projetos de desenvolvimento local estudados.

6.2.3. A autogestão é importante porque não tem patrão

Quando estimuladas a refletir sobre a autogestão, todas (com exceção de uma) mostraram-se a favor de sua utilização na gestão nos BCDs. A autogestão mostra-se como um caminho no empoderamento das pessoas envolvidas, fazendo não somente com que saiam do lugar de “coitado”, como também passem a se perceberem como capazes de orientar o desenvolvimento da comunidade de acordo com seus interesses e vocações. Neste sentido, a relação de desigualdade, materializada na figura do patrão (mas que podemos intuir também como na do prefeito, do professor, do líder comunitário, de uma ONG, etc) é

dissolvida, ainda que na aparência, em prol de formas mais democráticas de decisão.

...não fica aquela coisa de, de uma pessoa querer ser mais que a outra, então ali todo mundo decide. Todo mundo faz a mesma coisa, tal modo participa (E10).

...sabe que não tem patrão né? Não tem uma pessoa pra tá dizendo: ah você tem que ser dessa forma, faça desse jeito, né? A gente senta ali, é um grupo, né, que tá trabalhando pra um mesmo objetivo né? Aí a gente discute aquilo, né? Concorda ou discorda, mas o importante é que a gente chega assim, a um consenso que o que seja melhor pra comunidade e não pra si, ou pra o próprio grupo (E2).

Eu acho assim, que a gestão é feita pela, pela comunidade, pelas pessoas da comunidade e... Fomos nós que tomamos... é... as decisões, né? A gente não espera vir uma pessoa de fora tal, pra tá dizendo assim: tem que ser feito assim, entendeu? Eu acho que a gestão do banco, tem que ser... Primeiro tem que ser pela, pela, pela própria comunidade, pessoas da própria comunidade é que sabe a dificuldade da comunidade... (E5)

Autogestão é a melhor parte, porque é a própria comunidade que trabalha isso. Não é ninguém de fora que vem e faz acontecer, é a própria comunidade que faz. Então se deu certo, é porque a comunidade fez com que isso acontecesse (E6).

É entre a gente mesmo, não tem ninguém que mande em nada, a gente, a gente que decide. A gente já mora na comunidade, eu mesmo tenho vinte anos que moro aqui, então não tem nem o que discutir né? (risos) (E11)

Assim, todas as decisões que são tomadas, as quatro dão opiniões se aceita, se não aceita, a gente conversa pra poder, a gente aceita de acordo com o que for citado. Porque tem que ter a união, né? (E12)

Destaca-se, neste sentido, o interesse das agentes de crédito não somente em decidir, mas em também tornarem-se responsáveis por essas decisões, ainda que não sejam acertadas. Importa, neste caso, em sentirem-se valorizadas pelas suas opiniões, ter voz e voto (SINGER, 2002), favorecendo a construção da própria autonomia. A autogestão, desta forma, constitui-se no rol das experiências que favorece a construção da nova identidade feminina, ao configurar-se num tipo de

relação que contribui para a percepção das mulheres de que são sujeitos da própria história, e a reconstrução de novos modelos na sociedade, conforme atentava Souza-Lobo (1991).

A autogestão, embora seja um instrumento que favorece a conquista da autonomia das agentes de crédito, é muito mais percebida como uma forma de gestão da própria comunidade, ou seja, a maneira pela qual a comunidade orienta o próprio desenvolvimento. Assim, mais uma vez ressalta-se a dimensão social da experiência do Banco Comunitário, reconhecido como uma institucionalidade da e para a comunidade.

Convém destacar, contudo, algumas distorções. Embora seja aceita como a maneira mais adequada de gerir o desenvolvimento, algumas agentes acreditam que a autogestão é (ou deve ser) isenta de conflitos:

Hoje tipo assim: é uma confusão, todo mundo fala, todo mundo quer opinar ao mesmo tempo, sai assim um pouco do, do contexto né? Do que a gente aprendeu lá na frente. É bom sim, ter um projeto que hoje não existe... é bom, assim, ter um projeto onde não existe... padrões, pessoas, todo mundo se comunica, todo mundo é... tem suas idéias, mas chega certos momentos que foge um pouco disso, aí fica meio complicado (sic) (E7).

Ai... Sei lá é... Cada um com sua cabeça, tá assim meio... entendeu? Um ritmo meio assim... Mas pelo que foi dito antes era por todos né? [...] Hoje eu não tô (sic) vendo, assim, esse coleguismo... é... pra manter... pra manter o que foi dito né? Antes, anteriormente né? Hoje tá um pouco diferente, tá diferente daquilo que foi dito (E9).

Ressalte-se, aqui, que a autogestão não representa ausência de conflitos. Ao contrário, é a partir do conflito de opiniões que se pode chegar a um consenso, é a partir do conflito que se tem conhecimento da diferença, e a partir disso que o debate se propõe emancipatório. Pode-se dizer, inclusive, que sem conflito não há autogestão, mas dominação.

Convém, contudo, destacar a única dissonância. A agente de crédito que alegou ser contrária à autogestão mostrou, na verdade, ou

pouca compreensão do que seja, ou, mais provavelmente, uma atitude autoritária frente à tomada de decisão.

Rapaz (risos)... É engraçado aqui que... **Eu tomei conta desse negócio de autogestão** (risos)... O povo aqui é muito... Eu conversei muito com os meninos aqui, que eu não concordo com esse negócio de autogestão. Talvez eu acho que é porque as minhas colegas acham que trabalhar com autogestão é... Acha que o banco não existe regras, não existe uma cultura, entendeu? E... Não, **mesmo a gente trabalhando com autogestão, acho que o próprio estabelecimento ele tem que existir regras**, entendeu? É o principal né? E eu acho que ela levava muito pro lado assim... Aí eu não gostava, eu acho que cada um tinha que ter a sua função [...]. Eu sempre achei que tinha que trabalhar dessa maneira, porque eu acho que esse negócio de autogestão, ela é muito bonitinha na teoria, mas na prática, é difícil. [...]. Tem que ter [uma cabeça que decide tudo], com certeza, tem que ter. Porque na capacitação vamos trabalhar com autogestão, ninguém manda em ninguém, e tal, aí então eles criaram muito aquele, ninguém manda em ninguém, eu não tenho patrão. Tudo bem, ninguém tem patrão, mas tem aquele, a gente tem regras a ser cumpridas, claro, então eu batia muito de frente. Sou contra esse negócio de autogestão (E4).

Com relação à primeira frase destacada, nota-se uma postura autoritária. Como alguém pode tomar conta da autogestão? Avaliando mais de perto a relação desta agente de crédito com as outras do mesmo banco, nota-se que ela assumia uma postura de liderança que, ao mesmo tempo em que trazia benefícios para o banco, também inibia o desenvolvimento das outras, comprometendo a democracia na gestão. Não é de se espantar, portanto, o sentimento de ter tomado conta da autogestão, intensificado com a incredulidade com que esta é tratada, refletida na forma do dizer (um pouco em tom de deboche).

Por outro lado, conforme mostra o segundo trecho destacado, de fato a autogestão não é sinônimo de ausência de regras, mas de igualdade de voz e voto na construção das mesmas.

Esta confusão entre não ter patrão e não ter compromisso foi discutida em grupo focal com as agentes. Na oportunidade, foi mencionado o fato de que as pessoas (incluindo as outras pessoas que compõem o projeto como um todo) às vezes se utilizam da idéia de autogestão para justificar a falta de compromisso com a atividade. Mas, na percepção das agentes, a responsabilidade é ainda maior, sendo

necessária toda uma articulação entre elas de forma a garantir a realização de determinada tarefa ou atividade. A ausência de patrão, conforme mostrado nas discussões, representa a ausência de uma centralidade nas decisões, e não isenção de regras ou compromisso ou obrigação. O patrão, neste caso, são as decisões tomadas coletivamente na comunidade. No final das contas, o patrão é a própria comunidade.

6.2.4. O BCD e a justiça de proximidade

Em sendo as finanças solidárias e, sobretudo o Banco Comunitário de Desenvolvimento, iniciativas que visam a democratização do sistema financeiro por meio da solidariedade e da gestão democrática (FRANÇA FILHO, PASSOS, 2008; PASSOS, 2007), tais iniciativas representam também o que pode ser chamado de *justiça de proximidade*. Segundo Guérin (2003), justiça de proximidade refere-se à aproximação dos excluídos aos seus direitos formais, ou melhor, visa complementar uma justiça padronizada e centralizada, tanto no sentido de diminuir as desigualdades de um acesso deficiente de direitos, como no sentido de completar tais direitos, de forma a minimizar as desigualdades pessoais.

As agentes de crédito, em seu compromisso com o atendimento das necessidades de todos, muitas vezes percebem a análise de crédito como passível de injustiças, criando tensões no dia-a-dia no que se refere à insuficiência de recursos frente a intermináveis necessidades dos usuários.

Desta forma, a análise de crédito é uma tarefa que envolve tanto a preocupação com a justiça, no sentido de aprovar o crédito para quem mais precisa, como a preocupação com o pagamento das parcelas, em uma clara tensão entre a natureza social e a condição financeira do banco. Decidir por critérios puramente subjetivos, ou apenas baseada em informações de vizinhos, pode representar fonte de injustiças.

Esta pesquisa constatou que, ao contrário da prática de bancos comunitários mais antigos de outros estados, as agentes de crédito

rejeitam a consulta a vizinhos como única forma de obter informações sobre os solicitantes. E mais, ficou evidente o peso que o conhecimento geral, ou mesmo a fama de um morador quanto ao fato de ser ou não um bom pagador, tem tanto na análise de crédito como no sentimento de responsabilidade pela inadimplência. As agentes de crédito, sobretudo aquelas que moram nas comunidades menores, de certa forma embasam a análise no conhecimento prévio sobre determinadas pessoas:

No caso aqui agente nenhum chegou muito a procurar os vizinhos, porque aqui é pequeno, então a gente conhece todo mundo, todo mundo se conhece (E1).

Aqui é um lugar pequeno e a gente sabe todo mundo, quem é que gosta de pagar, quem não gosta a gente sabe, porque já fui vendedora de Avon [...], eu já vendi calcinha, roupa nas porta, então a gente sabe que quem gosta de pagar e quem não gosta... (E3)

Tem que saber pra ver quem é, justamente é por isso que as pessoas agentes de crédito é da localidade, porque conhece todo mundo e aí uma pessoa ruim de pagar, o crédito dela é óbvio que vai ser negado (E8).

Em sendo uma experiência de finanças de proximidade, a atuação dos bancos é fortemente marcada pela confiança (ABRAMOVAY, 2005), sobretudo a de que os dados disponibilizados pelo usuário não serão divulgados na vizinhança. Por esta razão, algumas agentes de crédito evitam perguntar aos vizinhos, como forma de garantir a confidencialidade dos mesmos:

Porque é uma coisa muito sigilosa, a gente não pode chegar assim... Porque a gente assim... É quanto mais a gente for discreto melhor, porque tá mexendo assim com a vida alheia né? Então a gente não pode chegar assim, como é Fulano? A gente tem que chegar assim discretamente, como quem não quer nada... (E7)

Conforme já dito anteriormente, contudo, o receio de cometer injustiças faz com que elas também adotem outros expedientes, como, por exemplo, a consulta aos comerciantes:

Aqui vende muito fiado e aí a gente pergunta a alguns comerciantes quando a gente sabe que aquela pessoa, **quer dizer, a gente sabe não, a gente vê a conversa de que ele não gosta de pagar**. A gente pergunta, o fulano como é? Ele paga direitinho? Aí a gente faz desta forma (E10).

A gente não vai mais pelo vizinho porque **às vezes um não gosta do outro, aí pode colocar alguma coisa a mais e a gente acabar acreditando**. Porque é vizinho, a gente vai acreditar, né, no que ele ta falando. Aí a gente prefere se informar com os comerciantes (E12).

Nota-se no primeiro trecho destacado o cuidado das agentes quanto a não se fundamentar somente na própria percepção. A crença de que alguém não é bom pagador não é definitiva, mas resultado do que se ouve na comunidade, e que pode não passar de boato, faz com que as agentes busquem uma postura mais neutra.

No segundo trecho, percebe-se como a frase destacada mostra o sentimento de dependência da informação que pode não ser verdadeira. É muito comum os vizinhos comentarem, muitas vezes sem serem solicitados, para não emprestar para determinada pessoa, que pode indicar um compromisso com o banco ou simplesmente vontade de prejudicar o vizinho por alguma razão. Desta forma, a consciência das relações degradadas entre os vizinhos associada ao senso de justiça faz com que a análise seja acrescida de outros instrumentos, como as planilhas de receitas e gastos que os usuários preenchem no momento da solicitação, como forma de avaliar a capacidade de pagamento, sendo, inclusive, o instrumento primeiro a ser analisado:

A gente conhece as pessoas, mas a gente não tem, não sabe realmente financeiramente realmente o que que ela tem, quanto é que ela ganha, então a gente precisa isso, precisa ter essa informações até por uma questão mesmo de tá organizado dentro da instituição (E2).

Além disso, cabe ressaltar a importância da intuição na análise do crédito, como forma de ponderar a indicação dos vizinhos, mencionada em uma entrevista:

Às vezes nem tudo que é, nem tudo que é falado que as pessoas falem, a gente também pode colocar na cabeça, entendeu? A gente tem que analisar, tem que ter esse sentimento mesmo, pra... Eu acho assim: pra trabalhar em banco mesmo comunitário e tal, você tem que ter um sentimento, porque se você não tiver [...] **esse sentimento de humanidade** sabe? De, de partilha, de, de sei lá, de **amor ao próximo**, então pra, pra... Eu acho que pra trabalhar em comunidade a gente tem que ter, e tem que viver ali e tá vivendo ali na comunidade pra você entender mesmo... (E5)

Sentimento de humanidade, no sentido de amor ao próximo, de partilha, é uma característica atribuída especificamente às mulheres, como sendo construtora da identidade feminina. Tais características ditas femininas são exigidas das mulheres sobretudo no ambiente de trabalho, conforme mostram diversos estudos, inclusive em bancos tradicionais. Ademais, também são exigidas pelas próprias mulheres, tanto de si mesmas como das outras (ANDRADE *et al.*, 2002; BAHIA, 2002; MOURÃO, GALINKIN, 2007).

Como forma de tornar a análise o mais justa possível, o CAC assume o papel de ponderador dos outros critérios de análise do crédito:

Depois que começou no CAC assim, olhar, avaliar todo mundo, quando o... um dizem assim: ah pode emprestar porque essa pessoa é de confiança, é certa e tudo, assim é eu acho que dá mais certo mesmo [...] As pessoa que participam do CAC são as pessoas que moram aqui na comunidade mesmo, aí tem que ser pessoas que já conheçam muita gente do bairro, que já more há muito tempo, aí o pessoal aqui do... do CAC quando avalia é tudo conhecido, aí já conhece assim todo mundo. Ah eu conheço, ah não, eu conheço, ah eu conheço fulano ele paga direitinho é uma pessoa certa, pode emprestar, e às vezes dá certo que tem gente que já tá no terceiro empréstimo, por indicação (E13).

Ao associar a questão da capacidade de pagamento com a necessidade do usuário, aliado a critérios outros que não sejam os ditos isonômicos aplicados pelos bancos tradicionais, mas que imbuem a atividade de um senso de justiça, aproximando o direito de acesso ao

crédito¹²⁰ e o direito de atendimento das necessidades básicas e condições dignas de vida à realidade dos usuários, pode-se dizer que as agentes de crédito pesquisadas exercem a chamada justiça de proximidade.

6.2.5. O confiar desconfiando

A confiança depositada no usuário é um dos elementos centrais da análise de crédito, caracterizando os Bancos Comunitários de Desenvolvimento como iniciativas do campo das finanças solidárias (PASSOS, 2007; FRANÇA FILHO, PASSOS, 2008).

A análise é primeiramente pautada na confiança que o banco deposita no usuário de que ele vai pagar a dívida, assim como o usuário tem confiança de que o banco não o deixará passar necessidade:

Começaram a ter mais segurança... Segurança ao todo, por que antes do banco sempre a gente via as pessoas falando que não tinha nada pra comer...ééé...a luz cortava, a água que não tinha como pagar, essas coisas... E agora com o banco elas tem segurança de que nada disso venha a acontecer (E12).

A ocorrência de inadimplência¹²¹ e de casos em que o solicitante utiliza o dinheiro emprestado para uma finalidade diferente da informada tem impactado também nas percepções das agentes, fazendo com que elas busquem alternativas mais seguras de análise do crédito, ocasionando o “confiar desconfiando”.

Aí veio uma pessoa aqui e falou assim, solicitou um empréstimo, disse que era pra fazer uma coisa, mas na verdade fez outra coisa. Por isso que agora é, a gente ta tomando mais cuidado com esse tipo de coisa. Aí a gente vê qual é a necessidade da pessoa pra

¹²⁰ Conforme reivindicação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, exposta na I Conferência Temática de Finanças Solidárias, ocorrida no período de 03 a 05 de maio de 2010, em Fortaleza/CE.

¹²¹ Convém ressaltar que em todos os bancos pesquisados, o usuário só é considerado inadimplente quando atrasa o pagamento em mais de 30 dias.

realmente a pessoa não tomar o dinheiro dizendo que vai fazer uma coisa e depois fazer outra (E12).

A inadimplência, neste sentido, é vista como uma quebra de confiança, na medida em que o banco é uma instituição comunitária que está a serviço de todos da comunidade, e que aprovou o crédito confiando no pagamento do usuário para a realização de novos empréstimos:

A comunidade pra mim tem sido um pouco falha, porque, uma coisa que foi tão boa e que já serviu a muitas pessoas e tem muito índices de inadimplente, pra mim tá sendo... Uma falha muito grande né? De algumas pessoas, divido (sic) que tomaram empréstimo e não pagaram e **dá onde esse recurso vem tem outras pessoas que a inclusão que deveria também tá recebendo e não estão.** Tem vezes que tem CAC, tem vezes que não tem, devido esses recursos que não tem pra oferecer. Essas coisas... (E9)

Mais uma vez, o senso de justiça e de atendimento às necessidades de todos embasa a percepção das agentes de crédito, conforme destacado no trecho acima.

Com isso, surgem novas formas de garantia de empréstimo, para além da confiança. Uma opção que vem sendo testada em um dos bancos é a indicação de um morador, que o próprio solicitante disponibiliza. Esta indicação funciona como um aval solidário, em que quem indica perde direito ao crédito se o indicado ficar inadimplente¹²². A diferença é que quem indica empenha somente a palavra, não sendo obrigado a pagar pelo devedor. Esta nova forma ainda está na fase de experimentação, não se tendo dados específicos que comprovem a redução da inadimplência. Contudo, a percepção das agentes deste banco é que a alternativa tem contribuído para a redução da inadimplência.

Na sessão a seguir, serão expostas as percepções das agentes de crédito quanto às suas práticas, de forma a avaliar em que medida são afetadas pelas relações de gênero.

¹²² Se isso ocorrer, quem indica perde seu direito apenas durante o período que o indicado estiver inadimplente, reavendo a possibilidade de empréstimo com o pagamento do outro.

6.3. SER – NA – COMUNIDADE: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO ÀS SUAS PRÁTICAS

Busca-se nesta seção compreender as percepções das agentes de crédito quanto ao seu papel no Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), de forma a captar também como as representações de gênero influenciam em suas práticas.

6.3.1. Os alicerces do BCD

As agentes de crédito se percebem como fundamentais para o funcionamento do banco. De certa forma, isto já era esperado, vez que não existe outro cargo na estrutura dos bancos. Tal fato faz com que se sintam o “pilareiro” (E7), a “faz-tudo” (E13), “pau para toda obra” (E8). Ao mesmo tempo em que contribui para que se sintam mais valorizadas, também traz certa insatisfação em alguns casos, no sentido de reprodução do papel doméstico: “Até limpeza a gente faz” (E13), em que não há valorização.

Com relação à reprodução do papel doméstico, cabe ressaltar que muitas das agentes de crédito exigem de si mesmas o mesmo cuidado com o banco com o que se tem em casa, sendo, em alguns casos, ainda mais exigente, por reconhecer que a cobrança no espaço público é maior:

Então em casa a cobrança é minha, eu que cobro, e lá [no banco] as pessoas cobram de mim, e claro tem que... Que cobrar, e eu tenho que... Estar ali em dias (sic) pra tá aqui, quando eu seja cobrada, eu saber justificar aquilo, né? (E2)

Embora muitas relatem apenas as suas atividades quando perguntadas sobre o que fazem no banco, nota-se que o que fundamenta a ação é exatamente a função social do BCD e, como consequência, de si mesmas. Vale ressaltar que as agentes de crédito que estão há mais

tempo na atividade têm a percepção de sua função social ainda mais forte que as mais novas:

... Entender o ser humano mesmo, a importância é essa mesmo, é você sentir mesmo o seu coração que, que realmente é aquilo que você quer entendeu? E que... Pra você fazer aquele papel, aquela gestão ali, você tem que realmente você entender as pessoas mesmo, porque não é pra todo mundo não, você tem que tá mesmo disponível, você tem que ter disponibilidade mesmo pra você fazer aquilo. (E5)

As mais antigas de fato se imbuíram do sentido de economia solidária, pois percebem mais claramente a relação existente entre a função social e o aspecto econômico da atividade, ou melhor, como a atividade econômica pode ser um meio de se alcançar outros objetivos, sobretudo os relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; LAVILLE E GAIGER, 2009).

Por outro lado, algumas agentes mais novas ainda mostram estar em processo de repetição de discursos. Não se afirma aqui, contudo, que a repetição signifique a falta de conhecimento sobre o tema, ou mesmo que não compartilhem tal ideologia. Ao contrário, a repetição histórica (conforme aparenta ser o caso) busca o deslocamento, o historicizar do sujeito no discurso (ORLANDI, 2007). Nestes casos, de fato existe a crença, ou talvez esperança, na economia solidária como mecanismo de superação da pobreza, mas não a compreensão muito clara da articulação entre o econômico, o social e o político na prática (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2006). Esta clareza do sentido advém com o tempo e a prática, conforme ocorreu com as agentes mais antigas.

6.3.2. A profissão de Agente de Crédito

A identidade de agente de crédito mostra estar em processo de construção nas mulheres entrevistadas, sobretudo nas que mais recentemente assumiram a função, principalmente por não haver ainda o

reconhecimento social mais amplo da atividade. Este fato é explicado no estudo de Oliveira (2005), em que se confirma o caráter dialético e dinâmico da identidade.

Para Oliveira (2005), a importância de definir-se enquanto *algo* – ao invés de alguém que executa determinada atividade – traz a ilusão de permanência com relação a novas condições para os sujeitos. O fato de a identidade ser entendida comumente como algo fixo, e não como um processo, mascara a importância das percepções na sua construção.

A construção da identidade sofre grande influência das percepções que o sujeito tem quanto ao seu papel, determinado pelas instituições (OLIVEIRA, 2005). Neste sentido, as percepções das agentes de crédito quanto ao seu papel nos BCDs tem grande impacto na construção da própria identidade de agente de crédito.

Ser agente de crédito, nas percepções das agentes, é uma atividade social que tem como finalidade o desenvolvimento da comunidade por meio de melhorias individuais nas vidas dos moradores, conforme dito no item 6.2.

Desta forma, a importância dada ao cuidado com os outros, ao compromisso com estas melhorias, aparenta embasar a nova identidade em construção, conforme mostra a frase destacada do trecho abaixo:

O agente de crédito é importante porque ele está aqui sempre é... Ajudando essas pessoas quando vem até nós, aí tem assim: é... Quando a gente fala dessas pessoas, a gente fala assim: do coração, às vezes do coração, porque quando a gente vê as necessidade, a gente fala: olha, Fulano precisa mermo (sic), quando a gente foi na casa de Fulano, quando a gente vê que Fulano é muito precisada, então eu acharia mesmo que essa pessoa merece o crédito, porque a necessidade dela é muito grande... (E7)

O jogo entre igualdade e diferença é importante no processo de identificação. O sujeito constrói sua identidade com base no que ele percebe como igual a si e diferente de si. Assim, a atividade profissional é construtora da identidade no sentido de singularizar o sujeito na

sociedade, congelando a ação no tempo e, desta forma, trazendo o sentido de permanência (OLIVEIRA, 2005).

Cabe lembrar que, segundo Chodrow (1979), a identidade de gênero é formada a partir da identificação primeira com o sexo, no jogo igualdade – diferença com a mãe e o pai, intensificada com os processos de socialização secundária.

O sentido de a mulher ter sua identidade construída com base na ajuda ao outro (ANDRADE *et al.*, 2002; BAHIA, 2002; GUÉRIN, 2003; MOURÃO E GALINKIN, 2007) em muito pode indicar o caráter “gendrado” da atividade de agente de crédito, ou seja, o ajudar o outro é marcadamente uma atividade feminina, assim como a atividade de agente de crédito, logo a atividade de agente de crédito é feminina, conforme mostram os destaques nos trechos a seguir:

A mulher tem um jeito mais, assim carinhoso na forma de tratar as pessoas, os homens são mais grossos. [...].. No trabalho, no atendimento às vezes eu acho assim, quando as pessoa, os cliente vêm se cadastrar, se inscrever assim, eu acho que o homem... Sei lá, as mulheres deixa até relevar mais, **eu acho que as mulheres pensa mais em ajudar do que os homens.** [...] Eu não sei porque às vezes as mulheres sofrem mais, é dependente às vezes assim dos maridos, aí às vezes quer ajudar as outras pessoa, eu acho que as mulheres são mais solidárias. (E13)

Uma forma de cuidar da sua comunidade. Acho que os homens não tem tanto interesse, aqui mesmo no caso dos homens interessados em trabalhar foi primeiro dois, depois caiu pra um. Os homens não tem tanto interesse assim, então geralmente são mais as mulheres mesmo. **As mulheres têm mais essa vontade de proteger, de cuidar.** (E6)

Com isso, a identidade de agente de crédito é construída em referência à atividade profissional nos bancos convencionais. Justamente pelo caráter contestatório dos BCDs, em que a questão da ajuda ao próximo assume a centralidade da atuação, a identidade de agente de crédito é construída na tentativa de ser diferente dos analistas de crédito dos bancos convencionais, especialmente com relação à consulta a

cadastros de restrição ao crédito, conforme mostram os trechos destacados a seguir:

A gente não se preocupa se ele deve ao SPC e SERASA e tudo, porque às vezes ele não tem oportunidade de pagar aquela dívida que teve antes por estar desempregado, e tudo, então a gente procura chamar ele, né? (E1)

A gente explica direitinho pra as pessoas que as pessoas têm que fazer um cadastro, traz o RG, CPF e comprovante de residência, e a consciência da pessoa, aí essa pessoa diz assim: ah meu nome tá sujo, não exige SPC e Serasa? Aí eu digo: não. **O SPC, Serasa é sua consciência...** (E7)

Porque o que o banco comunitário faz nenhum outro faz, nenhum outro banco faz, que é tipo assim, **não consultou SPC. Aqui a gente trabalha na base a confiança**, aqui as pessoas se abrem sobre o que acontecem com ela o porquê ela esta precisando estas coisas. (E12)

Por outro lado, a valorização da atividade e de si mesmas é buscada na identificação com “os outros bancos”, os bancos convencionais. Este aspecto não só é relevante no sentido de tentar se tornar tão importante porque ajuda a comunidade, mas também porque a atividade exercida é semelhante à dos analistas de crédito convencionais. Este fato é observado especialmente dentre aquelas que se tornaram agentes de crédito mais recentemente:

Eu me sinto.... um, um, uma caixa de um Banco do Brasil (risos) [...] eu me sinto normal, eu tô ali atrás dos computadores, normal, como se fosse mesmo um banco grande, e atendo normal, mesmo assim, eu queria que alguém já chegasse igual a você mesmo, eu atendo bem, normal mesmo assim, converso, brinco, as pessoas mesmo ficam toda a vontade, aí me sinto bem, me sinto com se eu tivesse no banco mesmo de verdade, que é um banco né? Mas não é um banco, como é que se fala? Convencional, né? Mas espero que vai implantar [correspondente bancário], né? Pelo amor de Deus... (E11)

O trecho acima traz informações valiosas, se analisado não somente o intradiscorso, mas também o interdiscorso. Primeiramente, o rir ao afirmar que se sente um caixa do Banco do Brasil pode revelar não

somente o contentamento com esta sensação, mas também certa ousadia em se sentir assim, justamente pelo fato de não se ter as mesmas condições de trabalho do Banco do Brasil, nem por se considerar qualificada o bastante para tanto. O termo “normal” revela o sentimento de exercer uma atividade sem exploração, na concepção da entrevistada, como se as atividades de um funcionário do Banco do Brasil, com salários maiores e com benefícios sociais, fossem as atividades “normais”, diferente da percepção das atividades a que ela teve acesso antes de ser agente de crédito. Outro fato de extrema relevância é com relação ao uso de computadores. Além de reforçar o caráter de trabalho “normal”, ainda traz o contentamento do acesso à tecnologia. Neste ponto, convém destacar a dupla importância da inclusão digital para as agentes: não somente como sujeitos submetidos a processos de exclusão social, que não tiveram oportunidades de qualificação tecnológica, mas principalmente por serem mulheres, historicamente vistas como incapazes de lidar com a tecnologia (NEVES, 2002). Neste sentido, o correspondente bancário assume extrema relevância no processo de identificação com os bancos convencionais.

O mesmo se verifica no trecho a seguir:

Ser agente de credito é uma profissão sim, porque não tem assim... Profissional de outras coisas? Não, tem professora, ser... Eu me considero uma profissão porque, **me considero assim tipo assim: uma bancária...** A mesma coisa dos outros bancos só tem diferença dos, das consultas e dos juros, então eu acho que uma profissão, ser um agente de credito é uma profissão. (E3)

Nota-se claramente no trecho acima a relação de identificação e diferenciação com os bancos convencionais no processo de construção da própria identidade profissional, ao afirmar que a única diferença entre a própria atividade e a atividade de bancária é na consulta aos cadastros de restrição ao crédito.

Vale destacar como as responsabilidades, as exigências da comunidade e da Incubadora são importantes no processo de autovalorização. Para muitas agentes de crédito, a ocupação fora do

âmbito doméstico, com as exigências e responsabilidades semelhantes às de outras atividades profissionais são formas de valorização da própria atividade e de si mesmas, exemplificada na fala “a vida de agente de crédito é uma correria” (E12).

Contudo, o reconhecimento da agente de crédito na comunidade como alguém importante, ao mesmo tempo em que há invisibilidade da atividade na sociedade, se constitui um paradoxo na vida destas mulheres.

Antes eu era uma pessoa que ninguém me conhecia, depois que estou no banco muita gente me conhece, me procura. Humm, isso pra mim é muito gratificante [...] Você estar num lugar, a pessoa já te conhece, procura você. Porque você tá naquela função, e antes não, no meu caso é maravilhoso. Ô tem uma agente de crédito ali, ela faz parte do Banco Comunitário. [...] **Todo trabalho é uma profissão, né?** Eu entrei aqui não sabia nada, vou sair daqui agora com muitos conhecimentos. Com as pessoas, quando cheguei aqui era tímida, hoje eu me solto mais com as pessoas. É uma profissão. [...] [O trabalho de dona-de-casa] é uma das profissões mais difíceis. (E8)

Quem me dera! [...] Ah! **Todo mundo me pergunta: o que você faz? Aí eu digo: sou agente de crédito, o que é isso? Ah, eu trabalho com Banco Comunitário**, trabalho com comunidade, e tudo... Pra mim é uma profissão, porque eu gosto. Eu podia ser médica, se eu não gostasse eu... não ia ser minha profissão então. (E1)

Nos destaques acima, nota-se o esforço de reconhecimento da atividade, seja acreditando que todo trabalho se constitui em uma profissão, seja acreditando que o que torna uma atividade uma profissão é o amor com que se trabalha. As agentes buscam relações da sua atividade de agente de crédito com outras atividades, seja por meio da semelhança ou diferença, como forma de legitimar sua atividade como profissão.

Vale destacar a única dissonância, que afirma ser a atividade uma doação, não profissão, reforçando mais uma vez o caráter social e feminino da atividade:

Eu não acho que não é um trabalho não. Eu acho que é **doação** mesmo, uma coisa assim de... [...], de amor mesmo. E eu não deixo pra nada (E5).

A busca pela valorização da atividade enquanto profissão, como forma de legitimá-la na sociedade, ocorre mais nitidamente quando há a busca por semelhanças com outras atividades já legitimadas, conforme verifica-se a seguir.

A agente de crédito é a psicóloga da comunidade

Neste caso, o caráter de psicóloga se expressa quando a agente de crédito escuta mais atentamente os usuários, conquista a confiança, extrapolando o sentido de atividade bancária ao se tornar mais próxima dos moradores, que se sentem mais à vontade para compartilhar seus problemas e angústias.

As agentes de crédito tava, acaba sendo uma espécie de psicólogo. Porque as pessoas que você já tem mais intimidade né? Chega assim e começa a falar: que foi tomar esse crédito, por esse, esse motivo, não são todos mas algumas sim, e que o filho tá passando por tal dificuldade, né? E que ela não consegue fazer tal coisa com o filho, o que que vai fazer? E que tem problema com a mãe, e que o marido tá passando por, né? (E2)

As pessoas param a gente na rua pra conversar sobre as suas necessidades, tô precisando disso, disso, e aí como é que eu faço lá pra tomar um empréstimo? O agente de crédito é também como fosse um conselheiro, entendeu? É a pessoa que chega aqui e vem fazer a análise de crédito, depois senta com a gente pra conversar e começa a contar a vida dele, aí o que vocês acha aí... tipo também um conselheiro. (E7)

A confiança conquistada na coleta de informações para a liberação de crédito se expandiu a ponto dos usuários confiarem outras questões pessoais, inclusive desnecessárias para a aprovação do crédito. Foram relatadas situações em que os usuários vão ao banco somente para

conversar, pedir conselhos ou desabafar, reforçando o caráter de psicóloga da comunidade.

Este papel é desempenhado em diversas situações, seja somente na escuta descomprometida, na compreensão dos problemas que impedem o usuário em pagar em dia ou mesmo quando o usuário compartilha determinadas informações e pede para que não sejam relatadas no CAC.

A agente de crédito é a advogada dos usuários

O sentido de advogada dos usuários se expressa mais fortemente durante os CAC, em que as agentes de crédito se esforçam para fazer aprovar determinado crédito, quando percebem que o solicitante tem o merecimento, ou tem grande necessidade.

Eu costumo dizer que as agentes de crédito é advogado do seus clientes, dos seus usuários, então eu só se fosse um caso mesmo que, eu vejo assim, de início se fosse uma coisa a pessoa vai solicitar um empréstimo e a gente não tem como negar, você não vai poder fazer sua ficha aqui, então a gente faz a ficha, ai a gente leva pra o CAC, mas há casos que a gente vê que não tem condições, então eu mesmo já digo, eu fiz análise, eu, eu recebia a pessoa e tal, mas a pessoa era assim, assim, assim, entendeu? E... A gente já teve problemas e tal, aí eu não vou defender... [...] É porque eu acho que, é... Eu procuro ver o lado bom daquilo, né? Ou no caso a necessidade mesmo eu exploro mesmo, a pessoa veio e fez isso e eu só falto chorar, então é uma forma de convencer, né, os demais que realmente passa necessidade, sem contar que a gente vai também pelo financeiro, vai olhar se tem condições, se não vai pagar, mas eu, eu acho que eu, eu... Assim... Não é passando segurança, mas eu me comprometo com o problema dos outros, entendeu? (E2)

Contudo, este papel só pode ser exercido quando conta com a colaboração do usuário no sentido de disponibilizar as informações necessárias à sua defesa.

A agente de crédito que realiza o cadastro só pode opinar durante as reuniões, e não votar. Esta situação reforça a obrigação percebida em defender o usuário, pois requer uma capacidade maior de convencimento.

Este compromisso com a defesa foi resumido na seguinte frase: “às vezes, até parece que é com a gente” (E5).

O BCD é o pronto-socorro da comunidade (ou: A agente de crédito é a enfermeira da comunidade)

A percepção de ser a enfermeira da comunidade advém do caráter de pronto-socorro do BCD, no sentido de que os moradores contam com os empréstimos no banco para atender alguma necessidade urgente.

Eu conheço pessoas que se beneficiou com esse projeto, pra fazer cirurgia, o dinheiro [...] pessoas que tava sem nada dentro de casa pra... pra dar aos filhos, então o banco GUINE é um pronto socorro, então esse banco veio na hora certa, apesar de muitas pessoas ficar só criticando, porque não sabe... (E7)

O banco comunitário é o enfermeiro, é conselheiro... (risos) É tudo da comunidade. (E12)

A percepção de enfermeira da comunidade faz com que elas se empenhem não apenas na liberação do crédito, mas também no atendimento de usuários fora dos horários determinados, na rua, realizando CACs extraordinários para solicitações específicas, ou mesmo liberando o crédito sem o devido debate em grupo, em casos extremos.

O sentido de ajuda ao próximo é bem demonstrado na identificação como enfermeira, requerendo das agentes certa flexibilidade com relação às normas e à própria atuação.

O caráter de gênero é muito reforçado na identificação com a enfermeira, não apenas por este representar um nicho de atuação profissional de mulheres (MOURÃO E GALINKIN, 2007), mas por representar o principal mecanismo de demonstração da própria sensibilidade em sua atuação profissional.

6.3.3. O sofrimento da Agente de Crédito

O sentido de ser uma atividade voltada para o atendimento das necessidades do outro reforça o perfil da agente de crédito como uma pessoa sensível, exercido por meio da escuta atenta, da flexibilidade, do respeito, da capacidade de se colocar no lugar do outro. Constantemente as agentes se cobram um senso de responsabilidade com o usuário, sendo este imprescindível para a atuação no BCD.

Convém destacar a ressalva que se faz entre ser sensível e humana e aprovar o crédito. O fato de ser sensível ou flexível nas ações do banco não significa necessariamente que toda solicitação considerada justa ou baseada em uma necessidade importante será aprovada. A sensibilidade está, segundo as agentes, também na forma em que se nega um crédito, na forma em que se cobra uma parcela atrasada ou mesmo no ouvir alguém pouco comprometido com o sentido do banco (informação verbal¹²³).

Esta sensibilidade reforça o sentido de sofrimento entre os próprios desejos e as atribuições que a sociedade impõe às mulheres (GUÉRIN, 2003), sendo demonstrado quando afirmam que “a agente de crédito é uma sofredora” (E5).

A característica de ser sensível às necessidades dos outros, de estar sempre pronta a escutar, ajudar, faz com que o exercício da atividade seja também fonte de sofrimento.

Não se fala aqui em sofrimento físico ou psíquico, mas ao sofrimento atribuído exclusivamente às mulheres, estando presente no já-dito “as mulheres sofrem”. De fato, as mulheres sofrem com as desigualdades a que estão submetidas, mas a exigência de extrema sensibilidade aos problemas alheios representa mais uma fonte de sofrimento.

¹²³ Informação colhida em Grupo Focal realizado com as agentes de crédito em 01 de julho de 2010.

Sendo assim, as agentes afirmaram sofrer quando o crédito de determinados usuários não é aprovado, quando percebem que o usuário quer pagar a dívida, mas tem algo que o impossibilita, quando algumas pessoas participantes dos projetos não demonstram estar imbuídos do sentido da autogestão e, principalmente, quando a taxa de inadimplência do BCD sobe (informação verbal¹²⁴). O sofrer, desta forma, também mostra contribuir fortemente na construção da identidade de agente de crédito.

6.3.4. A questão da remuneração das Agentes de Crédito

A escolha em trabalhar no BCD, para a maioria, foi pautada na ajuda ao próximo, no desejo de atuar em prol de melhorias na própria comunidade, pela sua natureza social, e não por considerar uma atividade profissional, mas um trabalho voluntário, compreendido como trabalho individual complementar ao trabalho gerador de renda, oferecido em comunidades por ONGs. Pode-se ainda considerar que a atuação no âmbito público contribui para uma melhor avaliação de si mesma, fazendo com que se sintam mais valorizadas enquanto sujeito:

Acho assim porque **o trabalho voluntário que a gente faz** é importante, eu gosto assim, pelo seguinte que acho que a gente faz esse trabalho aqui a gente tá ajudando assim, aquelas pessoas bem humilde que tá precisando, que vem aqui, aí eu digo assim, eu fico feliz quando as pessoa vem aqui que pega um empréstimo, que consegue, que é bem humildzinho que ai vem aqui e traz 'ah eu peguei aquele dinheiro, já tô vendendo isso tá dando certo, depois eu venho pegar de novo pra crescer mais a minha vendas', essas coisas assim... (E13)

Este fato é extremamente relevante no que se refere à percepção da ocupação como uma atividade profissional, vez que não recebem salários nem benefícios sociais como em um emprego formal, mas a

¹²⁴ Idem.

consideram tão importante como qualquer outro emprego, contribuindo inclusive para a elevação da autoestima.

Muitas afirmam não ter tido conhecimento de que receberiam auxílio financeiro para o exercício da atividade. Contudo, nos casos em que sabiam do pagamento de bolsa-auxílio, a escolha foi muito influenciada pela necessidade de aumento da renda.

A questão da remuneração surgiu em todas as entrevistas, ressaltando sua importância para o sentimento de valorização destas mulheres, mesmo quando se queixavam do montante insuficiente para o atendimento de suas necessidades básicas, ou quando o utilizavam para ilustrar o caráter voluntário da atividade, conforme se vê abaixo:

A gente sentou, reuniu, falou: 'ô gente, não... não... tá difícil, porque temos nosso afazeres dentro de casa, a gente tá deixando de fazer nossas coisas', porque... até porque **a gente não era assalariado**, tá se matando... Então a gente achou por bem parar três dias [...] (E7)

A entrevistada acima relatava a decisão de redução do horário de funcionamento do BCD, que impossibilitava a conciliação com as atividades domésticas. Nota-se que a questão da remuneração é central na percepção da atividade, no sentido de que não justifica um ritmo de trabalho muito grande, embora o compromisso com a comunidade justifique o atendimento em qualquer hora, qualquer lugar, como se vê no trecho a seguir:

A pessoa passa: 'ah eu sei que não tá no seu horário', não, pra mim não tem esse negócio de horário, de informação, não, **eu dou informação a qualquer hora, a qualquer lugar**, agora assim, eu falo assim: 'passa lá no banco pra a gente conversar melhor, né? A gente pode sentar, conversar, ter mais tempo, não é a mesma coisa de está no meio da rua, né?' Passando informação, mas se quer qualquer informação eu tô ali pra tá passando [...] (E2)

Já a entrevistada acima reforça o caráter comunitário da atividade, além do sentido de ajuda ao próximo, embora ao longo da entrevista tenha demonstrado que o aumento da remuneração, advinda da mudança

da fonte pagadora, tenha impactado na percepção quanto ao aspecto profissional da atividade.

Não se sabe exatamente até que ponto a falta de conhecimento com relação ao pagamento de bolsa não envolvia também uma esperança de que isso se efetivasse. É bastante comum o pagamento de bolsas para participantes de projetos sociais, contribuindo para a expressão “ongueiro”, que se refere às pessoas, sobretudo jovens, que sobrevivem por meio do recebimento de bolsa pela participação em diversos projetos sociais de ONGs. Tal fato é ilustrado pelo trecho abaixo:

Aí ele [o irmão] falou assim: ‘ah vai participar é muito bom, eu tô participando, ajudando’ e hoje em dia ele é empregado pela prefeitura, por esse projeto [pelo projeto de ajuda aos idosos na comunidade]. (E13)

A ocupação de agente de crédito, destarte, ainda é percebida como uma forma de participação em um projeto social, reforçado pelo recebimento de bolsa-auxílio, e não salário.

A escolha de trabalhar no BCD, não obstante, tem forte influência na ajuda ao próximo, o que reforça a percepção de que também é um trabalho voluntário, uma vez que as experiências anteriores no mercado de trabalho, em geral, são lembradas como exploratórias e negativas. A remuneração considerada insuficiente, neste sentido, contribui para a insegurança quanto ao caráter profissional da atividade.

Assim, pode-se afirmar que o recebimento de bolsa-auxílio impacta profundamente na percepção da atividade como profissional ou voluntária.

A atividade de agente de crédito, desta forma, é baseada no paradoxo entre trabalho profissional e trabalho voluntário, entendido como não-profissional, na medida em que as agentes percebem um apelo emocional maior do que o exigido em outras atividades profissionais ao

mesmo tempo em que as exigências cotidianas da atividade se assemelham às exigências do mercado de trabalho. Vale ressaltar que tais percepções variam em intensidade de acordo com os BCDs.

O sentido de economia solidária ainda é pouco percebido com relação à hibridização de economias (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004), mas muito mais como uma forma de trabalho em que há mais respeito entre as pessoas. Poder-se-ia dizer que o fato de respeitar mais o outro é uma forma de sobrepor o social ao econômico, mas esta é uma definição pouco clara para as agentes, sobretudo para as mais recentes. A articulação entre o fazer econômico e o impacto social é mais fortemente percebida na relação do BCD, enquanto instituição, e a comunidade. O exercício da atividade de agente de crédito é visto, contudo, como uma forma de garantir que o cuidado com o outro será mantido em uma atividade econômica.

Na próxima seção, será feita a discussão sobre as percepções de gênero das agentes de crédito, como tais percepções impactam na sua atividade profissional, e se foram de alguma forma modificadas pela atuação no BCD.

6.4. SER – NO - MUNDO: PERCEPÇÕES DAS AGENTES DE CRÉDITO QUANTO A SER MULHER

Primeiramente, será feita a relação entre como as agentes de crédito percebem a articulação entre as atividades no BCD e suas obrigações de mulher. Em seguida, será analisado como a atividade no BCD impactou em suas percepções de gênero, possibilitando mudanças em si mesmas e nas suas percepções quanto a ser mulher.

6.4.1. As obrigações familiares e a atividade no BCD

Não foram observadas diferenças significativas entre as percepções de gênero das mulheres agentes de crédito e as relativas a outros estudos (ANDRADE *et al.*, 2002; BAHIA, 2002; MOURÃO E GALINKIN, 2007).

Verifica-se que, em geral, as agentes de crédito compartilham representações de que é papel da mulher cuidar da família, destacando-se que a satisfação de trabalhar em um BCD advém da possibilidade de melhor conciliação com as atividades domésticas, dentre outros fatores, conforme se vê a seguir.

Eu faço as minhas coisas em casa, procuro correr ao máximo... Pra poder estar aqui no horário... Por acaso não puder, por alguma coisa justa, eu sempre falo pra a minha colega [...] [o que é uma causa justa?] Causa justa pra mim é... Por exemplo, **se um filho meu precisar de um médico...** Deixa eu ver... Hoje é segunda-feira, sexta-feira mesmo eu não pude vir, porque eu tive que ir pra o colégio da minha menina, que ela tem dez anos, aí teve a reunião, ela me deu o convite, né? Eu fiz questão de ir, pela idade também que ela tem pra saber como está ela no colégio, o que ela tá fazendo, deixando de fazer, então a professora vai me passar alguma coisa, **porque além de eu comigo em casa, eu sei porque tô vendo, mas fora, então eu tenho que me ligar**, então pra mim é importante e também fica uma coisa justa. (E9)

Nota-se no destaque acima que a causa justa para se faltar ao trabalho refere-se à necessidade do filho em ir ao médico, ou qualquer outra necessidade dos filhos, como se pode observar na seqüência. O sentimento de justiça não advém somente do fato de que um empreendimento de economia solidária compreende as obrigações e necessidades dos sujeitos fora do âmbito público, mas muito mais pelo fato de ela ser mulher, logo com obrigações referentes ao cuidado com os filhos. No trecho acima, ainda destaca-se o sentido de tomar conta da menina, para ver o que ela está fazendo, que pode representar uma forma de controle da liberdade da filha. Este controle, que daqui a poucos anos tende a se ampliar para a sexualidade, é um dos fatores que explica a dominação masculina pelas teorias do patriarcado, sendo exercido zelosamente pelas mães (GUÉRIN, 2003; SCOTT, 1990). Esta entrevistada foi a que mostrou ser mais submissa ao marido, ao demonstrar que tem pouco poder de decisão sobre a própria vida (podendo explicar a razão de ter escolhido o banco pela possibilidade de “mexer com dinheiro” (E9)), como mostra o trecho a seguir:

Quando eu fui, a gente teve uma conversa, ele deixou. **Eu também só fui porque ele deixou, ele, ele, ele concordou, né?** Porque também sou casada, se ele... Tivesse algum problema de discordar (sic) eu não... Tinha como eu ir avante porque né? E aí ia complicar também meu lar, meu casamento, mas ele se chateou porque depois que o menino caiu doente, que ele viu, aí ele ficou assim, nervoso, mas depois tudo se tornou bem, graças a Deus [...] (E9)

No trecho abaixo, observa-se como o fato de o trabalho no banco ser meio-período facilita a conciliação com as atividades domésticas:

De manhã, eu tenho a manhã toda pra fazer as minhas atividades domésticas, faço as atividades do meu filho e de tarde eu tô aqui, na boa. Em casa também tem pouca coisa pra fazer, né? **Por eu estar a manhã toda dentro de casa, a noite também**, não tem muita coisa pra fazer. (E8)

A entrevistada acima é muito ressentida com o que considera falta de apoio do marido, uma vez que, na sua concepção, ele deveria ajudá-la nas atividades domésticas: “Eu presencio isso todos os dias, quando chega em casa é só comer, beber e dormir e assistir televisão. Por que eles não procuram ajudar as mulheres?” (E8). Ressalte-se, contudo, que o fato de esperar *ajuda* do marido nas atividades já reforça o sentido de que a obrigação é apenas da mulher. Se fosse responsabilidade de ambos, não seria ajuda, mas divisão do trabalho doméstico.

Nos relatos das entrevistadas, a divisão de trabalho nos BCDs (meio-período) é boa porque permite a melhor conciliação entre as tarefas domésticas e as profissionais. Este fato reforça o sentido de as mulheres buscarem no mercado de trabalho ocupações que permitam a conciliação das atividades domésticas e profissionais, muitas vezes aceitando condições desfavoráveis que as colocam em situação de maior vulnerabilidade¹²⁵ (ÁVILA, 2002; GUÉRIN, 2003). Em alguns casos, inclusive, favorece a busca das agentes de crédito por melhor escolaridade, sendo esta uma necessidade percebida por todas como forma de aumentar a própria empregabilidade, se configurando, na prática, como forma de se atingir patamares mais elevados no mercado de trabalho, especialmente com relação aos homens (NEVES, 2002).

Contudo, nenhuma agente revelou ter pensado nas atividades domésticas no momento da escolha em trabalhar no BCD. Ao contrário, o desejo de exercer uma atividade fora do âmbito doméstico, ainda que muitas não tenham encarado naquele momento como uma atividade profissional, fez com que as agentes esquecessem suas obrigações na família, ainda que temporariamente.

Este fato decorre da necessidade de se ter uma ocupação, justificada inicialmente pelo bem feito à comunidade e, posteriormente, pela renda, mas que representa mais profundamente o desejo por mais autonomia. As atividades domésticas, neste caso, ficariam relegadas ou a

¹²⁵ Os empregos de meio-período, assim como outros tidos como flexíveis, são entendidos como vulneráveis, por representarem menor remuneração e pouco ou nenhum acesso a benefícios sociais.

familiares, sobretudo às mães e irmãs das agentes, ou a redes de solidariedade entre vizinhas, menos comuns.

O caráter de renda complementar (MUTALIMA, 2008) reforça a necessidade de conciliação dos afazeres domésticos com a atividade no banco, já que a renda principal é advinda da atividade do cônjuge. Desta forma, assim como o trabalho de Andrade e colaboradores (2002) comprovou, nota-se que a atividade profissional, independente de ser no banco ou outra qualquer, é secundária aos afazeres domésticos, sendo esta representação compartilhada também pelas agentes de crédito.

A tensão que grande parte das mulheres no mundo vivencia, que refere-se ao desejo por mais autonomia e sentimento de responsabilidade pelo lar e pelos filhos (ÁVILA, 2002; GUÉRIN, 2003) é refletida nas agentes de crédito pela satisfação em poder trabalhar por meio-período, conciliando adequadamente ambas as atividades. Ainda assim, dadas as necessidades materiais de cada uma delas, algumas ainda afirmaram que prefeririam trabalhar o dia todo se isso representasse incremento na renda, destacando o caráter econômico da atividade.

6.4.2. Outras percepções de gênero relevantes

Embora a questão de conciliação das atividades domésticas e profissionais tenha sido mais evidente, cabe relatar outras percepções importantes como resultado da pesquisa.

Grande parte das agentes de crédito não afirmou nas entrevistas notar diferenças significativas de tratamento entre homens e mulheres, sejam nas atividades internas do banco, sejam no relacionamento com usuários homens e mulheres.

Quando analisadas mais profundamente, contudo, nota-se que as agentes de crédito percebem as mulheres como pessoas mais sensíveis, mais caridosas, mais preocupadas com o outro, mais cuidadosas, mais humanas, com maior facilidade de comunicação, ou seja, com um perfil

mais emocional, o que seria mais adequado para a atividade que exercem. Este fato pode ser visualizado mais fortemente nos trechos a seguir:

Na hora de analisar a solicitação de crédito, é mais **cuidadosa**. O homem não é tão cuidadoso ao analisar uma solicitação quanto a mulher (E10)

Porque a mulher... Mulher é... Sei lá, acho que a mulher é mais assim, **mimosa**, assim, não fazem certas perguntas, sei lá. Eu não acho diferença nenhuma, né? Mas... Pra ir direto assim, na casa de uma pessoa, ainda mais quando a solicitante é mulher, eu acho melhor mulher. (E11)

Homem é mais é... Mais grosseiro né? Na forma de falar, o jeito de homem falar é mais, é... Mais grosseiro, mulher é mais **sensível** [...] (E7)

A mulher tem um jeito mais, assim **carinhoso** na forma de tratar as pessoas, os homens são mais grossos. [...] Eu acho que essa parte, assim, de dar o atendimento, eu acho que como agente, assim, eu não sei, possa ser que tenha assim... Mas eu acho que, homem às vezes é mais rígido. [...] ...No trabalho, no atendimento às vezes eu acho assim, quando as pessoa, os cliente vem se cadastrar, se inscrever assim, eu acho que o homem... sei lá, as mulheres deixa até relevar mais, eu acho que **as mulheres pensa mais em ajudar** do que os homens. (E13)

Talvez porque a mulher é mais **sentimental** e... Tem, tem momentos como eu falei, a gente tem que ter flexibilidade, a gente tem que... É não sei, talvez porque a mulher ela sabe o que acontece dentro de casa, o que passa, o que a outra pode tá passando, então ali no momento da decisão de crédito pode influenciar. [...] Eu acho que **a mulher passa mais confiança**. Tanto pra outra mulher quanto pra o homem. Inspira confiança, então, já que tem que ter aquela relação de confiança, eu acho que fica mais fácil pra mulher. (E1)

Nota-se nas palavras e frases destacadas nos trechos acima como as agentes de crédito compartilham representações do feminino, que conferem às mulheres uma postura mais emocional. É justamente esta postura emocional que elas entendem como sendo adequadas ao perfil da agente de crédito, sendo fundamentais para a construção desta identidade. Vale ressaltar, como dito anteriormente, que tais representações estão de acordo com as representações do feminino da

sociedade como um todo, vindo a reforçar os achados de estudos realizados em outras organizações (ANDRADE *et al.*, 2002; BAHIA, 2002; MOURÃO E GALINKIN, 2007).

Entretanto, apesar de demonstrarem perceber as mulheres com características específicas que estão em consonância com a finalidade do banco e com as expectativas da comunidade (e também da Incubadora), quando perguntadas especificamente, a maioria ainda afirma que não há diferença nas relações entre homens e mulheres no banco, seja no âmbito do Projeto, seja com os usuários.

Desta forma, há de se perguntar como o discurso de igualdade esconde, no plano subjetivo, relações desiguais entre homens e mulheres, ou ainda, como a condição de desigualdade de gênero está tão naturalizada na sociedade e, mais especificamente, nas comunidades visitadas, que não são percebidas mesmo como desigualdade, mas como relações “normais” entre sujeitos. Utiliza-se aqui o termo *normal* justamente por ter sido amplamente utilizado nas entrevistas quanto às relações entre homens e mulheres.

No grupo focal realizado em 01 de julho de 2010, com nove das atuais doze agentes de crédito, elas mostraram reconhecer as conquistas das mulheres na sociedade, realizando comparações entre o passado e o presente na vida das mulheres.

Percepções das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade em busca de espaço foram relatadas, mas o que marcou o encontro foi a postura positiva frente à mudança, a conquista de mais espaço político¹²⁶ e a condição de cada vez mais igualdade em comparação aos homens, embora reconheçam que não se chegou ao padrão ideal.

Ainda é possível observar a repetição do discurso de conquista feminina, em que as mulheres têm mais poder, têm igualdade formal, mas ainda sofrem com as desigualdades do cotidiano. Contudo, não há uma

¹²⁶ Neste sentido, o fato de 2010 representar o primeiro ano em que o Brasil teve duas candidatas à Presidência da República foi bastante significativo.

reflexão mais aprofundada sobre a condição de desigualdade, de onde ela surge ou o que pode ser feito para transformar a realidade. Mais ainda, não foi demonstrada uma percepção clara de como tal desigualdade afeta a própria realidade.

O reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade não é suficiente para que as agentes de crédito tomem consciência de como tal desigualdade as afeta no cotidiano, tendendo a uma naturalização desta desigualdade que limita as possibilidades de transformação da própria realidade.

6.4.3. Antes e Depois: Mudanças nas percepções de si mesmas advindas com a entrada no BCD

As percepções das agentes de crédito foram modificadas a partir da atividade no BCD, sem dúvida. Contudo, tais mudanças não foram verificadas propriamente nas percepções de *gênero*, mas fundamentalmente, quanto à condição própria de submissão e de exclusão, marcada pelas condições sociais vivenciadas por homens e mulheres em comunidades pobres, tais como as que abrigam os BCD estudados.

É evidente que o questionamento acerca da condição de submissão é o primeiro passo para que ocorram mudanças quanto às percepções de gênero, que podem ocorrer com o tempo, ou mesmo estimuladas por meio de ações específicas da Incubadora neste sentido.

Não obstante, as mudanças percebidas em si mesmas pelas agentes de crédito demonstram a capacidade de o BCD promover não apenas o desenvolvimento endógeno da comunidade, mas também a autonomia destas mulheres, por meio da elevação da autoestima e do sentimento de associação.

O Antes: Individualismo e Baixa Autoestima

As agentes de crédito, em geral, têm muita clareza ao falar da própria vida antes de ingressar ao banco, o que pode significar uma reflexão prévia sobre o assunto, a percepção de mudanças importantes na própria vida, ou talvez o fato de continuamente falarem sobre o banco em que atuam e sobre si mesmas neste contexto.

O individualismo é um ponto que marca a mudança nas vidas das agentes. É muito nítida para elas a importância de se ter posturas mais solidárias, a preocupação com a comunidade e o sentido de ajuda ao próximo na atuação no banco. Contudo, muitas demonstraram não ter, antes de exercer a atividade, a preocupação em ter atitudes mais colaborativas, sendo esta restrita ao próprio sustento e o da família.

As agentes, segundo relatos delas mesmas, viviam em busca de trabalho, que na maioria das vezes não trazia satisfação pessoal. Era uma busca pautada na reprodução simples da vida, conforme mostra a primeira frase destacada do trecho abaixo:

Eu me via assim realmente nessa situação... Entre altos e baixos antes de eu começar a trabalhar aqui, porque **era uma correria geral para eu conseguir alguma coisa a fazer, para ter uma renda...** Né, aí trabalhava durante um tempo... [...] Mas, na realidade, **a minha dedicação maior foi no voluntariado**, eu sempre fui voluntária [...] e sempre assim, né, pulando de fio em fio... (E2)

A questão de ter sido voluntária em projetos, conforme mostra a segunda frase destacada do trecho acima, apareceu mais de uma vez, podendo indicar uma predisposição maior em dedicação ao outro, em preocupação com o mundo ao redor, mas sempre secundário ao trabalho gerador de renda. No caso da agente acima, o voluntariado parece ter sido uma forma de obter a satisfação que o trabalho gerador de renda não trazia.

As agentes mais novas, que tinham pouca experiência profissional quando passaram a participar do banco, também reforçam o aspecto individualista das suas vidas antes do banco, em que não se preocupavam com o que se passava ao redor:

E era sempre assim: no meu cantinho, no meu espaço, no meu grupo, a minha galera... a minha banda... Era só... o meu espaço. E agora não, agora eu... eu me preocupo mais com o que acontece na comunidade, procuro saber, procuro me informar, mas antes não, era só o meu espaço. (E6)

O fato de ressaltar as atitudes individualistas pode indicar não somente a consciência da importância de maior solidariedade na vida, mas, neste caso, no discurso de agente de crédito. Isso ainda é mais evidente nas mulheres que se tornaram agentes mais recentemente, que exercem a atividade por pouco menos de um ano, e não tiveram, obviamente, tempo suficiente para promover mudanças mais profundas na própria vida.

Com relação à autoestima, algumas se referiram à própria vida antes do banco como uma vida sem sentido, em que não obtinham satisfação com as atividades exercidas:

...sabe como eu me sentia... Eu era uma pessoa triste, viu, uma pessoa que não conversava nada, nada mesmo. **Se eu sou tímida, eu antes era pior**, sabe? E também andava doente... com conseqüência assim, sabe? Direto, qualquer coisinha eu tava doente, sabe? Tinha uma tristeza imensa, né, antes de eu ser agente de crédito, né? Aí depois dos cursos, da sensibilização... Ah, é... Me sentia uma pessoa assim... que... Não é o caso, que minha família... Graças a Deus me ama, **mas só que eu me sentia assim uma pessoa assim... excluída**, sabe? Era uma pessoa gorda, feia, sabe? Eu só me sentia assim, essa pessoa assim, tristíssima! (E5)

O trecho acima é bastante elucidativo no que se refere à percepção de algumas agentes quanto à própria vida. A tristeza que sentia pode ser atribuída, primeiramente, ao sentimento de exclusão social, como mostram as frases em destaque, já que não se refere, ao menos no nível consciente, ao sentimento de desamor da família. Neste sentido, a condição de excluída reflete na insatisfação com ela mesma, seja na questão da timidez, seja na questão física (gorda e feia). Os cursos promovidos pela Incubadora, desta forma, favoreceram na mulher uma melhor avaliação de si mesma, como capaz de promover o

desenvolvimento da própria comunidade, minimizando o sentimento de exclusão. O fato de sentir-se incluída favoreceu a superação da timidez (ao menos em parte) e tornou as questões estéticas secundárias.

A timidez é um fato recorrente que incomodava (ou ainda incomoda) grande parte das agentes de crédito. Quase todas em algum momento da pesquisa relataram ser (ou ter sido) tímidas e se incomodam com isso. A timidez pode ser atribuída, dentre outros fatores individuais, à insegurança quanto ao que se quer dizer, ou mesmo quanto à própria imagem, sendo bastante comum nas mulheres em geral.

A construção histórica da desigualdade de gênero, em que as mulheres não tinham voz nem vez (GUÉRIN, 2003), ressoa na sociedade ainda hoje, representada pela timidez ou outros sintomas de baixa autoestima. A igualdade formal de gênero esconde aspectos da desigualdade que limitam a plena participação de mulheres, e, neste ponto, os espaços públicos de proximidade assumem fundamental importância.

Cabe-se ressaltar aqui o aspecto da *diferenciação simbólica de classe e gênero* (MACIEL, 2006). Com base nos estudos de Pierre Bourdieu, refere-se à hierarquia social naturalizada por meio da aparência física, em que o corpo torna-se o “principal portador e reproduzidor das diferenças hierarquizantes socialmente construídas”, ou seja, é por meio da aparência que os sujeitos são diferenciados socialmente. A percepção de ocupar o patamar mais baixo desta hierarquia pode produzir efeitos psico-sociais profundos, que tomam forma da depressão, timidez e baixa autoestima (MACIEL, 2006).

O sentimento de incapacidade ou insegurança de expor o que pensa assume forma na timidez, e o exercício político advindo da participação nos espaços públicos de proximidade traz a segurança necessária para combatê-la. Daí a evidência da mudança quanto à timidez nos relatos das agentes de crédito, ainda que esta seja uma mudança gradual.

Vale ressaltar outros aspectos mencionados, como o sentimento de batalhadora, de mulher que tinha que lutar pela própria sobrevivência e a dos filhos:

Eu sempre fui batalhadora, sempre fui à luta, toda a minha vida, desde os meus quatorze anos. Então... e também até... justamente que depois... de ser mãe, aí... já... é mais, né, uma responsabilidade também em relação aos meus filhos. E hoje eu... é... também quero dar o melhor que eu posso a eles. (E9)

A chegada dos filhos representou na vida das agentes de crédito mães mudanças significativas. Como mostra o trecho acima, a responsabilidade pelos filhos, assim como a vontade de dar o melhor para eles, intensificou a percepção de que precisa buscar ainda mais a renda que garanta materialmente o bem-estar da família. Esta renda, na sua percepção de sujeito excluído, só é atingida por meio de muito trabalho. Os termos “batalhadora” e “luta” reforçam o sentido de trabalho árduo, que traz pouca satisfação, e porque não dizer, alienante.

A percepção de que os filhos representam na vida das mães uma responsabilidade muito grande, ou mesmo peso, é compartilhada por todas as agentes que são mães, ainda que afirmem nutrir por eles um amor imenso.

O sentido de grande responsabilidade pelos filhos é acompanhado da necessidade de mudanças radicais na própria vida, nem sempre sentidas de maneira positiva. Além disso, os filhos representam na vida dessas mulheres mais uma dificuldade de se atingir patamares mais elevados profissionalmente, representado pela dificuldade em estudar. Tal realidade, conforme visto no capítulo 2, é comum a todas as mulheres que trabalham e decidem ter filhos.

As mudanças radicais vivenciadas com a chegada dos filhos também interferiram muito na autoestima das agentes, que associam a gravidez e maternidade ao sentimento de perda de beleza e juventude¹²⁷.

¹²⁷ Este fato mostrou ser ainda mais dramático com as agentes que vivenciaram a maternidade ainda muito jovens (entre 17 e 20 anos).

Esta perda, outrossim, foi refletida em toda a vida pessoal das agentes, não se restringindo somente ao aspecto profissional. Foi a amplitude desta mudança que reduziu a autoestima das mulheres agentes de crédito.

Por outro lado, a obrigação de gostar de ser mãe faz com que as agentes repitam frases presentes no interdiscurso: "...é a luz de minha vida" (E2), ou mesmo justificativas como "eu não me arrependo, mas se tivesse a cabeça que tenho hoje, eu teria só um, ou nenhum..." (E7) ou a naturalizarem a desigualdade:

Quando a gente passa a ser mãe... Então **Deus deu esse amor todo de mãe pra gente realmente se conformar**, porque não vai ter mais outro jeito, não vai ter como voltar atrás, então tem que ter realmente esse amor pra ter, né, o conforto de que... vai deixar... [...] (E2)

O amor de mãe, com isso, passa a ser compreendido como divino, e não como socialmente construído. Em sendo um amor de origem divina, não há outro jeito senão se conformar. Esta naturalização do amor materno, ou melhor, a obrigação de ser boa mãe por ter recebido este amor de Deus, naturaliza e justifica a desigualdade entre homens e mulheres, fazendo com que o sentido de "luta" seja ainda mais forte. Afinal, a atividade profissional acaba representando uma luta contra os desígnios divinos de ser mãe.

O sentido de ser mãe, desta forma, preenchia a vida das agentes de crédito (que também são mães) antes de começarem a trabalhar no BCD, e continua a influenciar no exercício desta atividade.

O Depois: Valorização de si mesma

A atividade inerente ao BCD, incluindo as capacitações e reuniões do CAC e dos Projetos, representa uma forma de buscar sentido para a vida, reconhecer a própria importância para si mesma e para o mundo, na visão das agentes de crédito.

A elevação da autoestima foi um fator fortemente presente. As agentes de crédito afirmaram que a atividade contribuiu para que se sentissem mais satisfeitas consigo mesmas, tornando-se pessoas mais alegres e menos tímidas:

Hoje em dia, depois que participo do Projeto eu já achei que eu tenho... mas que era **tímida, e hoje em dia não sou mais**, já falo, eu tinha vergonha... (risos) Eu achei que me soltei mais, comecei falar mais, achei que melhorou pra mim. (E13)

Eu sou uma pessoa mais alegre. Eu era alegre, mas não como eu sou agora. Sou uma pessoa que qualquer pessoa que chega pra mim, converso, porque eu não era assim. Ficava pelo canto. Agora eu tenho mais responsabilidade, porque eu era irresponsável. (risos) Eu era irresponsável. Agora, graças a Deus eu estou mais cheia de responsabilidade. (E12)

Fiquei mais comunicativa, porque eu tinha vergonha de falar, e eu hoje falo, principalmente se for pra falar do Banco, falo mais do que se for pra falar de si mesmo. É... Aprendi várias coisas, é... Assim, até na minha vida pessoal teve, teve mudanças porque eu me espelhava assim, eu via o que as outras famílias passavam e eu jamais quero passar por aquilo [...] (E1)

A timidez, neste sentido, refere-se ao debatido na seção anterior, ou seja, ao fato de se configurar como um sintoma da percepção de exclusão. Contudo, não apenas as atividades cotidianas, mas a participação em diversas capacitações favorecem a desvitimização, ou seja, uma vez que se percebem como capazes de promover o desenvolvimento da comunidade (obviamente de forma associativa), não se colocam mais no papel de vítima do mundo, mas como capazes de buscar mecanismos de melhoria da própria situação. Em outras palavras, passam a se sentir “donas do próprio destino” (SOUZA-LOBO, 1991). Este processo, fomentado pela necessidade de comunicar-se com o outro advindo da atividade, tende a melhorar a timidez.

Ainda merece destaque o fato de a atividade nos BCDs e nos Projetos proporcionarem às agentes oportunidades de aprendizado e de experiências que não são comuns no meio social em que elas vivem, mas

que são valorizadas pela sociedade. Isto contribui com o sentimento de que romperam com a simples reprodução da vida, para uma vida mais carregada de sentido, que favorece a elevação da autoestima:

A questão da autoestima, né? A gente... Não sei, se valoriza mais, talvez é... Adquire mais conhecimentos, é... Conhecer pessoas isso tudo influencia pra a gente realmente dá um ânimo melhor né? A... **O lugar onde a gente vive, não oferece isso**, né? Assim, as pessoas ficam na mesmice aquela coisa, aí surge um projeto desse, surge a oportunidade de ser um, um, agente de crédito pra quem realmente dá essa... essa atenção, né? E... Viagens, né? Não é muito minha praia eu viajar, mas sim, adquirir conhecimentos né? Então a cada viagem que a gente faz é um aprendizado novo, é um conhecimento maior que a gente vai tendo, é isso... Foi o que mudou bastante, assim, tímida eu sou, até hoje eu sou muito tímida, então, mas, assim, a gente melhora né? (E2)

Depois que eu comecei a trabalhar como agente de crédito porque... Eu nunca imaginei... Porque para quem mora na cidade, isso é uma besteira, mas a gente que mora na... Área rural, **você não imagina viajar, andar de avião, ir para lugares [...]** Eu nunca imaginei isso em minha vida! E... O aprendizado que a gente... a gente recebe... a gente em cima da vida dos outros, a gente corrige os erros da nossa. [...] (E1)

A importância que a comunidade atribui a elas, o fato de se tornarem conhecidas na comunidade, ou ainda, se constituírem como referência de uma pessoa comprometida com o desenvolvimento local mostrou ser um aspecto importante no processo de revalorização das agentes enquanto sujeitos.

Este fato pode ser atribuído ao sentimento de exclusão da esfera pública. A divisão do tempo das mulheres ainda é diferente da divisão do tempo dos homens, em que a conquista do direito de trabalhar fora do âmbito doméstico não representou a redução das obrigações familiares, o que acaba por inibir a participação das mulheres na esfera pública (ÁVILA, 2002; CHANT, 2008; GUÉRIN, 2003; MUTALIMA, 2008). Além disso, a exclusão do público não ocorre somente pela falta de tempo para tal, mas em sua associação com a incapacidade percebida de lidar com assuntos públicos (GUÉRIN, 2003).

Tornar-se agente de crédito do BCD que, na prática, também é percebida como agente de desenvolvimento, contribui para a revalorização destas mulheres no sentido de romper com a noção de que a mulher é incapaz de lidar com assuntos públicos. Ademais, ao atuarem na promoção do desenvolvimento a partir da prática financeira, historicamente tida como inapropriada para mulheres, reforça o sentido de igualdade de condições entre homens e mulheres, rompendo mais um obstáculo.

Com isso, pode-se dizer que a importância atribuída a elas pela comunidade foi um dos principais fatores que contribuíram para a elevação da autoestima, conforme se verifica a seguir:

...É tão legal **você passar na rua e as pessoas dizem**: ‘ô minha agente de crédito aí ó, venha cá’ e aí fica falando um bocado de coisa, ‘vou quer lá cinco mil emprestado!’ [...] Então você ouve pô, **as pessoas mexem, bolem e eu gosto**. (E3)

Depois de ser agente **eu me sinto uma pessoa mais importante**. **Onde eu passo, todo mundo quer fazer perguntas** (risos de todas). Querem me entrevistar, tirar fotos, perguntas, dúvidas, e é isso mesmo!”(E12).

Nota-se nas frases destacadas que o sentimento de importância na própria comunidade faz com que as agentes se sintam melhores consigo mesmas. Essas mulheres, antes invisíveis, hoje possuem ampla visibilidade não apenas na comunidade, mas em outros espaços, como universidade, encontros de economia solidária, dentre outros, como revela a frase “Querem me entrevistar, tirar fotos, perguntas, dúvidas” (E12).

Contudo, vale ressaltar que a falta de identificação da sociedade quanto à profissão de agente de crédito ainda se constitui um paradoxo, conforme mostrado na sessão 6.3.2..

O reconhecimento público, todavia, não é suficiente para a valorização das mulheres, mas o reconhecimento da família, em particular

do cônjuge, também se constitui como fundamental no processo de elevação da autoestima:

Enquanto meu marido dizia assim: 'Nega, você é... Você é diferenciada aqui [...]'. Aí eu digo assim... Eu me sinto a própria! Né... Aí ele diz assim: 'Porque você não se senta aí na porta dos outros pra tá falando da vida de ninguém'. Então... Aquilo ali... Ave Maria! [...] (E1)

[O cônjuge] Acha bom, maravilhoso. Pelo menos eu tô fazendo alguma coisa. Que ele se sentia... Todo dia essa mulher dentro de casa... Quem é que quer ficar o dia todo parado dentro de casa, né? E ainda ajuda ele [financeiramente] dentro de casa. [...] (E8)

O reconhecimento do cônjuge, que pode ocorrer por meio de elogios, como no primeiro trecho, ou com a satisfação de ver a esposa trabalhando em outra coisa e ainda contribuindo financeiramente, conforme mostra o segundo, é de extrema importância para a realização pessoal das agentes.

Seria muito simplista atribuir ao reconhecimento do cônjuge apenas o desejo de agradá-lo, mas refere-se mais intimamente ao reconhecimento da sua autonomia, em que a renda assume papel fundamental, ainda que em caráter complementar, como informa o termo "ajuda" no segundo trecho.

Por fim, ainda foram verificadas mudanças na postura com o outro, antes individualista, agora ainda mais preocupada com o atendimento das suas necessidades. Vale ressaltar que embora muitas tenham relatado certo individualismo na postura antes de se tornarem agentes de crédito, a mudança para uma postura mais solidária é vista como uma mudança positiva. Em outros casos, mulheres que já se sentiam solidárias passaram a se sentir ainda mais voltadas para o atendimento das necessidades do outro:

Aprendi a gostar mais das pessoas, a ver o nosso próximo de um outro, com outro olhar, né? Que às vezes, a gente vê Fulana assim, pô, Fulano, às vezes, vê de fora, mas não sabe a necessidade que a pessoa faz, se o agente vai até a casa das pessoas, a gente vê

coisas assim que a gente chora, a necessidade, é muito grande, que são de todas, então, o que muda é isso, que **a gente passa a ser sensível, ser uma pessoa mais humana**, então... Isso que mudou na minha vida. (E7)

A percepção de ter se tornado mais humana tanto pode representar a adesão ao discurso da economia solidária ou, mais possivelmente, a satisfação maior consigo mesma e a própria feminilidade.

6.5. O GÊNERO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: POTENCIALIDADES E LIMITES À AUTONOMIA DAS MULHERES

6.5.1. Agente de Crédito: uma ocupação paradoxal

A atuação das agentes de crédito nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é marcada por paradoxos.

O paradoxo entre trabalho voluntário e trabalho profissional, que interfere na formação da identidade da agente de crédito, faz com que ora elas se sintam profissionais, ora se sintam voluntárias.

Por outro lado, o paradoxo entre o reconhecimento comunitário da importância da atividade e a invisibilidade social da agente, que pode ser inclusive a causa do anterior, também interfere na valorização da atividade pelas agentes de crédito, impactando fortemente a construção desta identidade.

Trabalho Voluntário x Trabalho Profissional

O paradoxo entre trabalho voluntário e trabalho profissional decorre da natureza própria do BCD, em que o sentido de ajuda ao próximo, a percepção de um trabalho comunitário, a autogestão e a orientação para o desenvolvimento da comunidade são elementos que o caracterizam como empreendimento de economia solidária, ou mesmo, como uma organização diferente das em que elas estavam acostumadas a buscar emprego. Ademais, a questão da remuneração ser paga por meio de bolsa-auxílio e o BCD ser integrante de um projeto de desenvolvimento territorial¹²⁸ reforçam o sentido de trabalho voluntário, enquanto trabalho

¹²⁸ Na concepção das agentes, sobretudo as mais recentes, tal Projeto se assemelha aos projetos sociais implementados por ONGs nessas comunidades.

complementar ao gerador de renda, num contexto em que o trabalho gerador de renda é exploratório e precarizado.

Por outro lado, as exigências e responsabilidades da atividade, ou mesmo o *status* advindo dela, são percebidos como semelhantes às atribuições do mercado de trabalho. Neste aspecto, as imagens associadas à atividade, como o uso do computador, a utilização de termos característicos de toda atividade financeira (linha de crédito, juros, cobrança, inadimplência, etc), a remuneração, a possibilidade de instalação do correspondente bancário, a decisão sobre quem vai receber o crédito (ainda que coletiva), dentre outras imagens, assumem fundamental importância.

A falta de clareza quanto à identidade profissional, ou pelo menos da própria ocupação, faz com que muitas vezes a importância dada às obrigações familiares se sobreponha à dada às obrigações no BCD, fazendo mesmo com que estas sejam entendidas como uma extensão de suas atividades domésticas, dados os valores e imagens acessados para sua execução. Neste caso, pode-se dizer que o sentido de trabalho voluntário se sobrepõe ao de atividade profissional.

Não se pretende afirmar aqui que as atividades domésticas *devam* ser colocadas em segundo plano, ou que a questão de respeito às outras esferas da vida típicas da economia solidária seja característico de uma atividade voluntária, mas que a percepção das agentes de crédito é que qualquer atividade profissional é exploratória, precarizada e de turno integral. Tal fato decorre da experiência de trabalho que elas vivenciaram ao longo da vida, em que a satisfação pessoal era buscada na atividade voluntária e/ou na família.

Não se pode negar, contudo, que grande parte das agentes de crédito mostra-se satisfeita com a atividade, em muito por esta representar uma forma de reconhecimento público de sua feminilidade, representado pela capacidade de ajuda ao próximo. Destarte, ao exercer na comunidade, enquanto *espaço público de proximidade*, o papel esperado da mulher na esfera doméstica, qual seja ajudando o outro e contribuindo no atendimento das necessidades dos vizinhos, a

valorização da atividade ocorre pelo sentimento de dever cumprido, sendo este o dever de mulher, que as mantém na situação de dominação.

A valorização percebida enquanto sujeito, contudo, não se restringe ao atendimento das expectativas do outro quanto ao seu papel de mulher. Fundamentalmente, a atuação política ocorrida no âmbito comunitário vai de encontro às representações do papel da mulher, ao passo que traz maior autonomia quanto à própria vida, tornando-as sujeito da própria história.

A atuação política comunitária reforça elementos importantes para uma atuação mais ampla, em que a realidade de duas candidatas à Presidência da República é significativa, vez que reforça o sentido de acesso ao poder, historicamente subtraído das mulheres. Assim, o sentido de conquista de poder as estimula a continuar enfrentando barreiras contra a própria atuação, em busca constante de maior autonomia.

Por outro lado, o sentimento de ser pouco recompensada financeiramente, além de materialmente as manter em condição de ser sustentada por outro (na maioria dos casos, o cônjuge ou os pais), contribui sobremaneira para a perda da dimensão de atividade profissional.

A questão da remuneração é ainda mais forte se associada à origem do poder que elas detêm na comunidade. Neste aspecto, o fato de lidarem com uma instituição financeira, que promove o desenvolvimento da comunidade por meio da dinamização da economia local ou, em outras palavras, a partir da concessão de créditos aos moradores, faz com que a atividade seja vista como fundamental para a comunidade. Não se pode negar que, embora a decisão seja coletiva, o elo entre comunidade e BCD é justamente a agente de crédito, sendo ela a representante legítima do banco. Este poder na comunidade, todavia, não é reproduzido na família, fazendo com que as agentes permaneçam em situação de dependência financeira, e vivenciem a tensão do poder na comunidade e a falta dele em casa.

Sabe-se, contudo, que a dominação masculina não ocorre apenas pelo poder econômico (isso seria reduzir a questão de gênero ao viés marxista), mas a questão da remuneração assume fundamental importância na valorização da atividade, sobretudo nas agentes mais recentes.

Reconhecimento Comunitário x Invisibilidade Social

Outro paradoxo que marca a atuação das agentes de crédito refere-se ao reconhecimento comunitário de uma pessoa comprometida com o desenvolvimento local e a invisibilidade social da atividade.

Conforme dito anteriormente, a atividade de agente de crédito é de extrema relevância não apenas para o funcionamento do banco, mas para o sentido de desenvolvimento territorial proposto pelos projetos nos quais os BCDs estudados estão inseridos. Este fato, além da questão do poder mencionado acima, contribui para que a visibilidade da ação da agente de crédito seja ampliada no contexto comunitário.

A satisfação de ser reconhecida na comunidade, e mesmo na família, como alguém importante contribui para a auto-realização das agentes, tendo reflexos importantes na autoestima das mesmas. O reconhecimento comunitário, conforme visto, contribui para a superação da timidez, a melhoria da imagem que tem de si, e mesmo da autoconfiança. O reconhecimento comunitário, destarte, favorece a superação do sentimento de exclusão que estas mulheres vivenciam.

Por outro lado, ainda é forte o sentido de ser invisível social, uma vez que a ocupação não é reconhecida socialmente como uma profissão. Como se sabe, as identidades são construídas na modernidade principalmente a partir da ocupação profissional, em que o sentido de exclusão social está fortemente associado ao desemprego, segundo o paradigma dominante.

Ainda que a mudança paradigmática proposta pela economia solidária venha a romper com a formação da identidade social a partir do emprego, é notório que as agentes de crédito ainda carecem de uma identidade profissional, que em muito reflete a questão do paradoxo entre trabalho profissional e voluntário, mencionado anteriormente.

A identidade ocupacional, desta forma, ainda depende de uma clara definição da natureza do trabalho de agente de crédito, em que elementos percebidos por elas como do trabalho voluntário e do trabalho profissional se confundem.

Neste sentido, a identidade feminina vem suprir a falta de identidade profissional das agentes, em que o papel de mãe, esposa e voluntária assume centralidade.

Assumir a identidade feminina, aqui entendida como mãe e esposa, todavia, representa manter-se na posição de invisível social, já que este papel historicamente tem sua importância subestimada ao papel de trabalhadora. A economia solidária, neste sentido, visa re-valorizar os papéis na sociedade, em que o papel de mãe e esposa, por exemplo, não é subestimado ao de trabalhadora, podendo explicar a predominância de mulheres nos EES e, mais especificamente, nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Bahia.

6.5.2. Potencialidades e Limites para a autonomia

A participação de mulheres no mercado de trabalho é marcada pela desigualdade, em que as mulheres precisam estudar mais para atingir o mesmo patamar remuneratório dos homens.

A afirmação acima reflete o fato de o salário representar uma medida de desigualdade bastante comum em estudos acerca da participação feminina no mercado de trabalho e nas organizações. Contudo, é crescente o número de estudos que debruçam sobre outras formas que a desigualdade de gênero se manifesta nas organizações

como, por exemplo, os discursos de gênero e suas implicações na organização.

A economia solidária, em seu sentido de hibridação de economias, busca romper com as desigualdades no âmbito do trabalho a partir do reconhecimento de todas as esferas da vida, em busca da emancipação do sujeito. Em sendo uma organização de economia solidária, o BCD, com o foco na democratização dos serviços financeiros, também reconhece este aspecto, considerando a organização política comunitária como fundamental para seu funcionamento.

A participação de mulheres nos BCDs deve ser compreendida à luz dos princípios de economia solidária, considerando fortemente seu aspecto multidimensional. A autonomia de mulheres nos BCDs, assim como em outros EES, não ocorre exclusivamente por meio do acesso ao capital ou à renda, da mesma forma que não ocorre exclusivamente por meio de participação política.

A autonomia de mulheres deve ser compreendida na própria capacidade de decisão, em que as obrigações domésticas não se constituam como um peso exclusivamente feminino. Cabe lembrar que a liberdade para decidir é relativa para qualquer ser humano, uma vez que esta é limitada por aspectos sociais que escapam à sua consciência.

Assim, é com o foco na transformação das mulheres em sujeitos da própria história (SOUZA-LOBO, 1991) que se deve analisar as potencialidades e limites da participação de mulheres nos BCDs.

Sistematização da participação de mulheres

Compreender a participação de mulheres nas organizações requer a sistematização de dados relevantes para a compreensão do conteúdo desta participação.

Os BCDs da Bahia mostraram ter ampla participação de mulheres não apenas enquanto agentes de crédito, mas também como usuárias.

Sendo assim certos dados mostram-se necessários para a compreensão de como o fato de se ter apenas agentes de crédito mulheres impacta na participação de mulheres enquanto usuárias.

Um aspecto que mostra ser relevante neste sentido refere-se às seguintes percepções das agentes de crédito quanto:

- A maior parte dos usuários é mulher;
- As mulheres solicitam mais crédito para consumo, enquanto que os homens solicitam mais para produção;
- As solicitações de crédito das mulheres são de valores inferiores, geralmente associados às necessidades imediatas da família;
- A renda das mulheres beneficiadas é menor que a renda dos homens beneficiados.

As afirmações acima refletem percepções comuns às agentes de todos os BCDs pesquisados, sendo que não são dados sistematizados no banco. Esta informação mostra-se importante não apenas para compreender o perfil dos usuários, mas para a compreensão acerca da participação de mulheres.

Limites na promoção de autonomia das mulheres

Os estudos que se referem ao crédito para mulheres muitas vezes são baseados na noção de que a autonomia das mulheres ocorre mediante o acesso ao crédito ou, mais especificamente, o acesso ao capital. Contudo, estas são explicações simplistas.

Os limites da participação de mulheres referem-se muito mais às percepções do papel das mulheres na sociedade, sendo estas compartilhadas por homens e mulheres, que sobrecarregam as mulheres de atividades dentro e fora do âmbito doméstico.

Assim, embora possa parecer uma constatação óbvia, os limites enfrentados pelos BCDs na promoção da autonomia das mulheres são os mesmos enfrentados por qualquer outra organização, sejam eles referentes a ações específicas para as usuárias ou à atuação das agentes de crédito.

Potencialidades para a promoção da autonomia de mulheres

Reconhecer a potencialidade do BCD em promover a autonomia das mulheres requer a reflexão prévia sobre as possibilidades de autonomia trazidas pela economia solidária.

Muito foi dito da ampla participação de mulheres em empreendimentos econômicos solidários, que de fato ocorre em proporção superior à participação de mulheres em outras organizações, mas que não representa efetivamente uma maior participação de mulheres, ao menos no Brasil. Ao contrário, o que se constatou é que, mesmo em EES, a participação de mulheres ocorre de maneira desigual, em nichos de ocupação feminina e com remuneração mais baixa.

Reconhecer a economia solidária como capaz de promover a autonomia de mulheres requer a percepção primeira da economia solidária enquanto promotora da autonomia dos sujeitos.

Desta forma, convém refletir sobre até que ponto os empreendimentos de economia solidária refletem as desigualdades de gênero na sociedade ou, mais especificamente, se o discurso de igualdade da economia solidária também contribui para esconder a realidade da desigualdade de gênero.

O estudo com as agentes de crédito permitiu perceber que elas sofrem os mesmos problemas em termos de desigualdade de gênero que outras mulheres, e, mais ainda, possuem percepções de gênero semelhantes às demonstradas em outros estudos em outros tipos de

organização. Entretanto, convém ressaltar o benefício advindo da atividade na autoestima destas mulheres.

Assim, percebe-se que, de fato, a autonomia das agentes de crédito tem relação estreita com o exercício da economia solidária na atividade nos bancos e nos projetos relacionados, assim como o grau de igualdade nas relações de gênero tecidas na comunidade em que estão localizadas e, mais amplamente, na sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se compreender as percepções de gênero que fundamentam a ação das agentes de crédito nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Foi realizado primeiramente a discussão sobre o tema de gênero, em que ficou evidenciado a ocupação desigual das mulheres no mercado de trabalho, que em muito deve-se às condições desiguais de responsabilidade pelos afazeres domésticos, ao mesmo tempo em que são reproduzidas por representações do feminino.

Em seguida, debateu-se a natureza dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, enquanto organizações inseridas no âmbito das Finanças Solidárias, em que a participação comunitária assume papel de extrema relevância na gestão do banco. Também foi discutido o papel do agente de crédito no funcionamento do BCD, uma vez que se refere ao foco do trabalho. Por ser um tema ainda pouco explorado pela academia, até mesmo pela novidade que representa, a questão do papel do agente de crédito ficou reduzida em termos de suas atividades, o que torna a presente dissertação de grande relevância para a aprofundamento teórico do campo.

Devido ao foco do estudo ter sido direcionado às percepções de gênero das agentes de crédito dos BCDs, foi feito brevemente a articulação entre a questão de gênero e a economia solidária, uma vez que o BCD se inscreve neste campo. Neste sentido, foi evidenciado que os debates sobre a articulação entre as duas categorias ficam restritos à questão da feminização da pobreza, limitando a compreensão das possibilidades de conquista de autonomia das mulheres. Tendo em vista a limitação dos estudos neste campo, em que a maior parte dos trabalhos se restringe a associações simplistas, buscou-se também contribuir para o aprofundamento teórico da temática, embora não tenha sido o foco primeiro do trabalho.

Como forma de contextualizar a realidade das agentes de crédito, foram descritos os quatro casos presentes na Bahia de Banco Comunitário de Desenvolvimento, fazendo uma articulação fina entre estas iniciativas e os Projetos de Desenvolvimento Territorial que as abrigam, sem perder de vista as particularidades das respectivas comunidades. Contudo, a caracterização demográfica das comunidades configurou-se como uma limitação deste estudo, devido à dificuldade de se encontrar dados confiáveis específicos de tais comunidades que não foram contemplados no mapeamento de produção e consumo realizado pela ITES/UFBA.

Em seguida, a partir das análises realizadas do material coletado, buscou-se compreender quais são as percepções de gênero das agentes de crédito e de que forma tais percepções impactam no exercício desta atividade e na compreensão do próprio papel profissional.

Foi evidenciado o fato de que as agentes de crédito dos BCDs da Bahia possuem percepções de gênero semelhantes às encontradas em outros estudos em organizações distintas, sendo igualmente afetadas pelas desigualdades de gênero da sociedade. Tais desigualdades, contudo, são ainda mais dramáticas se associadas aos processos mais gerais de exclusão vivenciados por elas em suas comunidades, razão pela qual os BCDs e os respectivos projetos se inserem nestes contextos.

As agentes de crédito, todavia, ainda tem a identidade profissional em processo de construção, sendo a atividade marcada por paradoxos. A identidade de trabalho voluntário se confunde com a de trabalho profissional, prejudicando a noção clara por parte das agentes com relação ao próprio papel. No processo de construção da identidade, a associação com identidades profissionais já aceitas socialmente se tornam fundamentais.

Outro paradoxo relevante refere-se à situação de reconhecimento comunitário aliado à condição de invisibilidade social. A atividade de agente de crédito é uma atividade que confere poder a quem a executa na comunidade, uma vez que representa o elo entre comunidade e banco.

Por outro lado, a falta de identidade profissional as mantém em condição de invisíveis sociais, reforçada pela condição também invisível de mulher.

Por fim, discutiu-se que as potencialidades de autonomia de mulheres advindas da economia solidária só poderão ser efetivadas quando seus princípios forem igualmente internalizados, sob pena de o discurso de igualdade e democracia obscurecer as reais desigualdades de gênero.

Como limitações deste trabalho, pode-se elencar o pouco aprofundamento referente às relações de gênero tecidas no cotidiano dos projetos, em que a relação com os líderes comunitários, a Incubadora e o financiador podem reforçar ou minimizar as desigualdades de gênero, além da análise comparativa com outros bancos em outros estados, inclusive com a participação de agentes de crédito homens.

Como possibilidade para novos estudos, a realização de análise comparativa das percepções atuais com as futuras pode se mostrar de grande relevância, em que se espera visualizar na prática o pleno desenvolvimento dos bancos estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de Proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício B. (org.). **Estrutura Agrária, Mercado de Trabalho e Pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

ABRANTES, José. **Associativismo e Cooperativismo**: Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.

ANDRADE, Áurea Lúcia, Silva *et al.* Gênero nas organizações: um estudo no setor bancário. **RAE eletrônica**. V. 1, número 2, jul-dez./2002.

ANGELIN, Rosângela; BERNADI, Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. Espaço Acadêmico. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_angelin.htm>. Acesso em: 09 fev. 2009.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro. Bancos Comunitários e Economia Solidária: estratégias de distribuição de renda em Montes Claros – MG. In: XI Encontro Nacional da ABET – 20 anos de ABET, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, Ana Alice *et al* (org.). **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002. 27-35

BAHIA, Maria Cândida dos Anjos. Relações Sociais de Gênero. In: **Mulheres no comando das organizações**: um caso de Polícia. 2002. 168 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. Prefácio. In: **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Volume 1: Fatos e Mitos.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), jan.-jul. 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**. Vol. 15, n. 4, Out-Dez. 2006, p. 679-684.

CHANT, Sylvia. Female Headship and the "Feminisation of Poverty". **Poverty in Focus: The Challenge of Poverty**. Brasília, p.3 – 5, mai. 2004.

_____. Beyond incomes: A new take on the "Feminisation of Poverty". **Poverty in Focus: Gender Equality**. Brasília, n. 13, p. 26-27, jan. 2008.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M. Z; LAMPHERE, L (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979. p. 65-90.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na Economia Solidária: desafios Sociais e Políticos. In: IV CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 2004, Bratislava-República Eslovaca. **Texto aceito para publicação...** Bratislava-República Eslovaca, 2004. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/Texto%20Mulheres%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2009.

CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de Redes de Economia Solidária: Limites e Possibilidades de uma Metodologia de Intervenção para o Desenvolvimento Local - O Caso Eco-Luzia**. 2008. 170 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ECOSMAR. **Relatório Final: Etapa I**. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2008.

ECOSAMPER. **Projeto de Desenvolvimento Local de Saramandaia**. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2007.

ECOSAMPER. **10º Relatório Parcial de Atividades**. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, jan. 2009.

ECOSAMPER. **11º Relatório Parcial de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, fev. 2009.

ECOSAMPER. **12º Relatório Parcial de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, mar. 2009.

ECOSAMPER. **1º Relatório Parcial de Atividades:** Ano II. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, abr. – jun. 2009.

ECOSAMPER. **2º Relatório Parcial de Atividades:** Ano II. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, jul. – ago. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.-P. (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade.** 2008, v. 15, n. 45, p. 219-232.

_____. **Papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na visão de sua rede.** Documento de Trabalho. Versão inicial. Disponível em: < rbbcd@googlegroups.com >. Acesso em: 21 jan. 2010.

_____. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MASIH, Rogério T.; CANCADO, Airton C.; SCHOMMER, Paula C. **Gestão Social:** Práticas em Debates, Teorias em Construção. 1ed. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2008. v. 1, p.113-125. Coleção ENAPEGS.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; PASSOS, Ósia Alexandrina V. Duran. **Microfinanças, Microcrédito e Comércio Justo.** In: UFBA, UNB-CEAD, UFLA, UFMT, INEPAD. (Org.). Gestão do Desenvolvimento e Cultura. [S.l.]: 2008, p. 97-127.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JUNIOR, Jeová T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.;

GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro – o caso do Banco Palmas. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; CUNHA, Eduardo V. da. Incubação de redes de economia solidária: Lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**. 2009, v. 16, n.51, p. 725-747.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONDIM, S. *et al.* Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção do conhecimento em administração e áreas afins. **Organizações & Sociedade**. 2005, v. 12, n. 35, p. 47-68.

GONDIM, Sônia Maria Guedes, FEITOSA, Girleide Novaes, CHAVES, Marina. A Imagem do Trabalho: um Estudo Qualitativo Usando Fotografia em Grupos Focais. **RAC**. 2007, v. 11, n. 4, p. 153-174.

GUÉRIN, Isabelle. **Mulheres e Economia Solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al (org.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002. p. 27- 35.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Divisão Sexual do Trabalho Revisitada. In: HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (orgs). **As Novas Fronteiras da Desigualdade entre Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003, p. 111- 123.

IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis por domicílios no Brasil, 2000**. Rio de Janeiro, 2002. 75p.

_____. **Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População.** Rio de Janeiro, 2003. 173 p.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: 2008. 280p.

_____. **Indicadores Sociais Municipais – 2000.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1c.shtm. Acesso em 21 jun. 2010.

_____. **A Família Brasileira.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html>. Acesso em 21 jun. 2010.

ITES/UFBA. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, ago. 2008.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede: 1º Relatório Bimestral de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, jan. 2009 a.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede: 2º Relatório Bimestral de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, abr. 2009b.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede: 3º Relatório Bimestral de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, jun. 2009c.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede: 4º Relatório Bimestral de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, ago. 2009d.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede: 5º Relatório Bimestral de Atividades.** Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, out. 2009e.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede:** 6º Relatório Bimestral de Atividades. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, dez. 2009f.

_____. **Projeto de Organização Comunitária e Desenvolvimento Local de Cairu / Sede:** 7º Relatório Bimestral de Atividades. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, fev. 10.

JUNQUEIRA, Rodrigo G. P.; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das Microfinanças Solidárias. **Revista de Administração da USP (RAUSP)**. 2005, v. 40, n.1, p. 19-33.

KABEER, Naila. Gender, Labour Markets and Poverty: An overview. **Poverty in Focus: Gender Equality**. Brasília, n. 13, p. 26-27, jan. 2008.

LANIADO, Ruthy Nadia e MILANI, Carlos R. S. Contestação Política e Solidariedades Transnacionais: A Contribuição Política dos Movimentos Feministas e das Redes Ambientalistas para uma Nova Ordem Mundial. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007, p. 1-15.

LÉVESQUE, Benoît. Sociologia Econômica. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LUBISCO, Nídia Maria L.; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico**: Monografia, Dissertações e Teses. 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 383 – 397, mai./ ago., 2008.

MACIEL, Fabrício B. A dimensão estética das desigualdades sociais modernas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 56, ano V, jan. 2006.

Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56maciel.htm>>.
Acesso em: 14 jul. 2010.

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. In: _____. **Macho e Fêmea:** um estudo dos sexos num mundo em transformação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971a.

_____. Regularidades Básicas no Desenvolvimento Sexual Humano. In: _____. **Macho e Fêmea:** um estudo dos sexos num mundo em transformação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971b.

MOURÃO. Tânia Maria Fontenele; GALINKIN, Ana Lúcia. Equipes gerenciadas por mulheres – Representações sociais sobre gerenciamento feminino. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.1, n.2, p. 91-99, 2007.

MUÑOZ, Ruth. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MUTALIMA, Irene. Microfinance for Gender Equality: A dilemma? **Poverty in Focus: Gender Equality**. Brasília, n. 13, p. 22-23, jan. 2008.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho feminino e formação profissional. In: COSTA, Ana Alice et al (org.). **Um debate crítico a partir do feminismo:** reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002. 27-35

OLIVEIRA, André Ricardo Nascimento. **Identidade e transformação na Economia Solidária:** a trajetória de vida de Luciene. 2005. 108 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** Princípios & Procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários:** Conceito, características e Sustentabilidade. 2007. 140 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette F. P.; PEIXOTO, Socorro Letícia F.. *Economia Solidária e Feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres*. 2008.

PEREIRA, Ondina Pena. O *ethos* do indivíduo grego e o êxtase do sujeito contemporâneo. **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 115-137, jul./dez. 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16 (2), 1990.

SEI. **População residente total, por sexo, e taxa média geométrica de crescimento anual da população, segundo os municípios**. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/censo_2000/tabelas/censo_2000_tab_110.xls Acesso em 21 jun. 2010.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1991.

TOSCANO, Idalvo. O Banco Palma\$: uma experiência de Economia Solidária. In: França, Cassio; Silva, Ivan Prado e Vaz; José Carlos. **Aspectos econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

VERONESSE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social & Economia Solidária**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

XAVIER, Shirlei da Silva. **“É como se a gente estivesse em casa”**: Representações e práticas acerca do trabalho e do risco à saúde no serviço doméstico remunerado. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. Ed. Ática, 1997.

APÊNDICE A - PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL DAS AGENTES DE CRÉDITO

Questionário para coleta de dados da pesquisa
 “MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA
 BAHIA: PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE CRÉDITO SOBRE O SEU
 PAPEL PROFISSIONAL”

Nome: _____

Banco: _____

1. Qual a sua idade?

- 15-19 20-24 25-29 30-34 35-39
 40-44 45-49 50-54 55-59 60-64

2. Você tem quantos filhos?

- Nenhum 1 2 3 4 5 6 Mais de 6

3. Você é casada?

- Sim Não

4. Você já foi casada antes?

- Sim Não

Por quanto tempo?

- Até 1 ano 1 a 2 anos 2 a 5 anos 5 a 10
anos
 10 a 15 anos 15 a 20 anos Mais de 20 anos

5. Você recebe ajuda do seu cônjuge nas atividades de casa?

- Sim, muita. Sim, um pouco. Raramente Nunca

6. Qual a sua escolaridade?

- Até 4ª série Até 8ª série 2º grau incompleto
 2º grau completo Superior incompleto Superior
completo

7. Pretende voltar / continuar a estudar?

- Sim Não

8. Qual é a sua cor/raça?

9. Você já trabalhou antes?

Sim Não

Qual foi a sua atividade anterior? Há quanto tempo?

10. Seu emprego anterior era com carteira assinada?

Sim Não

11. Qual era o seu salário?

Menos de 1 S.M¹²⁹. 1 S.M. 1-2 S.M. 2-3 S.M. 3-4 S.M.

12. Você já trabalhou antes como doméstica (em casa de família) ou diarista?

Sim Não

Se sim, por quanto tempo?

13. Você já sentiu alguma dificuldade em arranjar emprego por ser mulher?

Sim Não

14. Quando você se tornou agente de crédito, você estava empregada?

Sim Não

15. Qual é a renda mensal da sua família, atualmente?

16. Quem na sua casa é o principal responsável pela renda familiar?

Você Cônjuge Outros

17. Você (ou outra pessoa da família que more com você) recebe alguma ajuda financeira para o sustento da família?

Não Bolsa Família PETI Parentes ou amigos

Outros Qual?

¹²⁹ S.M. significa “salário mínimo”.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

“MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA: PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE CRÉDITO SOBRE O SEU PAPEL PROFISSIONAL”

PERGUNTA	OBJETIVO DA PERGUNTA
<i>Percepção das Agentes de Crédito sobre a Estrutura de Gestão do BCD</i>	
O que é um Banco Comunitário para você?	Captar as percepções da agente sobre o que é um BCD.
Qual a importância de um BCD na sua comunidade?	Captar como a agente percebe a importância do BCD para a comunidade.
Qual o estágio de implantação do BCD da sua comunidade?	Mapear o estágio de implantação dos BCD's pesquisados.
Como é o funcionamento do BCD da sua comunidade?	Captar a estrutura formal, a partir de discursos, do BCD.
Como o BCD da sua comunidade se sustenta? O que ele oferece aos moradores?	Captar a sustentabilidade do BCD – dimensão sócio-econômica.
Como você entende a autogestão do BCD? Isso é importante?	Captar as percepções da agente quanto à estrutura democrática – dimensão sócio-política.
O que você diria da participação da comunidade no BCD? Está bom ou pode melhorar? Por quê?	Captar a visão das agentes quanto à participação da comunidade no BCD – dimensão sócio-política.
Como é a análise de crédito no BCD? Você concorda? Por quê?	Percepções da agente sobre a análise de crédito do BCD – dimensão sócio-econômica / finanças de proximidade.
Como você vê a contribuição dos vizinhos quando questionados sobre o tomador de crédito?	Captar as percepções das agentes quanto ao grau de ajuda mútua na comunidade - dimensão sócio-econômica.
Você acha que a comunidade ficou (ou vai ficar) melhor após a implantação do BCD? Por quê?	Captar as percepções das agentes quanto a melhorias trazidas pelo BCD nas comunidades.

O que você acha que o BCD tem de diferente dos outros bancos?	Captar as percepções das agentes quanto ao sistema financeiro tradicional e em que o BCD se diferencia dele.
<i>Percepções das Agentes de Crédito sobre as suas práticas</i>	
O que o agente de crédito faz no BCD?	Captar as funções do agente de crédito na estrutura do BCD.
Qual a importância do agente de crédito na estrutura do BCD?	Captar como as agentes percebem a função de agente de crédito no BCD.
Qual a importância do agente de crédito na comunidade?	Captar as percepções das agentes sobre seu papel de mediação social.
Você gosta de ser agente de crédito? Por quê?	Captar as razões pelas quais as agentes exercem a atividade.
Como foi o processo de escolha das agentes de crédito no seu BCD?	Compreender os caminhos que levaram as agentes de crédito a exercerem a atividade.
Por que você acha que foi escolhida pela comunidade para ser agente de crédito?	Captar as percepções da agente quanto a si mesma e o que ela sabe (ou imagina) sobre o motivo de ter sido escolhida pela comunidade.
Como você diria que é o seu poder de decisão na gestão do BCD?	Captar como as agentes percebem o próprio poder de decisão no BCD.
O que é importante para você quando está em atividade? (ou: O que você valoriza quando está em atividade?)	Captar os valores que embasam a atuação das agentes de crédito.
Você considera sua atividade de agente de crédito uma profissão? Por quê?	Captar se elas consideram a atividade de agente de crédito como profissional.
<i>Percepções das Agentes de Crédito sobre a própria vida (enquanto mulher)</i>	
Você já sentiu alguma dificuldade em trabalhar ou arranjar emprego? A que você atribui tal dificuldade?	Captar se as agentes já perceberam algum tipo de discriminação (com foco no gênero) no mercado de trabalho – Dimensão cultural e histórica.
Você já se sentiu inferiorizada por ser mulher? Como?	Captar as percepções das agentes sobre as discriminações sofridas por ser mulher – Dimensão cultural e

	histórica.
O que fez você optar em ser agente de crédito?	Captar os motivos da escolha – Dimensão psico-social.
Como você concilia suas atividades no banco com suas atividades domésticas?	Captar as estratégias de conciliação entre mundo do trabalho e o mundo da família – Dimensão cultural e histórica.
As suas atividades domésticas interferiram na sua escolha em ser agente de crédito (ou em participar do BCD)?	Captar se as agentes percebem respeito da estrutura diferenciada do banco por suas atividades familiares – Dimensão psico-social.
O que seu cônjuge acha do seu trabalho no BCD? Você concorda? Por quê?	Captar como as agentes percebem a opinião do cônjuge e de que forma isto impacta nas suas atividades. Dimensão sócio-cultural.
O que mudou na sua vida após se transformar em agente de crédito?	Captar as mudanças percebidas em si mesmas após a atuação no BCD – Dimensão psico-social.
Você nota alguma diferença nas relações entre homens e mulheres no BCD? Quais?	Captar as relações de gênero na dinâmica interna do BCD – Dimensão cultural e histórica.
Você acha que existe alguma diferença entre um agente de crédito homem e uma agente de crédito mulher no BCD? Quais?	Captar as percepções das agentes sobre diferenças na atitude profissional de homens e mulheres – Dimensão cultural e histórica.
Você está satisfeita em ser agente de crédito? Por quê?	Captar a satisfação das mulheres com a atividade. Dimensão psico-social.
Você pensa em exercer outra atividade? Qual?	Captar os desejos profissionais das agentes. Dimensão psico-social.

31 PERGUNTAS

APÊNDICE C - GRUPO FOCAL

Roteiro de discussão para a pesquisa
“MULHERES NOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA:
PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS AGENTES DE CRÉDITO SOBRE O SEU PAPEL
PROFISSIONAL”

Objetivos específicos a serem atendidos:

1. “Identificar a percepção das agentes de crédito dos BCD’s de Santa Luzia, Matarandiba, Saramandaia e Cairu sobre o significado de suas práticas”;
2. “Identificar a percepção das agentes de crédito dos BCD’s de Santa Luzia, Matarandiba, Saramandaia e Cairu sobre ser mulher e em que isso implica, bem como se essas percepções foram modificadas a partir da sua atuação no BCD”.

9h – 9:15

Apresentação do título da pesquisa e do objetivo do grupo focal.

9:15 – 10h

Objetivo 1: Significado das práticas

Cinco afirmações colhidas das entrevistas serão expostas.

1. A autogestão é importante porque não existe patrão.
2. A agente de crédito é a psicóloga da comunidade.
3. A agente de crédito é advogada dos seus clientes.
4. O banco comunitário é um pronto-socorro da comunidade.
5. A agente de crédito deve ser mais sensível aos problemas dos usuários, mais humana.

Pergunta: Você concorda ou discorda desta frase? Por quê?

10h – 11h

Objetivo 2: Ser mulher

Fotos de mulheres serão expostas e será feita a seguinte pergunta:

1. Qual dessas fotos melhor representa a mulher hoje?

Cada participante vai escolher uma foto. Após todas escolherem, cada uma deverá explicar o porquê da escolha da foto.

11h – 11:15

Lanche

11:15 – 12h

Objetivo 2: A mulher agente de crédito do banco comunitário

As mesmas fotos serão expostas e será feita a seguinte pergunta:

2. Qual dessas fotos representa você antes de ser agente de crédito? Por quê?
3. Qual dessas fotos representa você depois de ser agente de crédito? Por quê?

APÊNDICE D – LISTA DE FOTOS UTILIZADAS NO GRUPO FOCAL

- 1 – Mulher alegre com carteira de trabalho
- 2 – Ativistas reciclagem
- 3 – Artesã de luminárias
- 4 – Mulher sexy, provocante seminua
- 5 – Conectada à internet
- 6 – Princesa
- 7 – Boleira
- 8 – Cantora sem produção
- 9 – Estudando com o filho
- 10 – Jovem e elegante
- 11 – Na praia com os filhos, com tudo em cima
- 12 – Veterinária solidária
- 13 – Fazenda *Cooper*
- 14 – Cuidando da horta
- 15 – Ninando o filho com carinho
- 16 – Elegante de branco, mesmo nas pedras
- 17 – Cuidando da sopa
- 18 – Grávida
- 19 – Grávida com filho ainda pequeno
- 20 – Bebendo no bar com elegância
- 21 – No banco
- 22 – Mulher soldadora
- 23 – Noiva
- 24 – Cuidando do cachorro
- 25 – Felicidade com neném
- 26 – Alimentando o filho
- 27 – Dormindo com conforto
- 28 – Mulher com jóias luxuosas
- 29 – Jogada na poltrona feliz
- 30 – Coroa de pernas cruzadas na poltrona e lenço na cabeça
- 31 – Cozinhando a lagosta
- 32 – Fazendo exercícios físicos
- 33 – Surfando
- 34 – Dormindo de camisola
- 35 – Acordando de bom humor
- 36 – De calcinha e soutien
- 37 – Trabalhadora na feira carregando artefatos na cabeça para vender
- 38 – Mulher olhando para CTPS chorando
- 39 – Desolação ao lado de corpos vítimas de chacina
- 40 – Torcendo pela seleção brasileira com o marido
- 41 – Escritora em noite de autógrafos
- 42 – Médica analisando exame
- 43 – Feliz com o marido
- 44 – Queimando a língua ao telefone
- 45 – Marina da Silva com apoio
- 46 – Dançando em meio à batucada
- 47 – Dupla de lingerie na rua
- 48 – Posando em frente ao notebook

- 49 – Cozinhando em grupo
- 50 – Protestando pelo meio ambiente
- 51 – Vendendo produtos orgânicos
- 52 – Médica procedendo a Ressonancia magnética
- 53 – Rita Lee cantando
- 54 – Procurando cadeirinha de criança para carro
- 55 – Mulher militar – Marinha
- 56 – Decorando para festa com satisfação
- 57 – Desolada em meio ao lixo
- 58 – Colhendo os ovos da galinha
- 59 – Jovem executiva
- 60 – Lya Luft
- 61 – Estudantes universitárias
- 62 – Anamara seminua com quepe de policial
- 63 – Atravessando o Atlântico sozinha
- 64 – Vendo o marido comprar o carro
- 65 – Contas pagas com alívio
- 66 – Brigando feio com o companheiro
- 67 – Delegada
- 68 – Correndo
- 69 – Avatar feminino
- 70 – Cuidando da pele do filho
- 71- De mãos dadas com os filhos na rua
- 72 – Marido e filhos em casa simples
- 73 – Senhora consola o filho adulto
- 74 – Catando garrafas pet para reciclagem
- 75 – Torcedoras com Dunga
- 76 – Com a NF do computador quebrado
- 77 – Mulher petroleira operando máquina
- 78 – Sozinha na premiação em meio a homens
- 79 – Fugindo a cavalo na garupa do homem
- 80 – Estendendo roupas no varal
- 81 – Conferindo enorme buraco no asfalto
- 82 – Dançando quadrilha
- 83 – Descabelada
- 84 – Dilma cordial com Serra
- 85 – Dançando quadrilha de chapéu com flores
- 86 – Fazendo trancinhas no cabelo
- 87 – Marina discursando em meio a homens
- 88 – Paquerando o super-herói
- 89 – Dirigindo para os filhos
- 90 – Princesa feia com Príncipe horroroso
- 91 – Protestando vestidas de baianas
- 92 – Brincando feliz na cama com o namorado
- 93 – Padeira
- 94 – Trabalhando no aeroporto auxiliando passageiros
- 95 – Gordas e fumando em frente a criança
- 96 – Fardada para trabalhar no restaurante
- 97 – Comendo torta de chocolate com prazer
- 98 – Tomando água com Bono Vox

- 99 – Escalando no gelo
- 100 – Vendo as fotos com o companheiro, feliz
- 101 – Baiana do acarajé a caráter
- 102 – Mulher palhaça
- 103 – Mulher trapezista
- 104 – Teste do pezinho (neném carregado pelo pai)
- 105 – Na cama com ar de insatisfeita
- 106 – Indo para a faculdade cheia de livros
- 107 – Mulheres do Ilê protestando
- 108 – Médica medindo a pressão do idoso
- 109 – Tomando café de branco
- 110 – Salto em altura
- 111 – Mulher discursando
- 112 – Foragida com homem
- 113 – Mulher discursando – foto antiga
- 114 – Professora ajudando aluna
- 115 – Levando nenéns ao cinema
- 116 – Professora de culinária
- 117 – No salão de beleza
- 118 – Tenista
- 119 – Costureira
- 120 – Mulheres militares – Exército
- 121 – Mulheres e homens conversando e mantendo distancia
- 122 – Não quero ouvir nada
- 123 – Com remédio na mão
- 124 – Camelô
- 125 – Aplicando vacina
- 126 – Com neném no colo dando carinho
- 127 – Feliz ao vento
- 128 – Dilma ajoelhando para rezar
- 129 – Dividindo apresentação com homens
- 130 – Policial Federal
- 131 – Ensaizando para quadrilha
- 132 – Protestando na rua
- 133 – Feliz ao lado da filha
- 134 – Naomi e a taça do mundo
- 135 – Ao lado do telefone
- 136 – Dilma Rouseff
- 137 – Lavradora

113 fotos coloridas e 24 fotos P & B